

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTORIA

A CRIAÇÃO DO SESI E SESC: DO ENQUADRAMENTO DA PREGUIÇA A
PRODUTIVIDADE DO OCIO

BETANIA GONÇALVES FIGUEIREDO

*Este exemplar corresponde à
relação final da dissertação defendida
e aprovada pela Comissão julgadora em
13/11/1991*

MICHAEL HALL

ORIENTADOR

NOVEMBRO 1991

F469c

15299/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	04
APRESENTAÇÃO	06
CAPITULO I: A DECADE DE 40 E O SERVIÇO SOCIAL	13
I.1 Os empresários e o serviço social	24
I.2 Criação do SESI/SESC: "Obra que muito honrará o patronato brasileiro"	30
I.3 A Igreja e o serviço social	46
CAPITULO II: TEMPO DE NÃO SE PERDER TEMPO	63
CAPITULO III: BREVE HISTÓRICO DO SESI E SESC	84
III.1 Estrutura administrativa	84
III.2 O SESC em dois tempos	87
III.3 Teoria do serviço social	106
III.4 Formação dos técnicos sociais	113
III.5 Os serviços sociais e a educação	120
III.6 Lazer: tempo produtivo	136
CAPITULO IV: VISSÕES OPERÁRIAS	172
IV.1 "Meio de mistificar o proletariado": Opiniões sobre o SESI e SESC	187
IV.2 As festas: "Unindo o útil ao agradável" e "sem	

bebidas espirituosas"

194

CONCLUSÃO

210

BIBLIOGRAFIA

213

1. Fontes e locais pesquisados

213

2. Livros e artigos

215

Para D. Eni e Sr. Cícero, meus pais,
que sempre apoiaram com carinho as
minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

O meu trajeto até a dissertação de mestrado contou com a ajuda e colaboração de várias pessoas a quem devo agradecer e, sem as quais tudo teria sido mais difícil.

A "turma" da minha casa da João de Freitas contribuiu nos vários estágios do curso, da pesquisa e da redação com ajudas não acadêmicas, que foram imprescindíveis para viabilizar este trabalho.

O Mário enfrentou com o maior bom humor e muito carinho as inúmeras viagens entre Niterói, Campinas, Belo Horizonte e todo o desgaste que elas provocaram. Foi muito bom ter a sua companhia e tudo o que ela representa.

Mauro e Ana Tereza, em momentos distintos, me ajudaram na árdua tarefa de transcrição de inúmeros documentos impossíveis de serem fotocopiados. Foram meses e meses que nos encheram de calos nos dedos e bastante material. Mauro e Ana Tereza dividiram comigo a solidão dos dias gastos nos arquivos.

Em Campinas contei com a amizade dos colegas, especialmente de Diana, Angela e Aninha. Na passagem por Campinas, mais do que colegas encontrei estas amigas. Angela e Diana tiveram a paciência de fazerem as primeiras leituras do texto. Espero ter correspondido a ajuda.

No trabalho de datilografia e acerto de notas contei com a ajuda de mais amigos: Graça, Valéria, Claudinha, Edson e Angélica colaboraram com o que lhes foi possível, desde o empréstimo da impressora, quando a minha pifou, até o acerto de notas. Mas o melhor de tudo foi ter a companhia de tantos amigos nesta etapa cheia de trabalho e muitos imprevistos.

Ao prof. Michael, além da orientação, devo agradecer pela paciência com as minhas dúvidas e total apoio nos momentos difíceis, tanto intelectuais como burocráticos.

Por fim gostaria de lembrar que contei com o apoio das bolsas de mestrado do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq), e, posteriormente, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

APRESENTAÇÃO

O meu interesse em estudar a criação dos Serviços Sociais da Indústria e Comércio (SESI/SESC) surgiu da preocupação com o tempo e sua utilização nos dias de hoje. Imaginava quais as perspectivas de vida que os milhões de trabalhadores que se submetem à jornada de 8 horas - nem sempre respeitada, somadas as horas no trajeto em direção ao trabalho, mais o horário de almoço no próprio local de trabalho - poderiam ter no tempo liberado do trabalho.

No período em que constituía-se este meu interesse tive a experiência de dar aulas numa escola da periferia de Belo Horizonte. No meu trajeto para o trabalho eu realizava o percurso inverso de milhares de trabalhadores que se dirigiam da periferia para a região central da cidade. O meu lugar no ônibus também era privilegiado, não enfrentava condução cheia, nem trânsito congestionado. O meu trajeto corria no sentido oposto e talvez por esta razão me sobrava tempo para fazer as contas entre as horas gastas no trabalho e na direção ao trabalho com relação às horas livres. Imaginava que muitos pais, em determinadas estações do ano, não encontravam com os seus filhos durante os dias da semana, diante da luz do sol.

Durante a fase da pesquisa, já vinculada à Unicamp, acompanhei a discussão em 1988, na Assembleia Constituinte, sobre a redução da jornada para os trabalhos de turnos ininterruptos. A ferocidade com que os empresários argumentavam contra a redução da jornada indicava o quanto a delimitação desta representava de crucial nas relações de trabalho.

A idéia que todo o tempo deva ser aproveitado em atividades produtivas é noção incorporada por todos nós. Inicia-se uma atividade planejando a seguinte. O descanso, o repouso, o tempo do lazer se constituem enquanto o tempo do não trabalho. Esta noção não está incorporada apenas no interior dos locais de trabalho, mas invade as escolas, as ruas, as igrejas.

A idéia do lazer, associada aos SESI e SESC me deixava intrigada: qual o contexto da criação destes serviços? Por que interessaria aos empresários investir em atividades como clubes e colônias de férias? Quando e como surgiram estes serviços organizados nacionalmente? Afinal qual o significado do conceito lazer?

Iniciei a pesquisa não imaginando o que iria encontrar. Existem vários sentidos de lazer que se interpodem e contrapodem uns aos outros. O discurso de lazer do SESI e SESC integrando o tempo do descanso ao tempo do trabalho, dialogava, nem sempre denominando seus interlocutores, com outras noções de lazer que insistiam em separar o mundo do trabalho do mundo fora do trabalho. Estes sentidos de lazer não necessariamente se colocavam em oposição.

Os SESI e SESC foram criados em 1946. O meu ponto de partida foi a década de 40 marcada especialmente, a nível internacional, pela 2a. Guerra Mundial. Trabalhei com o contexto que possibilitou a criação destes serviços e com os serviços propriamente ditos: suas estruturas, planos de ação, problemas e conflitos, e de certo modo procurei estar atenta para as interações destas práticas assistenciais com os seus clientes: os trabalhadores da indústria e comércio.

Trabalhei basicamente com três grupos de documentos. O primeiro relativo à documentação produzida pelos serviços sociais da indústria e

comércio (SESI e SESC). Tive acesso à biblioteca destes órgãos (Departamento Nacional do SESC e Departamento Regional-RJ do SESI) e à documentação de instrução, avaliação, e divulgação dos serviços prestados. Boa parte desta documentação é reservada para consultas internas destas instituições. Como o SESI e SESC estão vinculados às Federações e Associações do Comércio e Indústria, percorri algumas trilhas nestas instituições no que se referia ao contexto da implantação do Serviço Social. É importante ressaltar que praticamente toda a documentação consultada se refere aos centros de São Paulo e Rio de Janeiro. São estes os centros onde se localizaram as sedes nacionais, SESC no Rio de Janeiro e o SESI em São Paulo.

A segunda série de documentos consultados se refere às publicações governamentais. Utilizei-me do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, principalmente o material referente às preocupações do Ministério em legislar sobre o tempo do não trabalho.

O material levantado nos departamentos nacionais dos SESI e SESC, nas Associações e Confederações do Comércio e Indústria, nos Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio tratam do lazer oficial: são órgãos "competentes" que dão pareceres, fazem planejamentos, análises tanto sobre o tempo do trabalho como do tempo do não trabalho que julgam-lhes pertencer. Tratam também do tempo do descanso, da recreação, das atividades domésticas com desenvoltura: sempre estabelecendo métodos, avaliando criticamente, sugerindo mudanças, alterações, planejamentos, contas, etc.

Para contrapor à esfera oficial, principalmente tratando de assunto que não se refere necessariamente ao mundo do trabalho, se fez necessário investigar não apenas o lazer institucionalizado, lazer criado por serviços sociais e patrocinados e administrados pelos

patrões, mas o mundo não oficial, organizado muitas vezes espontaneamente, do lazer operário. Nosso objetivo inicial não era este, e com certeza este caminho possibilitaria uma outra dissertação. Optamos por traçar algumas "pinceladas" deste universo consultando basicamente a imprensa operária.

Percorremos vários jornais sindicais, independente de serem reconhecidos como combativos ou não, na década de 40, buscando informações que remetessem ao tempo do não trabalho. Reuniões, festas, piqueniques, bailes, convescotes, associações esportivas e também referências aos serviços sociais patronais. Este material possibilitou acompanhar as reações dos trabalhadores aos serviços sociais patrocinados pelos patrões, além de dimensionar as práticas de lazer desenvolvidas ou intermediadas pelos sindicatos. Este movimento sem dúvida representa organização, criação, tradição, e não é só apenas o avesso do lazer institucional, mas principalmente articulado em outras bases, com outros valores e hierarquias.

Provavelmente a criação dos SESI e SESC estavam respondendo, entre outros aspectos, às mobilizações e formas de organização autônomas dos trabalhadores. Os jornais operários do Partido Comunista, por exemplo, são dos que promovem atividades culturais e sociais com claro intuito de "conscientizar" a população sobre os problemas políticos. As festas organizadas por estes jornais, as vezes no embalo da animação festiva, acabavam esquecendo os discursos políticos das campanhas. Nestes casos, os artigos publicados posteriormente às festas criticavam os seus organizadores por terem se descuidado do objetivo maior do "metting".

A organização de bailes, campeonatos de futebol e ping-pong, concursos de beleza, passeios às praias, etc, também estavam presentes

na imprensa operária, independente de uma intenção política deliberada.

A preocupação com a produtividade por parte dos empresários esbarra na ocupação do tempo livre pelos trabalhadores. Quando, por exemplo, a Revista da Associação Comercial de Minas Gerais se refere ao aumento do número de acidentes de trabalho na 2a. feira, deixa clara sua opinião sobre quais as razões desta alta e conseqüentemente queda da produção: "Pode-se explicar este fato pelo excesso físico despendido por grande números de operários no dia de folga (domingo), em prática de futebol, convescotes, bailes até altas horas da noite, etc" (1). São exatamente as ocupações do dia de folga domingueira, ou no fim do expediente, que precedem a ação de órgãos como o SESI e SESC. No material levantado só encontramos a realização de bailes, festas, convescotes, no material relativo à imprensa operária. No SESI e SESC encontramos "férias coletivas", colônias de férias, cursos etc, tudo bem orientado e coordenado pelos técnicos sociais.

Antes do que estamos chamando de institucionalização do lazer existiam e, com certeza continuaram a existir, práticas de diversão, festas, jogos, farras etc. De que forma estas atividades eram realizadas e como perturbavam a ordem vigente? Até que ponto estas práticas de serviço social podem ser consideradas imposição de uma nova disciplina social?

As organizações que tratam do tempo do não trabalho matêm a oficialidade das atividades de lazer. O mundo do SESI e SESC além de fazer parte da esfera do trabalho, faz parte do mundo oficial. O termo lazer - do latim licere, ser lícito, ser permitido - carrega consigo a permissão do mundo oficial.

O lazer programado limita o espaço e tempo das suas atividades, além de divulgar tanto o ideal de trabalho com o ideal para o

descanso, evidenciando que o interesse dos setores empresariais a frente dos Sesi e Sesc se localizava além da formação técnica da mão-de obra. Estava em questão a formação moral que se constituía também no espaço fora da fábrica.

Quando finalizei a redação desta dissertação tive a sensação de que havia chegado no ponto de começar tudo de novo. Não me desanimei porque, junto à sensação de recomeçar, percebi que havia aprendido algo. O período da pós-graduação, finalizando com a dissertação, me ajudou a crescer.

NOTAS

1. Revista comercial de Minas Gerais. Belo Horizonte, VIII (83), Jan/1946, n. 83, p. 48.

CAPITULO I: A DECADE DE 40 E A QUESTAO SOCIAL

A década de 40 no Brasil foi marcada pelo fim do Estado Novo e pela onda de "redemocratização" que varreu a Europa e chega ao país com o fim da 2a. Guerra Mundial. Isto para ficarmos nos marcos oficializados pela historiografia tradicional.

A década de 40 também marcou o recrudescimento, retorno à cena política, dos movimentos sociais. As medidas coercitivas implementadas pelo Estado não foram capazes de conter a onda de greves e mobilizações dos trabalhadores urbanos.

Durante o período da guerra a indústria brasileira viveu momento privilegiado em termos de lucros. Com a produção sendo pressionada pela impossibilidade das importações, o caminho encontrado pelos empresários conjugou aumento da produtividade e acirramento da relação dentro da fábrica. Conquistas básicas como a jornada de 6 horas semanais, pagamento das horas extras e férias foram intensamente burladas.

O "Estado de Guerra" facultava às empresas consideradas de defesa nacional a prorrogação da jornada de trabalho e entre estas empresas foi incluída a indústria têxtil (decreto lei n.4869, outubro de 1942). Ocorreram outros decretos que consideravam as faltas, nestas indústrias, deserção (decreto lei n.5921); decreto que proibia as greves (decreto lei n.4637); além de descontos compulsórios de guerra nos salários e aumento da jornada com diminuição real de salários.

De acordo com Paoli "estes decretos significaram o melhor dos mundos para os industriais, o coroamento de seus esforços e luta contra os direitos trabalhistas e sua vigência" (1).

O governo utilizava-se dos vários meios de comunicação para exaltar e convocar todos ao trabalho. Os trabalhadores foram transformados, nas palavras do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, no seu programa de rádio semanal, em "soldados do Brasil" (2). As ondas de rádio eram reproduzidas também em matérias nos jornais e boletins das associações empresariais e nas publicações ministeriais (3). Vários setores empresariais aplaudiram e deram eco às iniciativas governamentais.

Caberiam aos "soldados do Brasil" seguir o caminho da colaboração ditado pelo governo e aplaudida pelos empresários. A "colaboração" é definida enfaticamente: "Aceleração do ritmo produtivo", "Produzir mais e melhor" (4) e principalmente, nas palavras de Getúlio Vargas discursando para os trabalhadores no 10. de maio de 1942:

"Para alcançarmos resultados satisfatórios nestes dias difíceis e conturbados, em que os obstáculos se multiplicam, a vossa colaboração foi decisiva e o governo reconhece tão patriótico devotamento. A vossa conduta tem sido exemplar. Nem greves, nem perturbações, nem desajustamentos." (5)

A política governamental em meados da década de 30 até meados da década de 50, de acordo com Paoli foi, sem dúvida, um "elemento criador das condições necessárias à acumulação do capital industrial: a legislação trabalhista, a política salarial, a política de defesa dos recursos nacionais, a instalação das indústrias de base, a política de câmbio voltada à formação do capital, a política fiscal, a orientação de investimentos de infra-estrutura (...), conservação da estrutura operária..." (6).

Acrescente-se a estes fatores a concentração da população nos

centros urbanos, confirmando a consolidação de um mercado interno potencial para absorver o desenvolvimento industrial (7). A recuperação da indústria brasileira pós crise 29 se deu rapidamente: em 1933 a produção industrial alcançava os mesmos níveis de 1928 (8). As possibilidades de desenvolvimento industrial se deram pela redução das importações em termos reais, em função da própria crise e do aproveitamento da existência de equipamentos e instalações ociosas no parque industrial brasileiro. Aliados a estes fatores ocorreu um aumento do nível de exploração da mão-de-obra, com extensão da jornada de trabalho e desrespeito à legislação trabalhista, inclusive com o aval do executivo, diante da inexistência de mecanismos de fiscalização eficazes para coibir o não cumprimento da legislação. Neste contexto, de acordo com Paoli, a guerra no mundo trouxe a paz interna aos industriais que antes competiam acirradamente pelo mercado interno ... garantindo a consolidação interna sem precisar modificar o que não queriam - o clássico modo de extrair sobre-trabalho de seus operários (9).

Uma série de mudanças caracterizou o crescimento do setor industrial e consequentemente do operariado. Entre o censo de 1940 e 1950 o número de estabelecimentos industriais praticamente duplicou, o mesmo ocorrendo com o número de operários empregados (10).

Neste contexto a intervenção estatal é destacada: percorre desde o deslocamento de recursos para determinados setores da indústria, práticas protecionistas, crédito subsidiando equipamentos até o desempenho de "papel crucial ao redefinir o preço da força de trabalho pela fixação do salário mínimo, ao deixar intocadas as relações de produção no campo, ao compatibilizar a acumulação industrial com atraso, a miséria, a concentração de recursos." (11)

O papel do Estado nesta década é destacado também enquanto divulgador de uma nova ética do trabalho. Angela Castro Gomes assinala especialmente os anos que vão de 1942 a 1945, final do Estado Novo. Isto não significa a inexistência de uma ética do trabalho no período anterior, muito pelo contrário: "desde fins do século XIX - mesmo antes da abolição da escravatura - o tema do trabalho e de trabalhadores livres e educados no "culto ao trabalho" se impôs no país. Entendia-se claramente que era preciso criar novos valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho, quer fossem escravos, quer fossem migrantes" (12).

Mas a atuação do Estado é exemplar ao insistir na constituição de um novo modelo para o trabalhador brasileiro a ser seguido por todos. O discurso do Estado Novo tratava como trabalhadores toda a sociedade, todas as classes sociais, sendo assim, o trabalho era tratado como um dever, uma obrigação de todos. De acordo com Gomes é justamente o estatuto de trabalhador que dá identidade social e política ao homem brasileiro, "fato magistralmente materializado pela criação da carteira de trabalho e pela definição da vadiagem como crime" (13).

A intervenção do Estado Novo também demonstrou preocupação em viabilizar a sobrevivência da força de trabalho ameaçada pela constante pauperização e demonstrar através da criação de vários órgãos e institutos a intenção de propor modelos para esta nova vida do trabalhador. Foram criados serviços, tais como, o Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho, Serviço de Higiene e Medicina do Trabalho, Serviço Contra a Tuberculose e Sífilis, Serviço de Recreação. Novamente a opção é atuar contornando o cerne da questão: padrão vigente de exploração.

O trabalho é divulgado pelo Estado muito mais como uma atividade central na vida do homem do que uma maneira de ganhar a vida. O ato de trabalhar é carregado de conotações positivas: dignifica e enaltece o homem. Estas idéias não são novas, a mudança é justamente a intervenção sistemática do Estado como divulgador desta nova visão positiva e obrigatória do trabalho. O Boletim do Ministério da Indústria e Comércio divulgava em seus artigos que "trabalhar não é feio" (14), pelo contrário, é considerado "atividade elevada e respeitável" (15), inclusive podendo se relacionar com prazer (16).

Este coro é reforçado pelo jornal "O operário", órgão oficial da Federação dos Circulos Operários, instituição católica atuante no meio operário/sindical, onde o articulista se dirige diretamente aos trabalhadores:

"haverá rebaixamento para o homem se ele pertencer a esta classe de cidadão? (...) perde sua dignidade por ser chamado operário? (...)" Afinal o "operário é construtor de tudo quanto de grandioso a pátria possui, o operário é o que trabalha de sol a sol, quer na oficina quer no escritório, quer nos campos, causticados pelos raios ardentes do sol, mas com os olhos sempre voltados para a grandeza e a glória de seu país. Esse é o operário (...) Não tenha receio nem se envergonhe de apresentar-se como operário (...)" (17).

Ou também pelo jornal "Gazeta trabalhista", financiado pela fábrica de tecidos Bangu (RJ), quando divulga o samba "trabalhador" de J. Pinheiro, da Escola de Samba Unidos da Terra Nova. Na letra do samba, elogiada pelo jornal, na vida do trabalhador exemplar deve existir apenas o trabalho e o lar:

"Vivendo honestamente

Acordando cedo

Para manter o meu lar

Ainda me chamam de tolo

Feliz daquele que tem

Energia para trabalhar

Meus amigos me censuram

Horário para acordar

saíndo cedo de casa

para manter o meu lar

Quando largo o trabalho

Corro para pegar o trem

Eu sou um trabalhador

E o lar que me convém" (18)

A decretação do "Estado de Guerra" se fez acompanhar de uma série de medidas no sentido de regular e controlar ainda mais a vida associativa que consequentemente contribuíram para aumentar a depreciação das condições de trabalho dos assalariados urbanos. Estas medidas vão desde a suspensão de vários dispositivos da legislação trabalhista, a institucionalização do Imposto Sindical (1940) e proibição de greves (decreto-lei 5921). (19)

Mesmo assim, não podemos nos sucumbir com a ação aparentemente onipresente do Estado a ponto de não considerar as várias tramas que se interpodem a esta ação. Paoli observa que exatamente pelo fato de ocupar papel interventor na economia, o Estado foi considerado hegemônico e os outros integrantes da rede social menosprezados

populários, classe empresarial, burocracia, etc): "Em quase todos os trabalhos sobre o período, as classes e grupos sociais aparecem como expressões de leis e decretos, textos, projetos e intenções estatais, e por esta via, alcançam existência, isto é, estatuto político, trata-se quase sempre de demonstrar que neste período a sociedade configura apenas como poder do Estado" (20).

As formas de manifestação e resistência dos diversos setores sociais demonstram que nem os trabalhadores, nem os empresários estavam passivos e imobilizados diante da ação do Estado e, no caso dos trabalhadores, também com relação aos empresários. Sem dúvida alguma as medidas inibidoras e coercitivas buscando a disciplinarização do trabalho dificultavam e muitas vezes inviabilizavam as formas tradicionais de articulação e organização destes setores sociais. Mas a resistência pode ser percebida inclusive, de modo indireto, pela insistência crescente nas falas ministeriais e empresariais dirigindo-se aos trabalhadores no sentido de reforçar os temas relativos à disciplina interna das fábricas.

Silvio Frank Além também faz observação no mesmo sentido ao constatar que o decreto do salário mínimo e a legislação no período também poderiam ser encaradas como resposta a uma insatisfação que, ainda que timidamente, teve eco nos sindicatos (21).

O discurso de Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, já em 1944, demonstra que a prática de valorização do trabalho não atingia todos os seus objetivos. Entre as intervenções do Estado no mundo do trabalho e a consolidação destas intervenções havia um campo de conflito e, muitas vezes, com desdobramentos inesperados, como por exemplo, o espanto do Ministro Marcondes Filho, em 1944, ao constatar que depois do decreto aumentando o salário mínimo (novembro

de 1942), a produção em algumas fábricas ao invés de aumentar, diminuía:

"quer dizer que o operário acha melhor trabalhar menos... ao invés de trabalhar como dantes e melhorar as suas condições materiais, em face do aumento da paga do trabalho". (22)

Esta constatação é logo substituída pela interpretação de que a mudança no índice de produtividade se devia à ação de "elementos nocivos aos seus próprios companheiros e aos interesses do país" (23)

Apesar de todo o aparato coercitivo reforçado com o Estado Novo e que se acentuava com o desenvolvimento de um projeto industrial, num conjunto de medidas legislativas, que inclui, ação policial, censura, propaganda estatal, ilegalidade do Partido Comunista não foram completamente inviabilizadas as mobilizações sociais fora do controle do Estado: ocorreram greves, organizações e mobilizações, muitas fora do controle dos sindicatos (23).

Neste contexto a chamada "questão social" retorna à cena política com novas conotações e continua merecendo atenção e intervenção do Estado, da Igreja e de setores empresariais.

A "questão social", diferente da década de 20, perderia sua posição de caso de polícia (24). O trabalho, considerado apanágio para todos os males, e todo o arcabouço legislativo regulando-o, seria o caminho apontado para a resolução dos problemas sociais. Desta maneira o Estado interveio deliberadamente nas relações capital/trabalho.

De acordo com Kazumi Munakata o pano de fundo destas mudanças está na implementação do sistema corporativista sob o liberalismo. As rupturas com o liberalismo estão relacionadas com as opções de

desenvolvimento industrial realizadas pelo Estado e empresários. Entre estas opções, o estímulo à indústria sob proteção do Estado, defesa de um Estado racional e racionalizado capaz não só de promover a industrialização como neutralizar a pressão da classe operária, tratando a questão social institucionalmente (25).

Apesar da Igreja, do Estado e setores empresariais apresentarem concepções e formas de atuação diversas para lidar com a "questão social", todos estes setores são unânimes, na década de 40, em articular um discurso dissimulador do conflito capital e trabalho e ao avaliar a necessidade emergencial de atuar de alguma maneira para "resolver" o problema social. Cada qual a seu modo, estes setores atuaram na questão social: ora de forma conjunta e integrada, ora setorialmente. A intervenção é sempre no sentido de impedir a eclosão do conflito, a dissolução da ordem instituída. A nível do discurso os apelos para convivência harmoniosa entre as classes são uma constante, mas a sua insistência nos remete a afirmar o seu sentido dissimulador, escamoteando conflitos.

O Estado Novo cuidou, ao seu modo, com especial atenção dos problemas sociais. De acordo com Gomes, é justamente a questão social a grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-30 (26). O projeto político estadonovista distinguiu-se dos regimes anteriores por afastar-se das meras preocupações formais com procedimentos e modelos jurídicos para mergulhar nas profundezas de nossas questões econômicas e sociais (27). "A chamada "questão social" torna-se questão legal, sobretudo em virtude do aparecimento da legislação trabalhista, uma das principais preocupações de Getúlio por ocasião do seu 1o. governo" (28).

O projeto corporativista, vitorioso, ameaça, via repressão

sustentada legalmente (Estado de sítio, ilegalidade do Partido Comunista, proibição de mobilizações de caráter cívico), o clima de mobilização popular. A nova situação - denominada de "triunfo autoritário" por Maria Célia Paoli (29) - estabeleceu uma redefinição no campo de luta entre empresários, trabalhadores e governo.

O "Triunfo autoritário" se consolida "matando a formação de um espaço público diferenciado de informação, debate e elaboração nova das questões sociais." (30).

O Estado Novo, com a consolidação deste "triunfo autoritário", incorpora como seu o papel de intervenção na questão social, que passou a ser considerada "problema" e problema no âmbito da segurança nacional. Desta maneira justificavam-se as formas de repressão e controle desencadeadas. Gomes observa que a partir da vinculação da questão social ao problema da segurança nacional, os comunistas serão identificados e tratados como inimigos e ameaça (31). O Ministério do Trabalho foi o órgão incumbido de atuar, no sentido de solucionar, o problema de segurança nacional, relacionado diretamente com o controle das relações patronais.

Angela Castro Gomes (32) identifica dois períodos distintos nesta redefinição no campo de luta entre o governo e sua relação com os trabalhadores, via Ministério do Trabalho. Inicialmente quando Waldemar Falcão assume a pasta do Ministério do Trabalho em 1937, com o projeto de "adaptar" o Ministério à orientação e postulados do Estado Novo e à constituição de 37: regulamentar a ação no campo sindical; adaptar as corporações sindicais aos princípios corporativos; desenvolver atuação do ministério na área previdenciária.

O período seguinte caracterizou-se com a "volta à cena" dos agentes sociais devido aos ares democratizantes soprados pela Europa

no final da 2a. Guerra e principalmente, pela definição do governo por uma aproximação aos países alinhados, rompendo relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão. A linha de atuação do Ministério de Falcão não se coadunava mais com a nova situação.

De acordo com Angela Castro Gomes tal conjuntura não deve necessariamente ser entendida como a do início do declínio do Estado Novo. A participação do Brasil na 2a. Guerra Mundial aponta mais para um rearranjo relativo de forças do que para a derrocada dos que estavam no poder (33).

Marcondes Filho, com bom trânsito entre o empresariado paulista, assumiu a pasta do Trabalho entre 42 a 45, acumulando-a com a de Justiça e dando um conteúdo político maior à administração das questões trabalhistas (34). Sua atuação irá priorizar o campo da organização do trabalho: medidas específicas para a questão da sindicalização, programas de propaganda envolvendo inclusive a pessoa do Ministro, articulações que evidenciam a montagem de uma estratégia política nitidamente continuísta, cuja base devia ser a organização sindical corporatista e cuja ideologia seria ter como matriz o discurso ministerial" (35).

Pinheiro considera o período que se inicia com o pós-guerra como um dos períodos de democracia limitada, quando "a repressão física propriamente dita foi posta em segundo plano permanecendo sotto voce, em favor de outros mecanismos de controle mais sofisticados." (36).

Neste contexto os serviços de assistência social se multiplicam, tanto através de serviços financiados pelo Estado e pela Igreja Católica, como também por setores empresariais, como veremos nos próximos itens.

I.1 OS EMPRESARIOS E O SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL: LENITIVO PARA TODOS OS MALES

Na década de 40 os empresários brasileiros se prepararam para uma nova fase. Com o crescimento da indústria no país e o significativo aumento da produção no período de Guerra, as representações empresariais se organizaram em Congressos, Encontros e Seminários para discutirem as mudanças e transformações e se prepararem para atuar sob novas condições (37). Para João Daudt d'Oliveira, liderança empresarial de destaque na década de 40, estes encontros objetivavam "harmonizar e unificar o pensamento empresarial" (38). Ou como observa a Revista da Associação Comercial de Minas:

"Terminada a guerra, as fontes de produção estavam empenhadas em atender às necessidades <ilegível> voltar à sua atividade normal. A transição deveria operar em ambiente de tranquilidade <ilegível> entre empregados e empregadores, de molde <ilegível> o melhor rendimento do trabalho para (...) incremento da produção." (39).

De acordo com Silvio Frank Alem, o movimento operário em 1945, especificamente entre março e outubro, vive sua reinstitucionalização: "as leis repressivas continuam a vigorar, de direito, mas não se aplicava. De um lado pelo vigor que a insatisfação trabalhista demonstra possuir; de outro, porque o projeto de cooptação permanece de pé, assumindo agora novas formas." (40).

Nos anos iniciais da década de 40 é fácil constatar um fortalecimento do padrão de acumulação de capital através da

super-exploração do trabalho; quando, de acordo com as observações de Paoli, "os empresários haviam conseguido reduzir a condição dos trabalhadores ao mais puro modelo privatista e escravocrata da passagem do século", com o agravante que podiam se utilizar de um "já sofisticado aparato de Estado interventor das questões sociais pela via legal". A partir da metade desta década a situação sofre alterações e este modelo de exploração não se sustentaria mais.

Apesar de todas as medidas coercitivas para impedir as mobilizações sociais e o reforço no controle das relações de trabalho no período de guerra, os trabalhadores não aceitaram passivamente a "Paz Social" proposta por Vargas e reforçada pelos empresários (41).

No artigo sobre serviço social publicado pelo IDORT em 1947 o período pós-guerra é situado da seguinte maneira:

"Terminou a Guerra, mas a verdade é que ainda não conseguimos a paz, porque estamos em plena batalha social. E o panorama da luta, para a qual hoje fostes convocados, se caracteriza pelo predomínio das "massas" e sua influência na gestão dos negócios públicos (...)" (42).

No período imediatamente posterior à Guerra, mais especificamente de 1945 até o primeiro semestre de 1946, de acordo com Alem, pode ser observado uma alteração radical no jogo de forças mundial e conseqüentemente a sociedade civil brasileira conquistava já, frente ao Estado, um espaço político mínimo no qual, explicitando seus interesses de classe, agia no sentido da redefinição -favorecida pela situação mundial- do modelo institucional implantado em 1937 (43).

As greves de maio de 1945 no setor têxtil, SP Railway, frigoríficos, Goodyear, fábricas de chapéus, indústrias químicas e

farmacêuticas, gráficas, cerâmicas (44), demonstram que as leis repressivas, mesmo em vigor, não são aplicadas. Cria-se clima de greve geral e a preocupação do setor empresarial é notória, como na expressão presente em artigo publicado na revista do IDORT, em 1945: "os graves acontecimentos que perturbam a marcha da produção em São Paulo em maio de 1945..." (45).

O período de guerra acentuou a pauperização da população urbana brasileira, e de acordo com Paoli "tudo aquilo que uma industrialização tardia e selvagem podia trazer estava presente nas cidades brasileiras: um "pleno emprego" que correspondia a uma "plena pobreza originada por um altíssimo nível de exploração da força de trabalho; migrantes famintos e desorientados a vagar pelas ruas da cidade expulsos do seu mundo agrário intocável pela modernidade." (46). Desta forma a ameaça de desarmonia e ou desequilíbrio entre as relações capital e trabalho exigiam providências de ordens variadas tanto do setor público quanto dos setores empresariais.

A atuação dos serviços sociais e/ou assistenciais foi bastante divulgada na Europa no entre guerras e no pós guerra. O plano Beveridge, de 1942 implantado na Inglaterra, foi considerado um marco da assistência social implementada pelo Estado.. Havia um ambiente propício, mundialmente, para a criação de órgãos que se destinassem a atuar junto às parcelas menos remuneradas da população. Não se tratava mais de uma assistência aos pobres e mendigos, ou de assistência setorializada de acordo com os interesses específicos deste ou daquele empresário. Tratava-se de uma assistência patrocinada pelo Estado, pela Igreja e pelos empresários, em alguns casos com atividades conjuntas, direcionada de maneira estruturada, para o mundo do trabalho.

O Estado no Brasil já vinha atuando nos serviços de assistência social, num projeto maior, envolvendo toda a vida do trabalhador. O Ministro Marcondes Filho, que tomou posse em 1942, além de ter bom trânsito entre os setores empresariais, desenvolveu política junto ao Ministério que pretendia abranger vários aspectos da vida social dos trabalhadores: saúde, higiene, estrutura familiar, habitação, lazer. Medidas que, necessariamente, perpassavam suas vidas profissionais.

A partir da leitura de alguns setores empresariais sobre as transformações na sociedade, na economia e na política, marcada pelo advento da 2a. guerra, se fazia necessário investir em caminhos que garantissem a manutenção da ordem, momentaneamente ameaçada com o fim do Estado Novo. Estes caminhos se dirigiam para a assistência social:

"Tornava-se necessário uma assistência maior por parte dos setores público e privado, em face da desorganização resultante da situação criada" (47).

Dos encontros empresariais, a I Conferência das "classes produtoras", como os empresários se auto-intitulavam, realizada em Teresópolis em maio de 1945, foi significativa não só por ser uma das maiores reuniões empresariais organizadas até então, como também por demonstrar a preocupação empresarial com os novos tempos pós 2a. Guerra Mundial. Nesta Conferência estavam presentes cerca de 800 associações de todo o país (comerciais, industriais e rurais) que atenderam a convocação da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria (48). Neste encontro foi articulada a "Carta de Paz Social" que, além de expressar os principais pontos debatidos, considerava a situação política-social e indicava os caminhos a serem seguidos pelas organizações empresariais (49).

Entre estes caminhos estava a criação de um Fundo Social para ser aplicado em obras e serviços que beneficiassem "com maior bem estar os trabalhadores do campo e da cidade". Por bem-estar dos trabalhadores entendia-se não só melhoria dos níveis de vida, como também aperfeiçoamento cultural e profissional. Este Fundo Social seria formado pela contribuição das empresas agrícolas, industriais e comerciais reunindo setores empresariais com concepção social diversa, num projeto de assistência/auxílio social comum. Os desdobramentos da discussão deste Fundo Social deram origem à criação do SESI/SESC (58).

No texto da Carta de Paz Social a referência à necessidade de cooperação entre classes é uma constante: expressões como "necessidade de assegurar dentro do país um largo período de cooperação...", "solidariedade social", "cordialidade entre empregadores e trabalhadores", "mais estreito entendimento" estão presentes não apenas na carta de Paz Social, mas em boa parte da documentação empresarial pesquisada referente ao período.

Há uma mudança na atuação das lideranças empresariais, acentuada a partir da metade da década de 40, com o fim da 2a. guerra, quando entre estas lideranças surge iniciativa de promover, não mais individualmente, prestação de serviços sociais para os trabalhadores com objetivo de influir na preservação da tão desejada "Paz Social", como constata o texto do SESC:

"(...) os homens do comércio, em dado momento, sentiam que a Confederação Nacional do Comércio, para bem realizar-se, não deveria, apenas cumprir suas finalidades sindicais de defesa dos interesses de classe. O "front" da paz social, angular para a vida do comércio e da nação, estava desguarnecida, exatamente numa época caracterizada

pela onda crescente de reivindicações dos assalariados" (51).

Outra relação que provavelmente influenciou neste posicionamento dos empresários de interferir sistematicamente na "qualidade de vida" do trabalhador (os decretos leis do SESI e SESC se referem nesses termos) foi a relação entre pobreza e desordem, péssimas condições de vida (habitação, alimentação, educação, saúde) e os conflitos sociais. Os textos que fazem esta ligação são significativos:

"temos que deplorar a existência de grupos carentes de instrução e vítimas do destino inflacionário, que visam tornar-se fácil e compreensivelmente envolvidos na confusão, criando um espírito de hostilidade às demais classes" (52).

Ou o reconhecimento de que "existiam razões para que esses indivíduos fossem revoltados" (53) sendo que os "indivíduos" a que se refere o artigo são os trabalhadores que demonstravam "clima de hostilidade e antipatia" dentro da fábrica para com os seus chefes e patrões. (54)

O "espírito de hostilidade" às demais classes é algo que foi combatido, pelo menos na esfera dos discursos, a todo custo pelos empresários. Pois o desenvolvimento econômico - leia-se aumento da produtividade - só encontraria condições de se processar num clima de "harmonia social". A repressão policial já não podia ser utilizada na mesma intensidade e o meio empresarial não podia contar apenas com a intervenção estatal.

Na avaliação de setores empresariais a "condição de subdesenvolvimento", a desorganização da produção resultante das transformações pós-45, a "ignorância e miséria" eram propícias para a

propagação da agitação social. O fator do empobrecimento constante dos trabalhadores deveria ser desviado, a todo o custo, da relação capital/trabalho e deslocado para a "inflação monetária", para a "falta de cultura/educação", poucas condições de higiene, etc. E com este descolamento que as representações empresariais iriam atuar.

A opção primeira da Carta de Paz Social foi buscar a colaboração entre "empregados e empregadores" através "principalmente de uma obra educativa (...) que consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança" (55). A ênfase para lidar com as desigualdades econômicas recai prioritariamente na atuação via educação, via serviços sociais, via assistência médica preventiva, etc. A relação entre desigualdade e dificuldades econômicas (baixos salários, problemas enfrentados com saúde, alimentação, transporte) não são levados em consideração.

Todas as medidas sugeridas pela Carta de Paz Social estariam sob controle empresarial que interferiria a longo prazo e de maneira sistematizada para amenizar os problemas da "questão social" e garantir a tão desejada "paz social". O Presidente da Associação Comercial e Minas em correspondência com o Presidente da sua congênere fluminense, comentava as sugestões da "carta de Paz Social":

"O nosso trabalho deverá ser sobretudo de catequese, tal o divórcio em que nos encontramos. (...) Em complemento a tal medida, a difusão das escolas e dos meios de aperfeiçoamento do caráter e da inteligência, por intermédio de grandes bibliotecas, conferências, rádio-difusão etc. Um trabalho ativo e bem intencionado nesse sentido, sobretudo dirigido por hábeis psicólogos ou homens acostumados ao convívio das massas, seria de resultado lento mas eficaz."

(56).

O Presidente da Associação Comercial de Minas, Paulo Contijo, avalia que a "Carta de Paz social procura remediar o mal, oferecendo terapêutica para o caso". O "mal" era o conflito e a desordem de classes que Contijo lembra a tempo: "não existia ainda entre nós uma profunda divisão de classes, um rígido esquema marxista de opressores e oprimidos (sic)..." (57).

A intervenção lenta e eficaz difere das soluções de pura repressão e desrespeito/burla à legislação trabalhista. Estava em discussão um projeto de intervenção a longo prazo para "adaptar", "ajustar" o contingente de mão-de-obra às novas relações de desenvolvimento capitalista. Este projeto de intervenção social tinha a sua frente setores empresariais, destacando-se nomes como Roberto Simonsen, João Daudt d'Oliveira. No período pós-guerra já não é mais compatível desconsiderar os problemas decorrentes da relação patrão/empregado e, principalmente, as formas de lidar com estes problemas necessitavam ser repensadas pois:

"a situação hoje em dia é muito mais dificultosa (sic), porque já se criou a desarmonia, o desentendimento e a desconfiança recíproca entre os dirigentes e os dirigidos." (58).

Alguns empresários já experimentavam atuar com serviços de assistência social. Foram experiências setorizadas que buscavam sempre melhorar as relações dentro da fábrica e garantir as condições mínimas para o bom desempenho da produção, como relata o industrial Alberto Byington Júnior, das Oficinas Byington & Cia, em conferência no Centro

dos Industriais (FIEGP):

"Há quatro ou cinco anos atrás, cada vez que entrávamos dentro de nossa Fábrica, sentíamos um ambiente desagradável de irritação e de antipatia dos nossos operários. Este ambiente foi se agravando até o ponto de termos sido avisados pela polícia de que tínhamos uma célula comunista dentro de nossa organização. Nosso primeiro ímpeto foi resolver a situação violentamente (...) porém, estudando com mais calma a situação e também orientados pela Delegacia de Ordem Pública e Social, chegamos à conclusão de que isto não resolveria a situação." (59).

As formas de repressão e/ou desrespeitos à legislação trabalhista não se apresentavam como os caminhos considerados mais adequados no momento (metade da década de 40) (60) para enfrentar o conflito capital/trabalho. A solução da Byinton & Cia foi formar "comissões de apoio e estímulo" que se encarregavam de "estudar os casos difíceis que surgem na vida dos operários e especialmente em relação à Fábrica, casos que podemos chamar de feridas que precisam ser curadas." (61).

Aldo M. Azevedo, em artigo no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio intitulado "Uma nova forma de zelar pelo bem-estar dos operários" (62) apresentava a necessidade e as vantagens de se implantar nas grandes empresas industriais "um serviço social". Surgia uma nova profissão: o assistente ou técnico social.

A fábrica de tecidos Bangu (RJ) é um exemplo da iniciativa empresarial de atuação na área social para garantir o controle da mão-de-obra, sua disciplina no trabalho e a manutenção dos índices de

produção. A dureza do trabalho é transformada, no jornal de divulgação dos feitos sociais da fábrica, "Gazeta Trabalhista", em "uma série de condições agradabilíssimas de trabalho" (63):

"os serviços de assistência social prestados pela Fábrica Bangu aos milhares de operários que ali trabalham e às suas famílias, não se circunscrevem apenas aos benefícios materiais que os mesmos desfrutam; vão mais longe porque preponderam decisivamente na sua formação espiritual" (64).

A fábrica Bangu (RJ) construiu casas para serem alugadas a "preços módicos", escola de aprendizagem têxtil para os filhos dos operários, berçário, creche, piscina e até um estádio esportivo denominado "Proletário". O "mérito" de todas estas atividades sociais é constantemente ressaltado na figura do "pioneiro" Silveirinha, dono da fábrica, que se auto denomina "administrador inteligente" pois "o operário da fábrica Bangu trabalha com satisfação, tendo o conforto que bem merece e toda a assistência material de que necessita" (65).

Evidentemente todos estes serviços sociais têm um preço, inclusive, possível de ser medido monetariamente. Num artigo que discute o valor dos salários dos trabalhadores da fábrica Bangu é ressaltado que na sua composição não poderia ser considerado apenas o valor nominal, mas deveria se incluir também o valor dos serviços sociais que a fábrica oferece e conclui:

"há felicidade entre os que trabalham e vivem a sombra daquela chaminé fulmegante, símbolo de uma colméia laboriosa, abençoada por Deus" (66).

A "felicidade" divulgada pelo jornal da fábrica Bangu é

contraposta com as denúncias de péssimas condições de trabalho e salários na imprensa operária. No artigo intitulado "Fábrica Rangu produz tuberculose em massa", publicado na "Gazeta Sindical" em 1948, acompanhamos a descrição do ambiente fabril traçado com outras cores, cores sombrias:

"Na Fábrica Rangu -uma das maiores fábricas de tecidos do Brasil- trabalham cerca de 1.800 pessoas <ilegível> que se revezam dia e noite. O trabalho é duro <ilegível>, cansativo, feito em máquinas antiquadas que dão pouco rendimento <ilegível> como a quase totalidade dos trabalhadores ganha <ilegível> aumentam um pouco os seus míseros salários. Na fiação, por exemplo, as moças da turma diurna se esgotam <ilegível>. Não bastasse a atividade intensa e estafante <ilegível>. Uma de cada fiandeira <ilegível> constantemente impregnado o ar de umidade <ilegível> para multiplicar o número de doentes." (67).

O artigo também denuncia o trabalho de mulheres que ganhavam, pelo desempenho da mesma função, salários menores que dos homens; a presença de um "numeroso corpo de fiscais e guardas cuja missão é espionar os menores passos dos trabalhadores"; a jornada de 10 horas diárias e o não pagamento de horas extras.

Os resultados dos serviços sociais nas empresas são rápidos, como por exemplo uma reversão no rodizio de pessoal na ordem de 60% para 5%, no período de um ano e meio. Esta economia se computava ao trabalho do assistente social:

"Esse resultado era devido simplesmente à influência realmente moral de uma funcionária que ainda não é contraditória

<sic> na indústria mas que será empregada cada vez mais; uma superintendente de pessoal, que deu os melhores resultados ."

(68).

1.2 CRIAÇÃO DO SESI/SESC: "OBRA QUE MUITO HONRARA O PATRONATO BRASILEIRO". (69)

"...o momento em que surge o SESC representa o início de uma nova conjuntura na vida social. Em 1945 o Brasil, frente à conjuntura internacional de ascenso do movimento democrático e, internamente, frente à pressão do incremento da urbanização e da industrialização, - trazendo em sua esteira o acelerado crescimento do operariado - vê-se perante o desafio do conjunto das democracias burguesas no pós-guerra: promover a incorporação em maior escala, das massas populares ao processo político, evitando, porém alternativas de cunho revolucionário (...) " (70).

Com argumentos como os expostos acima, setores empresariais, sob a liderança de Roberto Simonsem e João Daudt de Oliveira, junto com o apoio governamental, contribuíram decisivamente para que se criassem os serviços sociais da indústria e comércio, os SESI e SESC (71).

Através da contribuição compulsória no valor de 2% do montante das folhas de pagamento dos trabalhadores da indústria e do comércio, ficou estabelecida a verba que possibilitaria uma atuação integrada na área empresarial no âmbito da assistência social.

Projeto dessa amplitude só poderia ser implantado com o apoio do governo que, além de criar através de decretos-leis (72) estas entidades, se responsabilizava pelo recolhimento do respectivo valor e seu repasse para as Confederações Nacionais da Indústria e Comércio. Ao

governo caberia apenas a tarefa de recolher a taxa compulsória. A organização e administração dos serviços sociais ficariam a cargo das representações sindicais empresariais, Confederações da Indústria e Comércio.

O montante financeiro destas instituições não é nada desprezível comparado com outros serviços da Previdência Social; vejamos:

Relação dos valores anuais de arrecadação (*) (73)

LBA (1947)	Cr\$ 142.770.496,00
SANDU (1948)	Cr\$ 6.000.000,00
FCP (1947)	Cr\$ 15.000.000,00
SESI (1947)	Cr\$ 214.000.000,00
SESC (1949)	Cr\$ 86.572.000,00

(*) Os dados relacionados não se referem ao mesmo ano. As fontes de arrecadação destes órgãos são diversas.

Podemos constatar momentos de conflito nas origens do SESI/SESC. Primeiro a necessidade destes órgãos serem institucionalizados dentro do âmbito governamental, caracterizado pela compulsoriedade da contribuição. No mínimo podemos inferir que não seria possível uma atividade desta monta sem o poder estatal impondo sua estrutura, mesmo que não a administrando.

Alexim, em um dos poucos trabalhos sobre a organização dos SESI e SESC (74), afirma que:

"os empresários não haviam respondido positivamente ao

apelo de suas lideranças de contribuir voluntariamente para o esforço da adoção das medidas sociais postulados na Carta de Paz Social. (...) A forma institucional resultante -o SESI- representou um recurso para tornar compulsória a participação do empresariado no empreendimento social (...)" (75).

De acordo com o mesmo autor o SENAI e o SESI nasceram sob a égide da representação empresarial paulista - FIESP e CIESP, na liderança de Roberto Simonsen (76). Enquanto o SESC e SENAC estavam mais ligados às iniciativas originárias no Rio de Janeiro.

Aldo M. Azevedo, no texto intitulado "O espírito do SESI", publicado em 1949, observa que:

"(...) Graças ao tenaz esforço desse núcleo encabeçado por Roberto Simonsen, que teve que vencer a inércia e a resistência passiva da própria indústria, além dos entraves opostos pela burocracia do Governo Federal, que não desejava perder a oportunidade de possuir por inteiro um novo órgão de poder político delineado ao lado dos sindicatos profissionais - o SESI foi criado (...)." (77).

Barbara Weinstein observa que os planos de criação de instituição com as características do SESI andavam nos planos de setores empresariais desde o Estado Novo e concorda com a influência marcante de Roberto Simonsen neste processo (78).

Os setores empresariais que tomaram a frente da organização destes serviços, se auto intitulavam "avançados", deixando transparecer conflitos na criação destes serviços, como fica claro no trecho que justificava necessidade da "contribuição obrigatória" para

implementá-los:

"A base financeira de sua existência - a contribuição obrigatória - tem por objetivo exclusivo assegurar a generalização desses serviços, solidariamente suportados, do ponto de vista financeiro, pelo patronato inteiro, ao invés de agravar, apenas, sua parte mais avançada e socialmente madura." (79).

A idéia de se criar instituição patronal centralizada que se destinasse a prestar serviços de assistência social aos trabalhadores começou a tomar forma na Conferência de Teresópolis, em 1946. Naquela época, conforme o depoimento de Nylton M. Velloso, presidente do SESC regional Minas Gerais e SESC Nacional, os empresários que defendiam esta idéia não imaginavam as dificuldades que teriam que ser enfrentadas dentro do próprio meio:

"Quando em 1946, na Conferência de Teresópolis, os homens das classes produtoras brasileiras se propuseram a tomar o encargo da aprendizagem profissional e da assistência social no comércio, numa atitude que tornou histórica aquela reunião, longe estavam de supor que teriam de criar no país uma nova mentalidade, (...) tendo que arcar com todos os ônus de um pioneirismo verdadeiramente arrojado." (80).

Entre a divulgação da "Carta de Paz Social" (maio/1945) e os decretos leis que criam o SESI e SESC (agosto e setembro de 1946) decorre pouco tempo. A discussão da necessidade do meio empresarial bancar atividades de serviço social junto aos trabalhadores de forma estruturada e integrada teve uma experiência concreta: o SENAI (Serviço

Nacional de Aprendizagem) (81). Além do ensino profissionalizante buscou-se "preparar" o aluno moralmente, nas palavras de Simonsen: "operando o que o pensamento cristão chamou de "modelação interior do espírito humano"" (82).

Neste sentido os SESI e o SESC são criados como um prolongamento do Serviço de Aprendizagem. A formação profissional "estava a exigir uma complementação que possibilitasse a plena formação cívica do homem trabalhador..." (83). Estes serviços sociais seguem a mesma estrutura organizacional dos serviços de aprendizagem. Para formar uma mão-de-obra jovem, cada vez mais requisitada pelo desenvolvimento industrial, seria necessário ir além da formação técnica propriamente dita, ou a própria formação técnica deveria ser fundamentada em novas bases e comportamento: hábitos e costumes que se adaptassem mais e melhor ao tempo e espaço industriais:

"um dos problemas graves com que se debate um país jovem como o Brasil, é o da formação de mão-de-obra para as atividades criadoras do comércio e da indústria. E, ainda, nessa esfera, os problemas sociais decorrentes ou gerados por esse mesmo desenvolvimento exigem, cada vez mais, o aperfeiçoamento envolvendo os interesses superiores do capital e do trabalho, visa sobretudo o ajustamento do indivíduo à sua função social e, conseqüentemente, à sua produtividade do trabalho. As classes produtoras do Comércio e Indústria - aperceberam-se desses problemas e, com o apoio do governo brasileiro criaram organismos especializados que têm por finalidade cuidar da formação da mão-de-obra e dos serviços sociais destinados à família comerciária e industriária." (84).

Com relação a ação governamental na estruturação do SESI e SESC, podemos observar que além de uma atuação conjunta e aparentemente em sintonia, havia uma disputa acirrada para se definir o controle destas instituições. Os serviços sociais patronais se reconhecem enquanto instituições de interesse público, desempenhando funções sociais mas não abrem mão de reafirmar, sempre que possível e necessário, que apesar de vários indícios ao contrário, são instituições de caráter privado, e como tal, dona dos seus destinos e principalmente, dos seus recursos financeiros.

Este campo da discussão é rico por revelar a opinião destes serviços com relação a ação governamental na área social. De acordo com textos do SESC a ação monopolista do Estado na área social não era mais aconselhável, além de ser atividade característica dos regimes totalitários (85).

Para "auxiliar" e contrapor a ação social governamental, os setores empresariais criaram instituições como os serviços sociais da indústria e comércio, que não só não se incompatibilizam com os serviços do Estado, como os complementavam:

"Assim, ao invés de sofrer concorrência dos órgãos da política social estatal, esses empreendimentos privados, chamados a complementar a legislação social comum, tornam-se, ultimamente, ainda mais necessários, merecendo sempre incondicional apoio dos serviços públicos." (86).

Além do mais os empresários queriam intervir, por eles mesmos, na preservação da tão perseguida "Paz Social" e na formação técnico-moral de seus empregados. Os tempos eram "outros", com a

definição da 2a. Guerra mundial perdiam espaço os regimes totalitários, mas alguns problemas continuavam os mesmos:

"O que, por sua vez, deu novo impulso aos serviços sociais extra-oficiais e de iniciativa patronal, foi a posição de vanguarda que lhes coube necessária e automaticamente na defesa do regime de livre economia e de democracia contra o comunismo, incontestavelmente o maior problema da época atual." (87)

E tratando-se de manter a ordem e a disciplina nos locais de trabalho, não há dúvida entre os empresários de que eles e somente eles saberiam quais as melhores formas para agir:

"Há, portanto, vários setores de assistência, sobretudo os intimamente relacionados com os estabelecimentos de trabalho, como os relativos às condições de higiene e segurança industrial, ao aproveitamento das horas de lazer à defesa do salário real, à assistência médica, à moradia, etc., nos quais o serviço social patronal pode desempenhar funções de maior eficiência do que as organizações assistenciais de administração pública." (88)

Para justificar a ação empresarial no âmbito do serviço social, o monopólio estatal na área será criticado:

"Não se acredita mais nas vantagens do monopólio estatal na solução da "questão social", monopólio que, realmente, se revelara ineficiente nos múltiplos campos da assistência social paliativa, curativa, preventiva e construtiva." (89).

O primeiro passo foi criticar a ação governamental na área social. O segundo seria divulgar a noção de que não havia incompatibilidade entre a ação patronal e a ação estatal, muito ao contrário, estas ações se complementavam:

"afigura-se inteiramente errada a opinião dos que afirmam não se coadunarem os serviços sociais prestados pelos patrões, com os novos rumos da organização da política social, predominantemente intervencionista. Tal opinião tem por base um conselho falho a respeito, tanto dos princípios que reza a administração do Estado nos meados do século XX, como da natureza dos serviços sociais, prestados pelos patrões - de caráter coletivo e institucional - já incorporado à ordem jurídico social do Brasil" (90).

Dal que apesar destes serviços sociais terem sido incluídos na lista dos serviços prestados pela Previdência Social, junto com serviços de Alimentação e Previdência Social (SAPS), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Fundação Casa Popular (FCP), Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SANDU), são definidos e tratados pelos empresários como iniciativa privada, além do fato de que a administração da verba destes serviços está sob o controle dos setores empresariais.

Em 1948, o SESC explicita melhor seus objetivos: "deve o SESC considerar como principais objetivos técnicos os que se relacionem ao aumento do valor econômico do homem" (91). E para cumprir com estes objetivos, a ação privada seria um complemento da ação governamental:

"...o SESC será na estrutura do governo um organismo de ação supletiva, uma das organizações mais dignas de esperança da

classe que assiste, protege, ampara e defende. Dirigido e orientado diretamente por aqueles que mais intensamente sentem as aflições e os problemas da grande classe, representará uma força atuante e de intensa repercussão no plano geral de assistência social" (92).

Merecem destaque no texto citado acima pelo menos dois aspectos. Primeiro a ação supletiva à estrutura do governo, uma espécie de prolongamento, extensão entre iniciativa empresarial (privada) e a ação governamental, representando o interesse público. Outro aspecto é a naturalidade com que são identificados os conhecedores dos problemas dos trabalhadores do comércio: seus patrões. Mais do que conhecer os problemas dos comerciários, os empresários, via SESC, propõem soluções que vão desde medidas de saúde preventiva até visitas domésticas para se "programar melhor os gastos familiares".

José Arthur Rios desenvolveu uma avaliação sobre o SESC que incluía uma investigação sobre suas origens. De acordo com Rios, a principal preocupação que originou a criação do SESC foi o interesse em manter a "Paz Social", que poderia ser atingido por dois caminhos. O primeiro se localiza na arbitragem de interesses entre patrões e operários. A segunda maneira, mais adequada na visão do autor, seria:

"atribuir à classe dominante os meios e recursos necessários para, segundo critérios por ela mesmo fixados, atender as necessidades fundamentais dos empregados. Foi esta última a solução adotada pelo poder Público." (93) .

Este último caminho foi o adotado pelo poder público ao criar instituição como o SESC. E o mais interessante nas análises de Rios é a

percepção de que caberia às "classes patronais" definir os critérios pertinentes para a assistência social destinadas aos seus empregados. Ao definir estes critérios estavam sendo definidos também suas carências e necessidades:

"É evidente que esta segunda solução de cunho paternalista subentende que as classes patronais se consideram aptas a definir as necessidades dos empregados, a gerenciar os recursos para o seu atendimento e a planejar todo o processo de formação social desta categoria." (94).

Outro momento de conflito é com os "receptores" destes serviços: os trabalhadores da indústria e do comércio que não estavam e não ficaram passivos diante da iniciativa patronal. No levantamento na imprensa operária do período localizamos artigos que criticavam duramente estes serviços sociais patronais. Além dos ataques diretos aos Sesi e Sesc (95), eram veiculados em matérias na imprensa operária uma diversidade de atividades culturais: festas, piqueniques, debates políticos, torneios de damas e futebol que sem dúvida se apresentavam como alternativas para o tempo fora do trabalho. Toda a organização destas atividades segue as demandas emergidas da categoria e ou intermediadas pelos sindicatos. Eram atividades que se distinguiam das programações rígidas e controladas pelos Serviços Sociais patronais.

Por outro lado as avaliações dos Sesc e Sesi nos seus primeiros anos evidenciam que os seus "clientes" estavam muito aquém do número de usuários em potencial. Inclusive foram desenvolvidos programas de divulgação, campanhas de propaganda e a linha de atuação dos serviços alterada.

1.3 A IGREJA E O SERVIÇO SOCIAL

"Da ordem econômica e social Leão XIII expôs os princípios diretores na encíclica sobre a questão do trabalho; esses princípios, em a Nossa encíclica a respeito da reconstrução da ordem social, nós adaptamos às exigências do tempo atual. Ademais, insistindo ainda na doutrina secular da Igreja, relativa ao caráter individual e social da propriedade privada, determinamos o direito e a dignidade do trabalho, as relações de colaboração que devem existir entre os que possuem capital e os trabalhadores, o salário devido em estrita justiça ao operário e à sua família." (96).

O boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio publicou matérias que indicavam a importância da releitura das encíclicas sociais no Brasil do Estado Novo. O mesmo pode ser observado em publicações empresariais (97) e evidentemente no material da Igreja no Brasil.

A análise feita a partir da releitura das encíclicas foi referência importante no projeto político tanto dos setores da Igreja envolvidos na prática da assistência social, como de setores empresariais e governamentais no sentido de trazer à tona política a discussão e o tratamento da "questão social".

Em linhas gerais, a Igreja na encíclica Rerum Novarum (1891, Papa Leão XIII) evidenciava sua preocupação contra as idéias socialistas, buscando cooptar a classe operária e alertar as elites sobre os "perigos" do socialismo. Defendia a propriedade privada como direito natural pois, de acordo com a encíclica, representava "fruto

do esforço dos indivíduos e as leis dos povos à determinação do que cada um particularmente possuiria". A desigualdade entre os homens era considerada natural e a exploração dos patrões junto aos trabalhadores - "o enriquecimento de uns poucos e o empobrecimento da multidão..." - considerada problemática. Caberia a Igreja influir nestas relações sugerindo uma convivência harmoniosa, pois já se constataavam conflitos e antagonismos (98).

A "Rerum Novarum" expõe os deveres dos patrões e dos empregados. Entre os deveres dos patrões: não considerar os operários como escravos, fazer com que os operários se dediquem à piedade e que não sejam super-explorados. Entre os deveres dos operários: obedecer seus patrões e respeitar a propriedade alheia. Em resumo:

"Aos ricos se tinha que inculcar os deveres da justiça e caridade, aos pobres havia de lhes dar consolo para aceitarem a sua condição de despossuídos". (99)

A partir da justificativa da propriedade privada como direito natural, a contrapartida da Igreja era cobrar dos patrões atenuantes para a relação capital/trabalho. Desde salários mais condignos até serviços assistenciais através de instituições sustentadas por estes. Por parte dos empregados também é cobrada contrapartida:

"Que se lembre, porém, os trabalhadores ainda de seus deveres de caridade e de justiça para com os empregadores, que para isso sejam bem capacitados, é respaldando essas obrigações que poderão melhor salvaguardar os seus próprios interesses." (100).

Estabelece-se uma relação de reciprocidade. A Igreja reafirma o

direito natural à propriedade e em contrapartida sugere o estabelecimento de relações mais "humanas" entre capital e trabalho. Subsidiaria toda a argumentação em defesa da propriedade privada como direito natural e incentiva maneiras de dissimular o conflito entre o capital e trabalho.

A Encíclica Rerum Novarum, redigida em fins do século XIX, buscava responder às novas questões sociais em cena com o desenvolvimento industrial, especialmente na Europa: "Cumprira o "seu" papel de portadora de uma doutrina universalizante e formuladora por intermédio de um centro internacional" (101).

Esta releitura no Brasil, nas décadas de 30 e 40, foi extremamente oportuna. A Igreja, diante de sua perda de poder, reformula sua política religiosa. Esta reação - conhecida como reação católica - inicia-se na 2a. metade da República Velha com o empenho para se desenvolver uma ação católica, apoiada no laicato, que repercutisse no ensino público, obras e entidades de caráter de interesse público, enfim, um reposicionamento entre Igreja e Estado diante da sociedade. Os caminhos a serem ativados para reordenar estas relações também foram indicados: universidade católica, jornais católicos, eleitorado católico organizado, ação social católica, etc (102). A carta Pastoral de dom Sebastião Leme, ao assumir em 1916 a diocese de Olinda contém as bases do movimento de mobilização católica:

"Que maioria católica é essa tão invisível quando leis, governo, literatura; escola, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional que se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? (...). Que propaganda fazemos? Que programa desdobramos? Que resistência opomos? (...) Em

vez de coro pungente formemos uma legião que combata: quem sabe falar que fale, quem sabe escrever, que escreva." (103)

A revista "A Ordem", criada em 1921 e no ano seguinte o Centro Dom Vital, foram órgãos de formação/mobilização do laicato com capacidade de combater "no plano político e ideológico, as manifestações que naquele momento a Igreja considerava como mais perigosas para seu domínio" (104). As resoluções formuladas para a realidade brasileira são ortodoxamente antiliberais e antidemocráticas (...) defendem a necessidade de um regime forte, atribuindo ao Estado autoridade absoluta, desde que sob influência da Igreja. Ordem e Hierarquia são condições indispensáveis para a superação da situação de crise. Sua principal palavra de ordem será a de "combater toda a forma de rebelião", coerente com o crescendo de autoritarismo e arbitrio instalado pelos últimos governos da República Velha (105).

Entre as décadas de 30 e 40 dois aspectos merecem destaque na atuação da Igreja: programa da ação social do regime e o de formador de quadros para o sindicalismo bem comportado (106).

O Serviço Social articulado pela Igreja seria a medida indicada para se resolver os problemas que o desenvolvimento industrial criou, via ação do laicato junto aos trabalhadores. A Igreja, reconhecia os problemas/conflitos que se manifestam entre patrões e trabalhadores, entre capital e trabalho e se posicionou como instituição não só com capacidade, mas também com obrigação de atuar/intervir nestas relações.

A implantação do Serviço Social no Brasil surgiu no seio do bloco católico, que manterá, por um período relativamente longo o monopólio dos profissionais especializados nestes serviços, tanto a partir da sua

própria base social, como de sua doutrina e ideologia (107). De acordo com Alceu do Almoroso Lima, numa concepção cheia de referências orgânicas:

"o serviço social visa curar sem violência a sociedade dos males dissolventes e anarquizantes que a atacam em sua fibra mais íntima" (108).

As primeiras escolas de Serviço Social foram católicas e forneceram todo o arcabouço teórico e prático para as experiências mais sistematizadas de implantação destas atividades, como por exemplo o SESI e SESC (109).

O pressuposto básico da ação católica é a intervenção social através de uma "ação educativa": as elites, devidamente preparadas pela Ação Católica, seriam capazes de influenciar na vida social. "A reforma social da sociedade viria através das elites, logo, de cima para baixo. As elites devem cristianizar o povo." (110).

Estas elites consideram os operários incultos e ignorantes que precisavam ser guiados antes que outros o façam; dirigidos e educados. Caso isto não aconteça estes despossuídos são perigosos em potencial, se afastam culturalmente da elite dominante, aflorando suas características, aflorando o conflito de classes (111).

As primeiras turmas de assistentes sociais foram formadas por mulheres arregimentadas nos setores das classes dominantes que atuavam na Ação Social Católica. Este fato aponta para duas características que irão marcar o serviço social por muitos anos.

Primeiro o seu viés de apostolado, daí o fato do afluxo da mão-de-obra feminina e rica: a caridade não deve ser remunerada e as mulheres, principalmente as ricas, não estavam incorporadas ao mercado

de trabalho. Outro aspecto se refere à formação dos agentes sociais onde é dada importância fundamental ao "caráter moral" do postulante, daí a arregimentação de mulheres que já atuavam no meio católico, como uma pré-seleção. Estas mulheres eram consideradas portadoras de uma "superioridade moral" e portanto seriam as pessoas mais indicadas para "assistirem" às classes economicamente e conseqüentemente, na visão do apostolado católico, moralmente menos privilegiadas.

Para atuar junto às organizações operárias foram criados os Circulos Operários, que de acordo com as informações "circulistas" chegaram a constituir-se, em 1939, em 38 entidades arregimentando 80.000 associados. Além considera estes dados exagerados pois representariam 25% dos operários sindicalizados na época (112). De acordo com o jornal circulista "O operário" o número de sócios em 1950 era de 205.000 (113).

Entre as justificativas para a criação dos Circulos encontramos no manual da Conferência Nacional dos Operários Católicos que: "Era de urgente necessidade o lançamento de um movimento operário cristão que, dando ao operariado a paz de uma assistência social imediata, uma formação espiritual e colaborando com os esforços do governo, pusesse um dique à infiltração comunista..." (114).

Não foi possível avaliar a repercussão deste manual para além do público circulista ao qual se destinava. Mas observamos que um destes volumes fazia parte da biblioteca interna do departamento nacional do SESC.

Nas décadas de 30/40 a Ação Católica propõe uma intervenção na "questão social" através dos serviços sociais. A caridade foi criticada como paternalista e em sua substituição foi incentivado o desenvolvimento dos serviços sociais, considerados como uma intervenção

mais sistemática no meio social enquanto disciplina específica. O meio católico teve uma participação destacada nesta mudança, não só indicando o caminho da atuação com serviço social, mas formando as escolas e os técnicos que atuariam neste setor.

A atuação da Igreja é perpassada por dois pressupostos básicos: a noção positiva do ato de trabalhar e a viabilidade de um convívio harmonioso entre capital e trabalho. O trabalho é considerado uma oração, dignificando e purificando os que a ele se entregam com resignação e paciência:

"Não se reza apenas com um rosário ou um missal. Devemos ensinar o jovem trabalhador a rezar com o seu martelo, com o seu banco de carpinteiro, no trabalho. Este não será mais para ele causa de decadência, mas de enobrecimento. É essa a única solução para o problema operário: é a solução que a Igreja lhe dá." (115).

O Círculo Operário, ao refutar os que criticavam o seu discurso por não haver "palavras de guerra aos patrões" aos quais o Círculo Operário devia "atacar sem dó nem piedade", argumenta que as duas classes não podem e nem devem ser inimigas e que o Círculo "obedecendo a doutrina do Evangelho, foi criado justamente para desfazer o ódio e a má vontade que os operários pudessem ter para com os patrões (...)" . E completando com uma declaração da sua razão de ser:

"Para que ninguém fique enganado, é preciso saber-se que um dos pontos principais do programa do Círculo é o repúdio à luta sistemática de classes". (116).

NOTAS CAPITULO I

1. PAOLI, Maria Célia. Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania e leis do trabalho no Brasil -1930-1950. Department of Social History, Birkbeck College, London University, 1988.
2. "Campanha da produção", Boletim da Associação Comercial de Minas, X(119), julho/1944, p.287.
3. Angela de Castro Gomes desenvolve análise sobre a fala do Ministro Marcondes Filho no programa "Hora do Brasil". GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.
4. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, I(3), 10/01/1942, p.6.
5. "Falando aos trabalhadores do Brasil". Brasil. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, X(119), julho/1944, p.287.
6. PAOLI, M. Célia. Op. cit, p.8.
7. Sobre o crescimento e movimentos populacionais no Brasil na década de 40 consultar PATARRA, Neide. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In:-FAUSTO, Boris (coord). O Brasil Republicano t.III, v.11 de História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 2a. edição, 1986.
8. SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, editora da USP, 1966, p.69.
9. PAOLI, M. Célia. Op. cit., p.183.
10. CARONE, Edgard. A República Liberal. vol.I, São Paulo, Difel, 1985, p. 65.

Carone apresenta os seguintes dados:

Censo de 1940

.Número de estabelecimentos 49.418

.média mensal de operários ocupados 781.185

Censo de 1950

.número de estabelecimentos 83.703

.média mensal de operários ocupados 1.177.644

11. PAOLI, M. Célia. Op. cit., p.8. Há polêmica com relação à decretação do salário mínimo. Concordamos com os autores que avaliam que os níveis salariais praticados não sofreram aumentos reais.

12. GOMES, A. de Castro e. Op. cit., p.25.

13. idem, p.26.

14. REINHERT, Arnaldo. O prazer de trabalhar. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio II(140), abril/1946, p.74.

15. idem, p.74.

16. idem, p.74.

17. MENESES, Felipe F. Jr. "O que o operário precisa saber: você não é operário?". O Operário, XXXIV(1553, 8/02/1948, p.1.

18. "Escolas de Samba Unidos de Terra Nova". Gazeta Trabalhista, Rio de Janeiro, II(21), 15/3/1947, p.6

19. ALEM, Silvio Frank. Os trabalhadores e a "redemocratização". Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 1981.

20. PAOLI, M. Célia. Os trabalhadores na fala dos outros. In: -LOPES, Paulo Sérgio Leite (org). Cultura e identidade operária - aspectos da cultura-. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987.

21. ALEM, Silvio Frank. Op. cit., p.

22. "Falando aos trabalhadores brasileiros". Brasil. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Boletim, X(119), julho/1944,

p229-230.

23. PAOLI, op. cit. e ALEM, op. cit.

24. Munakata observa que "no liberalismo, a questão social é efetivamente um caso de polícia. O liberalismo na mera ficção jurídica e sem um instrumento teórico e institucional adequado a dominação burguesa: garantia o domínio absoluto do patrão dentro de sua empresa (...) e assegurava a intervenção policial quando este domínio fosse perturbado pelas agitações operárias." In: -MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.14.

25. MUNAKATA, Kazumi. Op. cit, p. 64.

26. GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p.213

27. idem, p.213.

28. VIEIRA, Evaldo. Estado e miséria social no Brasil - De Getúlio a Geisel: 1951-1978. São Paulo, Cortez, 1985, 2a. edição, p.19.

29. PAOLI, M. Célia (1988), op. cit., p.176

30. "Por mais que os artífices do governo ditatorial (1937/1945) tenham sugerido para a história os equívocos e o silêncio da luta de classes nestes anos, esta não se congelou - embora sua forma tenha mudado inteiramente pelas poucas chances de se manifestar abertamente." PAOLI, M. Célia. Op. cit, p.177.

31. GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p.91.

32. idem, p. 199.

33. idem, p. 201.

34. idem, p. 200.

35. idem, p. 202.

36. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e classes populares. Dados, Rio de Janeiro. (22):5-24, 1979, p.6.

37. Foram realizados vários encontros entre eles: I Congresso

Brasileiro de Economia (1943), Congresso das Indústrias (dezembro/1944), Conferência das Classes Produtoras (maio/1946), II Congresso Brasileiro de Direito Social (maio/1946), Conferência Interamericana de Petrópolis (1947). De acordo com Edgard Carone esta última conferência foi o coroamento do processo anticomunista e anti-democrático. CARONE, Edgard. Op. cit, p.26..

38. OLIVEIRA, João Daudt de. Marcha ao mesmo rumo. Discurso de posse na presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro em 7 de junho de 1945.

39. Carta de Paz Social. Revista da Associação Comercial de Minas Gerais. Belo Horizonte, (85):34-35, maio/1946, p.34.

40. ALEN, Silvio Frank. Op. cit., p.104.

41. De acordo com Alem, p.59: "O Estado Novo não conseguia mais cumprir a principal tarefa que lhe atribuía, consensualmente, a burguesia: prevenir e reprimir a explicitação da luta de classes. O conflito capital trabalho estava a exigir uma nova gerência do Estado". ALEM, op. cit, p.59.

42. SODRE, Ruy de Azevedo. Serviço social. Revista de organização científica, IDORT; XVII(182):5-9, fevereiro/1947, p.6.

43. ALEM, Silvio Frank. Op. cit, p. 102.

44. idem, p. 102.

45. AZEVEDO, Aldo Mário. Rumo à harmonia social. Revista de racionalização do trabalho. IDORT, XV(171):41.

46. PAOLI, M. Célia. (1968), op. cit., p.221.

47. 1946 - O que você precisa saber. SESC, Administração regional do Paraná, Curitiba, 1960.

48. ALEXIN, João Carlos. Origem e concepção das instituições patronais de aprendizagem e serviço social. Dissertação de mestrado,

IUPERJ, Rio de Janeiro, 1979. p.74. Já Alem, refere-se a presença de 1000 delegados das associações do comércio e indústria de todas as regiões do país. ALEM, op. cit, p.104.

49. Vários autores ressaltam a importância da Carta de Teresópolis, entre eles consultar: ALEM, op. cit; CARONE, op. cit; VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2a. edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

50. Entre os dez itens contidos na Carta de Paz Social, três se referem diretamente ao Fundo Social.

51. "SESC e SENAC - entidades de direito privado". Rio de Janeiro, SESC, Dept. Nacional, s/d.

52. "A indústria e o momento atual". Revista Industrial de São Paulo". São Paulo, II(14):26, janeiro de 1946.

53. AZEVEDO, Aldo M. Rumo à harmonia social. Rev. de racionalização do trabalho. São Paulo, XXV(171):4-7, março 1946.

A frase citada faz parte do depoimento do Sr. Alberto Byinton Júnior na Federação das Indústrias.

54. A intervenção social do poder público justificava-se pela "demonstração de dever elementar da coletividade nacional, de prevenir casos de miséria e pobreza incompatíveis com a boa ordem social, econômica e política". Seguro Social Livre. Rio de Janeiro, SESC, Dept. Nacional, s/d.

55. Carta de Paz Social. Revista Industrial de São Paulo. São Paulo, II(14):2, janeiro, 1947.

56. Boletim da Associação Comercial de Minas. Belo Horizonte, (89):11, 25 de março de 1946.

57. idem, p. 11.

58. AZEVEDO, Aldo M. op. cit, p.4.

59. idem, p. 4.

60. O Sr. Alberto Byinton ressalta a preocupação com as greves no mês de março de 1945, lembrando que "os acontecimentos que perturbaram a marcha da produção em São Paulo em maio de 1945", não atingiram a sua fábrica não por obra do acaso "mas sim resultado de um trabalho iniciado há mis de três anos atrás". In: AZEVEDO, Aldo M. Op. cit., p.4.

Sobre o período Byinton observa: "Todos nós temos sido testemunhas das tremendas transformações pelas quais o mundo tem passado, sob o ponto de vista político e social, durante estes primeiros 45 anos do século." Idem, p.4.

61. idem, p.5.

62. AZEVEDO, Aldo M. Uma nova forma de zelar pelo bem-estar dos operários. Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, (126)

63. "Uma série de condições agradabilíssimas de trabalho". Gazeta Trabalhista, Rio de Janeiro, V(58), 30/06/1950, p.2.

64. idem, p.2.

65. "Clima de Paz Social na Bangô". Gazeta Trabalhista, Rio de Janeiro, IV(49), 23/09/1949, p.1 a 6.

66. "O salário do operário da Bangô". Gazeta Trabalhista, Rio de Janeiro, IV(52), 24/12/1949, p.2.

67. "Fábrica Bangô produz tuberculosos em massa". Gazeta Trabalhista, Rio de Janeiro, IX(s/no.), 4/11/1948, p. 1 a 6.

68. AZEVEDO, Aldo M. Uma nova forma de zelar pelo bem estar dos operários. Revista de racionalização do trabalho IDORT, Rio de Janeiro, IX(126):122/123, junho/1946, p.123.

Este artigo também foi publicado no Boletim do Ministério do

Trabalho, Indústria e Comércio citado na nota 62 deste capítulo.

69. SIMONSEN, Roberto. O problema social no Brasil. In:--Evolução industrial no Brasil e outros estudos. São Paulo, Editora Nacional/USP, 1975.

70. FIORE, M. Helena de Araújo (coord). Origens e implantação do programa de lazer no SESC. Rio de Janeiro, SESC, 1982.

71. De acordo com Barbara Weinstein o SESI, mais do que o SENAI, foi realizado por Simonsen e seu grupo, representando o êxito de um longa campanha do líder industrial paulista para fundar e controlar, através da iniciativa privada, os serviços sociais e médicos para os trabalhadores. WEINSTEN, Barbara. The Industrialist, the State, and the Issues of Worker training and Social Services in Brazil, 1930-50. The Hispanic American Historical Review (HAHR). Durham, Duke University Press. 70(3):379-404, 1990. p.398.

72. O decreto-lei no. 9.853 de 13 de setembro de 1946 atribuía à Confederação Nacional do Comércio o encargo de "criar e organizar o Serviço Social do comércio"; enquanto o decreto no. 9.403, de 25 de junho de 1946, atribuía à confederação Nacional da Indústria o encargo de "criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria."

73. A Previdência Social no Brasil e no estrangeiro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1950.

74. No levantamento bibliográfico sobre o SESI e SESC encontramos basicamente 3 textos que se detêm sobre estas instituições: ALEXIM, João Carlos. Op.cit; MIGUEL, Walderez Loureiro. O serviço social e a promoção do homem - Um estudo de ideologia. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979 (especialmente pags.33 a 52); IAMAMOTO, M. e CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil. São Paulo, Cortez/Celats, 7a.edição, 1990, (especialmente pags.274 a 288).

75. ALEXIM, João Carlos. Op.cit., p.79/80.
76. idem, p.80.
77. AZEVEDO, Aldo. M. "O espírito do SESI". Arquivo do Instituto de Direito Social, Vol.9, no.1, dezembro/1949, São Paulo. Citado por IAMAMOTO e CARVALHO, op. cit., p.398.
78. WEINSTEIN, Barbara. Op. cit., p.398.
79. "O SESC é uma entidade de direito privado?". Rio de Janeiro, SESC, Dept. Nacional, 1953.
80. VELLOSO, Nylton Moreira. Sessenta dias tormentosos na vida do SESC e do SENAC. Rio de Janeiro, SESC, Dept. Nacional, 1959, p.5.
81. IAMAMOTO e CARVALHO observam que o SESI teve por base a experiência pioneira do SENAI. IAMAMOTO e CARVALHO. Op. cit. p.274.
82. SIMONSEN, Roberto. Op. cit., p.449.
83. idem, p.449.
84. idem, p.449.
85. "O SESC é uma entidade de direito privado?". Rio de Janeiro, SESC, 1949.
86. idem, p.11.
87. idem, p.12.
88. idem, p.13.
89. FISCHLOWITZ, Estanislau. "O SESC e o panorama social moderno". Rio de Janeiro, SESC, Dept. Nacional, 1953, p.35.
90. SESC, Rio de Janeiro, 1949, refl 515/15c
91. refl 1092/15e
92. "Estudos sobre as linhas do plano de ação do SESC". Rio de Janeiro, SESC, Dept. Nacional, 1948, p.4 e 5.
93. RIOS, José Arthur. "Avaliação do SESC". Instituto de Estudos

para o Desenvolvimento social e econômico (INED), Rio de Janeiro, SESC, Dept. Nacional, 1963.

94. *idem*.

95. Entre estes artigos: "Vultuosa verba secreta para corrupção política", A Classe Operária, III(125), 22/5/1948; "O SESI - instrumento de mentira e mistificação contra os trabalhadores", A Classe Operária, 2/4/1947, p.2; "Os trabalhadores e o SESI", Gazeta Sindical, 31/7/1948. As diversas manifestações da imprensa operária criticando ou elogiando os serviços sociais patronais e criando opções de entreterimento estão melhor desenvolvidas no capítulo IV - Visões operárias.

96. "Encíclica "DIVINI REDENPTORIS"". Boletim do Minist. do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, III(34):83-91, junho/1937.

97. "RERUM NOVARUM". Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, VII(83):39-109, junho/1941.

98. Desde a encíclica "Rerum Novarum" a insistência em dissimular o antagonismo de classe pode ser entendido como sua afirmação. Com relação ao Estado Novo e a luta de classes, Alcir Lenharo esclarece: "O Estado Novo levou a sério a existência da luta de classes, assim como as possibilidades reais da classe operária no jogo do poder. A estratégia jurídica de aliciamento e a proposta corporativista de sindicalização apontam para uma política especialmente orientada de controle da classe operária e de sua reestruturação a partir da orientação imprimida pelo poder." LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas, Papirus, 1986, p.22.

99. MARINQUE CASTRO, Manuel. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo, Cortez, 1984.

100. "Encíclica "Divini Redemptoris"". Boletim do Minist. Trab. Indústria e Comércio, op. cit.
101. IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. Op. cit, p.143.
102. idem, p.143.
102. Carta Pastoral Dom Sebastião Leme, citado por IAMAMOTO e CARVALHO, op. cit., p.145.
104. idem, p.145.
105. idem, p.148.
106. ALEM, Silvio Frank. Op. cit, p.31.
107. CARVALHO, Raul de . Modernos agentes da justiça e da caridade (notas sobre a origem do serviço social no Brasil). Serviço social e sociedade. Rio de Janeiro, Cortez, 1(2):43-71, março/1980, p.59.
108. FONTOURA, Amaral. Introdução ao serviço social. Rio de Janeiro, Editora Aurora, 3a.edição, 1959, p.124.
109. IAMAMOTO e CARVALHO. Op cit.
110. ABUIAR, Antônio Geraldo de. Serviço social e filosofia. São Paulo, Cortez, 3a. edição, 1985, p.23.
111. CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.28 a 30.
112. ALEM, Silvio Frank. Op. cit, p.31.
113. O Operário, São Paulo, XXXVIII(16063), 30/04/1950, p.2
114. Conferência Nacional Operária Católica. Citado por ALEM, op. cit., p.31.
115. CARDIJIN (Cônego). "O grande problema da humanidade é o operário". O operário, São Paulo, XXXV(1594), 5/12/1948, p.1.
116. "Paz Social". O operário, XXXVI(16017), 22/05/1949, p.1.

CAPITULO II - TEMPO DE NAO SE PERDER TEMPO

"Pouco valerá ao trabalhador em tempos normais ganhar salários mais altos, se ele não souber utilizá-los. E preciso ensinar-lhes pela educação, pela escola, como alimentar-se convenientemente, como vestir-se, como morar, como ter hábitos higiênicos, como extrair do seu ordenado o máximo de proveitos materiais e espirituais para si como para sua família." (1)

O trecho citado acima faz parte do discurso do empresário João Daudt d'Oliveira em 1943, na abertura do I Congresso de Economia. A situação da economia brasileira, na visão empresarial, com certeza não se resumia ao valor dos salários. E, sem dúvida, a questão salarial e nível salarial não era o "calcanhar de aquiles" nas relações entre o capital e trabalho no período. O que nos interessa observar são as indicações do Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro sobre a maneira de lidar com a força de trabalho. O discurso da "proteção", da "assistência" e da "formação moral" da mão-de-obra não é novo. Esteve presente desde o século passado, mas na década de 40 este discurso encontra maior ressonância.

Com a intensificação da industrialização as relações de trabalho sofrem mudanças: o tempo do trabalho passa a ser melhor delimitado e conseqüentemente o tempo fora do trabalho também merece atenção.

As noções de tempo e espaço sofrem alterações. O tempo deixa de seguir as determinações da natureza: as estações do ano, o período da colheita, as medidas de tempo relacionadas com atividades caseiras. O

tempo passa a ser delimitado de forma mais regular e precisa. Os relógios são "ferramentas" imprescindíveis nos espaços fabris e acabam por espalhar seus marcos temporais por toda a cidade. O horário do início e fim da jornada de trabalho regulam não apenas as vidas dos que estão dentro das fábricas.

Muitas transformações ocorreram entre, por exemplo, as fábricas têxteis do início do século e as da década de 40. Na fábrica de tecidos mineira Cedro Cachoeira até a instalação da luz elétrica nas suas dependências, em 1905, a jornada de trabalho era determinada pela claridade do dia: trabalhava-se enquanto a claridade do dia o permitisse. Com a instalação da luz elétrica as jornadas se estendiam até às oito horas da noite, completando quinze horas de trabalho diário (2)

Em 1940 a fábrica de tecidos Bangu (Rio de Janeiro) enviou telegrama para a Central do Brasil, em nome do seu presidente, solicitando a alteração do horário de partida do trem da estação de Bangu. A alteração se referia ao atraso de alguns minutos na partida do trem para conciliar com o horário com que os operários da fábrica terminavam o trabalho. A solicitação da indústria, divulgada no jornal da fábrica Bangu, revela a incorporação do valor tempo nas relações de trabalho para além do trabalho. Não só o tempo dentro da indústria é precioso, como também o tempo reservado ao descanso. Em nada o horário do trabalho seria alterado com a mudança no horário da partida do trem. A mudança possível de ser obtida era justamente no tempo do descanso através da diminuição da espera do operário pelo transporte no final da jornada de trabalho. Esta alteração interessa não apenas ao trabalhador, mas ao capital, que percebe nesta mudança possibilidades de maior lucratividade, sem falar no aspecto demagógico da questão

divulgando a "atenção" do dono da fábrica para com os seus operários. O artigo do jornal da fábrica comentando o assunto é intitulado "O amigo que não falha: Guilherme da Silveira Filho" (3).

O tempo "vale ouro" pois é elemento integrante da exploração da mão-de-obra. O trabalhador assalariado vende, junto com sua força de trabalho, o seu tempo. Para manter a disciplina no espaço fabril as atenções são voltadas para o controle do tempo através da assiduidade, pontualidade e da utilização do tempo no espaço das fábricas e atividades comerciais. Uma das lutas travadas entre capital e o trabalho é referente ao controle e limitação do tempo. O desejo de alterar o relógio, adiantando-o para tocar a campainha antes da hora de encerrar as atividades ou atrasando-o no retorno do trabalho, foi uma das maneiras de desafiar o controle do tempo pelos patrões (4).

Pontualidade, assiduidade, são itens que devem ser apresentados e ensinados como deveres de todos os novos trabalhadores. É necessário divulgar as novas regras do espaço fabril onde o controle do tempo e do espaço são aspectos essenciais nas relações capitalistas.

Thompson, analisando o desenvolvimento industrial na Inglaterra e as transformações na noção de tempo e disciplina do trabalho, observa que os patrões ensinaram à primeira geração de trabalhadores industriais a importância do tempo; já a segunda geração formou comitês pela jornada de dez horas; a terceira fez greves para conseguir a regulamentação delimitando o horário do trabalho, o horário extra; aprederam a lutar com estas categorias: "Habían aprendido la lección de que el tiempo es oro demasiado bien" (5).

Stephen Marglin ao discutir a transferência do sistema "putting out" para o sistema de fábricas e suas relações com mudanças tecnológicas e controle de trabalho observa que ao capitalista, nesta

transição, interessava justamente fixar, ele mesmo, as partes relativas ao trabalho e ao lazer: "os interesses dos capitalistas exigiam que os operários só pudessem escolher entre submeter-se ao patrão, ou não trabalhar: o sistema de fábrica não deixou outra saída." (6)

Para Marglin o que estava em questão era muito mais o controle disciplinar do capitalista sobre os trabalhadores do que uma resposta aos possíveis avanços tecnológicos. Com esta mudança, o capitalista passou a controlar vários trabalhadores no interior das fábricas e, em consequência, passou a controlar todo o processo produtivo: assiduidade, ritmo de trabalho, controle de qualidade, etc.

Com o desenvolvimento do sistema de fábrica o trabalhador perdeu não apenas o controle do tempo/intensidade do trabalho, perdeu o controle do processo produtivo:

"O segredo do sucesso da fábrica, o motivo da sua adoção, é que ela tirava dos operários e transferia aos capitalistas o controle do processo de produção. Disciplina e fiscalização podiam reduzir os custos, na falta de uma tecnologia superior." (7)

Desta maneira seria possível controlar a "indisciplina" dos trabalhadores que, mesmo com a perspectiva de ganharem mais, optavam por trabalhar menos. No sistema de fábricas esta possibilidade será enfaticamente inibida e punida.

No Brasil a preocupação com o tempo "liberado" - tempo livre e de descanso - por parte do meio empresarial e do Estado esteve diretamente relacionado com a conquista e consolidação, pela classe trabalhadora, de direitos, especialmente à conquista de direitos

relativos a limitação do tempo do trabalho (jornada diária, férias, repouso remunerado, etc).

Os empresários, no Brasil, adiaram ao máximo toda a discussão/negociação referente às reivindicações e conquistas da legislação trabalhista, que incluía a limitação do tempo do trabalho: hora extra, férias, semana inglesa, jornada diária e semanal, repouso semanal remunerado, etc. Mesmo quando estas conquistas passaram a ser reconhecidas legalmente, os empresários burlaram a legislação de todas as formas possíveis. Neste sentido contaram com o apoio legal, pois não havia controle governamental eficiente para impedir o desrespeito à legislação. Estes setores, em coro com setores governamentais, utilizavam o discurso de incentivo à produção, contrapondo o não trabalho e as ausências (considerado um grande problema para os setores empresariais) à preguiça e à indolência.

A situação tanto na visão empresarial como junto ao Estado merecia atenção. O período da 2a. Guerra Mundial foi propício para se reforçar o coro da necessidade da retomada da produção no país.

O aumento da produtividade, nos discursos tanto empresarial como governamental na década de 40, se viabilizava pela "colaboração" dos trabalhadores cumprindo com os seus "deveres". Para que os trabalhadores não se esquecessem dos seus "deveres" e ou principalmente não se esquecessem que estavam sendo fiscalizados, a listas com os deveres foi espalhada em cartões, como por exemplo na firma L. & M. Borba: "Deveres do trabalhador":

1. Não estragar o material com que trabalha.
2. Zelar pela ferramenta de trabalho, porque esta o ajudará.
3. Não perder tempo nas horas de trabalho.
4. Fazer por merecer o salário que recebe.

5. Não esconder o mal feito.
6. Dar bons exemplos para ser um chefe estimado tanto no trabalho como na família.
7. Não sacrificar esforços em trabalho sem resultado.
8. Zelar pela própria saúde, como meio de garantir a eficiência do seu trabalho e bem estar da família.
9. Não permitir a indisciplina no trabalho.
10. Ajudar aos que carecem do seu trabalho e de seu auxílio (8)

Sugestivamente os "deveres dos trabalhadores" somavam-se 10. Os mandamentos religiosos, com a força do imperativo, também somam-se 10. Os malandros, na década de 40, respondiam, com toda a irreverência da malandragem, aos mandamentos do trabalho e aos 10 mandamentos de Moisés com a chacota dos "mandamentos do otário". (9).

Os deveres dos trabalhadores são propagados pelos quatro cantos da fábrica, muito mais do que serem lidos, o objetivo é de que sejam assimilados, para serem cumpridos. As ameaças são variadas: desde punição até o retorno do descuido e da desatenção no trabalho para o próprio operário, em casos de acidentes ou em baixa da produção, condicionando às alterações salariais.

A atuação prioritária dos serviços sociais criados pelos empresários visava atuar justamente no tempo fora do trabalho. Os SESI e SESC reconheciam a necessidade do tempo livre para reprodução da força de trabalho (10) e concomitantemente surgia a preocupação "com a regulamentação e controle do uso do tempo liberado do trabalho e sua adequação aos valores culturais dominantes na sociedade." (11).

O período necessário para o descanso era entendido enquanto elemento viabilizador do ritmo produtivo. A fadiga, além de diminuir o

rendimento, podia causar acidentes que inviabilizam as metas de produtividade. A fadiga estava diretamente relacionada com a produtividade, como explica o texto do IDORT "O único meio objetivo de que dispomos para verificar a fadiga está nas flutuações do rendimento" (12). O meio empresarial incorpora as lições da medicina social desenvolvida no século passado na Europa.

Clementina Cunha observa que a medicina social constituía-se, junto com a policia médica, uma das faces do controle/disciplina sociais. A atenção destas práticas se voltam cada vez mais para o trabalhador urbano: "o proletário passa a constituir objeto de uma atenção médica que mais e mais explicitamente visa regenerá-lo, curá-lo, fortalecê-lo, discipliná-lo, moralizá-lo, adestrá-lo às suas funções." (13).

Na década de 40, boa parte da mão-de-obra que integra os quadros crescentes da indústria e comércio são migrantes das regiões rurais, trabalhadores considerados inadaptados/despreparados, desacostumados às relações fabris e urbanas. (14)

O Boletim da Associação Comercial de Minas chama a atenção, ao seu modo, para o problema do êxodo rural em direção às grandes cidades acarretando

"...evidente prejuízo para a lavoura do país, e o <problema> dos ociosos, que estadeiam pelas ruas e avenidas das capitais na sua imensurável falta do que fazer. (...) Quanto aos ociosos, o espetáculo que apresenta Belo Horizonte é também de arrepiar. Abalance-se quem quer que seja a passar pela Avenida Afonso Pena a certa hora do dia e especialmente à noite dos sábados e domingos. Vencer aquela onda de desocupados e dosocupadas, que entopem os passeios é

um trabalho de limpeza que nem o famigerado Hércules mitológico poderia acrescentar aos numerosos outros que praticou e que lhe deram fama" (15).

A Av. Afonso Pena, em Belo Horizonte, atravessa o centro da cidade, e nas noites de sábado e domingo transformava-se numa opção gratuita de passeio. Até hoje acontecem os "footings" na região central de Belo Horizonte nos fins-de-semana. A preleção contra os "ociosos", não esconde o conflito entre duas formas de vida/lazer distintas. O "footing" nas noites de sábado e domingo pelas ruas centrais da cidade, admirando vitrines, paquerando, conversando, caminhando sem pressa e sem um roteiro previamente definido exasperava os padrões burgueses de comportamento desejado para os pobres trabalhadores que, quando não descansam nas noites de sábado e domingo, são chamados pejorativamente de "ociosos". A "limpeza" que o "famigerado Hércules" não seria capaz de executar, vai ser tarefa designada para a polícia, que também se reponsabiliza pelos "bons costumes". E mais sutilmente, tarefa para as atividades "educativas" de longo prazo, empreendidas por setores empresariais, através de instituições como o SESI e SESC, e outros serviços sociais que de modos, intensidade e tempos distintos vão insistir em alterar hábitos e costumes das populações urbanas, pobres e trabalhadoras, pouco afins com o mundo industrial sonhando pelos donos do capital.

Para integrar a mão-de-obra às regras da industrialização seria necessário mais do que apenas o contrato de trabalho. Havia necessidade de treinar esta mão-de-obra para as tarefas da fábrica e do comércio, como também adaptá-la ao espaço e tempo urbanos: novos hábitos e costumes, que incluíam habitação, alimentação, educação, e por

que não, atividades relacionadas com o tempo livre. Havia toda uma preocupação por parte dos empresários e Estado de integrar de corpo e alma a mão-de-obra ao trabalho. A disciplina extrapola o espaço e tempo fabris, espairando-se por todas as relações exteriores ao trabalho (16).

Um dos tópicos que perpassou os temas tratados nos artigos da Revista de Organização Científica publicada pelo IDORT neste período foi a questão do tempo. A noção de que o tempo vale ouro e por isso deve ser aproveitado da forma mais produtiva possível: tempo da execução das tarefas no trabalho, tempo da administração, tempo do descanso, inclusive otimizado até o tempo dos "naturalmente preguiçosos". (17)

O IDORT promovia jornadas, com duração semanal, versando sobre determinado assunto. Entre estas jornadas mereceu destaque a jornada contra o desperdício com atenção especial ao desperdício do tempo no trabalho industrial. Os textos da Revista do IDORT apresentam sempre soluções pragmáticas: contra o desperdício de tempo no trabalho industrial indicava-se a melhor seleção da mão-de-obra utilizando-se da psicotécnica que incluía itens como a observação da resistência física e força muscular, assiduidade e disposição para o trabalho e a utilização da mão-de-obra por empreitada que, entre outras vantagens, proporcionava maior dedicação do operário ao trabalho, com maior quantidade e qualidade, interesse do operário na conservação de máquinas e ferramentas como também a "limitação dos atritos entre gerência e o operariado (...). E finalmente, a grande vantagem da constância do operário ao emprego..." (18).

Mas o pragmatismo dos artigos do IDORT não se limitava ao tempo no trabalho industrial. Merecia atenção o tempo gasto no trajeto até o

trabalho, nas atividades domésticas, o tempo do descanso. As ilustrações abaixo (19) fizeram parte da campanha contra o desperdício.

De acordo com as técnicas da racionalização do trabalho todo este universo de atividades deveria ser alvo da regulamentação e otimização. A racionalização do tempo também invadia as residências operárias com conselhos de como proceder na educação dos filhos encaminhando-os para a vida do trabalho:

"Os pais ordeiros, econômicos e bem orientados procurarão incutir nos filhos o princípio da ordem e da economia. Um sapato trocado ao chegar da escola por outro mais usado, as roupas guardadas nos seus respectivos lugares, os livros cuidados, o trato pessoal orientado, não permitindo nem mesmo o exagero de pasta na escova de dentes - e a criança será no lar mais um cooperador consciente sem perda de tempo e de trabalho, sem gastos absurdos e desperdícios." (20).

A noção de tempo livre, neste contexto, tem duas faces. Uma que aproxima o tempo livre do tempo do trabalho colocando um à disposição do outro. Se descansa para se recuperar do desgaste do trabalho e se capacitar para uma nova jornada. O descanso é considerado como um tempo viabilizador do trabalho, logo necessário.

A outra face do tempo livre rompe com o tempo estritamente necessário ao descanso e às atividades domésticas. É o tempo fora do alcance da disciplina fabril. Tempo livre para reuniões, para organizações, para conspiração e por isso: "...mas, nunca, as horas de lazer deverão ser preenchidas com atividades contraproducentes ou anti-sociais" (21).

Esta outra face do tempo livre carrega todo o conflito entre capital e trabalho, entre o tempo roubado da diversão, do descanso, do

não fazer nada, dos botequins, da conversa na rua e dos sonhos, do que não foi possível fazer, como observa Rancière estudando os sonhos dos proletários franceses:

"a dor pelo tempo roubado a cada dia trabalhando a madeira ou o ferro, costurando roupas ou fazendo sapatos sem outro objetivo senão o de manter indefinidamente as forças da servidão e da dominação (...)." (22).

E esta outra face do tempo livre que incomoda a disciplina do trabalho: o tempo do não fazer nada. "Os perigos da inação" (23) deveriam ser combatidos pelo tempo produtivo, pela noção de tempo que insiste em incorporar por toda e para toda a vida a disciplina do interior da fábrica.

O tempo do lazer carrega estas duas dimensões. A oposição ao trabalho, sua negação, o seu avesso. Em contrapartida uma outra noção busca transformar todo o tempo da existência humana num "motum continuum" do tempo do trabalho, com ritmos diferentes. Em espaços diversos o tempo do trabalho e o tempo do lazer se complementam.

A atuação do serviço social empresarial preocupava-se com este "tempo da inação" incluindo as atividades de lazer como forma de incorporar a mão-de-obra à nova fase de desenvolvimento industrial:

"A organização dos lazeres, de modo a possibilitar o desenvolvimento mais pleno, físico, intelectual, cultural e moral da individualidade do trabalhador constitui uma das tarefas mais interessantes do serviço social moderno" (24).

Esta intervenção demonstra uma tentativa de controle da mão-de-obra que ultrapassa espaços e tempos do trabalho, intervindo na

sua própria formação. Mais do que razões de "caráter humanitário" justificariam estes serviços. As razões econômicas moviam o discurso e a prática do serviço social:

"O que é indispensável salientar é que, mesmo que se ponha em plano secundário qualquer consideração de ordem humanitária ou sentimental, há realmente vantagem material e palpável para a empresa, em o industrial estabelecer por sua conta a assistência ao operariado, não só dentro da fábrica como, principalmente, nas horas e lugares em que permanece fora da fábrica." (25).

O trabalho ganha novas conotações positivas. Os estudos de racionalização do trabalho auxiliam nesta direção. São apresentadas desde noções como a aptidão, vinculando trabalho como uma atividade prazerosa: "não há dinheiro que pague o trabalho feito contra a vontade" (26). Ou o texto intitulado "O trabalho e a felicidade", publicado na Revista do Idort, em maio de 1945 (27), para ficarmos com apenas dois exemplos.

Um dos foruns desta discussão foi o Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho (IDORT), criado em 1931, em São Paulo, com o objetivo de desenvolver propostas de racionalização nas indústrias brasileiras. Este instituto baseou-se na experiência acumulada nos anos 20, pelos vários grupos envolvidos com a questão da organização do trabalho (28). As propostas e prestações de serviço do IDORT foram ampliando-se, deixando de atuar especificamente nos espaços do trabalho, para buscar expandir suas concepções e atividades racionalizadoras, num discurso voltado para toda a sociedade. A referência ao IDORT é importante na medida em que o instituto

representava uma centro de divulgação da "mentalidade racional" com penetração junto aos grupos profissionais relacionados com os setores empresariais, tanto quanto setores públicos.

O trabalho como atividade positiva e em contrapartida o ócio como atividade negativa e potencialmente perigosa, foram noções exploradas no Brasil desde fins do século XIX. Aqueles que não estavam nos locais de trabalho, aqueles que passeiam pelas ruas, batem papo nos botequins, se misturam com as sombras da noite imprevisível, propícia para tramas, reuniões, acordos, e adiam o retorno às suas casas são rapidamente taxados de "vadios" e "desordeiros". Sidney Chalhoub estudando a cidade do Rio de Janeiro, no início do século observa que:

"A associação do espaço fundamental do lazer destes homens com rótulos estigmatizantes do tipo "desordeiros" e "vadios" é sintomática e reveladora. Esse tipo de associação revela mais uma vez o projeto de vida que a jovem República trazia para esses homens: ao chamá-los de "desordeiros" e "vadios", enfatizava-se novamente que urgia transformá-lo em "morigerados" e "trabalhadores". (29).

No início do século, esta relação que opunham aqueles que se dirigiam e se ocupavam com o trabalho, daqueles que se afastavam do trabalho, do trajeto exemplar -casa/trabalho/casa-, revela, de acordo com Chalhoub, algo que também se desejava ocultar: "a tentativa de imposição de hábitos de trabalho compatíveis com os desígnios burgueses de acumulação de capital encontrou firmes obstáculos nos velhos hábitos e no modo de vida tradicional dos pobres urbanos em questão." (30). De certo modo estes obstáculos às imposições da ordem burguesa se

resguardavam no tempo exterior ao trabalho.

Já na década de 40 o combate aos velhos hábitos se fortalece unindo-se ao combate ao "espírito indolente. A Revista do IDORT, veicula alguns artigos condenando este mal no país:

"Dizem por aí que o grande mal do Brasil é o analfabetismo. Engano o grande mal é o mal de raiz: o relaxamento, o afrouxamento, a incúria, o desmazelo, a protelação, a negligência, a transigência, a condescendência, a esmoralização, a perversão...termos estes que traduzem a indolência de caráter, se é que se pode haver caráter indolente" (31).

O artigo segue dando exemplos do "caráter indolente" que curiosamente recai sobre os trabalhadores desqualificados. O trecho citado acima se referia, entre outros trabalhos, ao trabalho do lixeiro que deixa o lixo pela metade; ao carteiro que só entrega correspondência até 1 kg; ao varredor de rua que "não varre e sim espalha o lixo e faz poeira"; ao assessorista que demora para atender aos chamados e assim por diante.

Para melhor combater o "caráter indolente", principalmente enquadrá-lo no ritmo do mundo moderno, o tempo do trabalho invade o tempo do lazer. As ausências alteram o ritmo da produção, e o dia seguinte ao descanso, normalmente as 2as. feiras é quando ocorrem maior incidência de acidentes por displicência e diminuição no ritmo da produção (32). As técnicas de racionalização do trabalho se aprofundam no tempo/espço fabril: o cansaço mental, o excesso de esforço físico, a intensidade da produção no decorrer do dia do trabalho são alvos de estudos. Por mais que se desejasse controlar as variáveis que

interferiam na produtividade dentro do espaço do trabalho, o mundo exterior ao trabalho fica aquêm e além da regulamentação e acabava por interferir no tempo do trabalho. As tentativas de divulgação e incentivo das atividades voltadas para o tempo fora do trabalho, via Estado ou no caso empresarial via SESI e SESC, em grande medida estão objetivando ampliar o próprio controle do trabalho.

Os altos índices de absenteísmo ameaçam o ritmo da produção. As ausências devem ser reprimidas a todo o custo. Mais do que garantir os índices de produtividade há necessidade de incutir a disciplina do trabalho. Ausências frequentes, interrupção no trabalho por razões independentes da produção e atrasos são identificados como indolência e ociosidade, considerados não só faltas graves mas também fraquezas morais.

O Ministério do Trabalho, na pessoa do Ministro Marcondes Filho, na década de 40, conclamava os trabalhadores a comparecerem ao trabalho. A luta pela assiduidade transformou-se no "Problema do Absenteísmo", que de acordo com o Ministro, era sensivelmente mais grave no Brasil do que nos outros países:

"O absenteísmo é um dos maiores obstáculos no caminho da maior mobilização de todos os recursos das coletividades nacionais com o objetivo de assegurar o bem-estar geral. Não somente a legislação social de todos os países (...), como também os serviços privados (...), procuram todos os meios de organizar um combate eficaz a esse mal orgânico da civilização industrial." (33).

Mas a preocupação é para além do absenteísmo, que significava a ausência física do trabalhador. A mera presença física não era capaz,

para desespero dos técnicos da racionalização do trabalho, de conter o atraso, a morosidade, o "descuido", o "desmazelo" que sem dúvida identificam-se com resistência e conflito:

"a mera presença física dos trabalhadores nos estabelecimentos de trabalho não significa ainda o trabalho normal, regular e produtivo (...) o que deve ser oposto ao absenteísmo, forma mais visível e flagrante das deficiências do trabalho assalariado, não é, pois, tão só o atendimento regular do indivíduo ao trabalho, mas sim, o trabalho eficiente, produtivo e de resultados econômicos positivos." (34).

O trabalho já citado de Sidney Chalhoub, "Trabalho, Lar e Botequim" (35) percorre o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro, no início do século, e é rico na reconstrução de vários episódios que demonstram que o dia dos trabalhadores apresentava uma gama variada e criativa de resistências no enfrentamento das práticas de dominação impostas pelo capital. A divisão rígida do tempo de trabalho e do tempo de lazer é constantemente burlada, por exemplo, pelos trabalhadores ambulantes (baleiros, carregadores, vendedores de jornais, entre outros) e muitas vezes entre os trabalhadores que nos interstícios da jornada de trabalho frequentam os botequins "quebrando assim a rotina de produção que seria desejável do ponto de vista estrito dos donos de capital" (36).

O trabalho de Angela Salvadori (37) também segue o caminho de "jogar luz" numa série de comportamentos denominados malandros que, analisados ao longo das quatro primeiras décadas deste século, no Rio de Janeiro, demonstravam astúcia para driblar e fugir das várias

medidas de enquadramento social, que a partir da noção do trabalho, indicavam comportamentos morais para todos os momentos da vida social.

NOTAS CAPITULO II

1. OLIVEIRA, João Daudt de. Discurso de instalação do I. Congresso de Economia, RJ, 1943
2. DUARTE, Regina Horta. O povoado do Cedro: um palco, muitas histórias. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1(2):102/120, junho/1986.
3. "O amigo que não falha". Gazeta Trabalhista, Rio de Janeiro, IV(45), 27/05/1949.
4. THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: -Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona, editorial Critica, 2a. edición, 1984.
5. Idem, p. 280
6. MARBLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento de tarefas (Para que servem os padrões?). In: -GORZI, André (org.). Crítica da divisão do trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
7. Idem, p. 58.
8. Deveres do trabalhador. Revista Organização Científica. Rio de Janeiro, IDORT, II(136), julho/1946, p.6.
9. SALVADORI, Maria Angela Borges. Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950). Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1990.
10. FIORE, M. Helena M. de Araújo (coord). Origens e implantação do Programa de lazer no SESC, RJ, SESC, 1982.
11. idem, p.26.
12. "Fadiga e acidentes". Revista Organização Científica. São Paulo, Idort, XI(132), dezembro/1942, p.6.
13. CUNHA, Clementina. O espelho do mundo: Juquery, a história

de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.26.

14. Entrevista c/ Nylton Velloso, Belo Horizonte, 4 de Julho de 1990.

15. Mendicância e a linha Siegfried. Boletim da Associação Comercial de Minas. Belo Horizonte, Associação Comercial de Minas Gerais, 6(73), 15/setembro/1944

16. A preocupação com a produtividade do trabalho e a organização racional do trabalho deram origem à criação do Idort, em 1931. Sobre o Idort consultar ANTONIACCI, Maria Antonieta. A vitória da razão - O IDORT de 1931 a 1945. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 1985.

17. AZEVEDO, Aldo M. O valor da preguiça. Revista de Organização Científica. São Paulo, IDORT, XVIII(210), junho/1949, p.6.

18. "Luta contra o desperdício". Revista de Organização Científica. São Paulo, IDORT, VIII(95), novembro/1939, p.250

19. Campanha do IDORT contra o desperdício. Informativo do SENAI. São Paulo, IX(126):1/2, novembro/1954, p.1.

20. GAMA, Noemia Nascimento. Cooperação no lar. Revista de Organização Científica. São Paulo, IDORT, XVIII(211):5/6, julho/1949, p.5.

21. GOMES, Lea Mendes da Silva. Conceito de recreação: resumo histórico e importância nos tempos modernos. Rio de Janeiro, SESC, s/d.

22. RANCIERE, Jacques. A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p.7.

23. Os jogos - Complemento educacional. Boletim SENAI. São Paulo, V(7):4/5, fevereiro/1946.

24. FISCHLOWITZ, Estanislau. A previdência social e o serviço social do comércio. Rio de Janeiro, Sesc, 1957, p.15.

25. AZEVEDO, Aldo. Uma nova forma de zelar pelo bem estar dos operários. Revista de Organização Científica. São Paulo, IDORT, IX(126)121/123, junho/1942, p. 123.

26. REINHERT, Arnaldo. O prazer de trabalhar. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, XII(140):73/76, abril/1946, p.74.

27. MENDONÇA Júnior, Luiz. O trabalho e a felicidade. Revista de Organização Científica. São Paulo, IDORT, XIV(161):11/13, maio/1945.

28. ANTONACCI, Maria Antonieta. Op. cit.

29. CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.173.

30. idem, p. 173.

31. "Fadiga e acidente". Revista de Organização Científica. São Paulo, IDORT, XI(132), dezembro/1942.

32. "A falta de educação ou de preparo do povo para a vida". Revista Organização Científica. São Paulo, IDORT, XI(132), dezembro/1942.

33. O problema do absentismo. Rio de Janeiro, Sesc, 1950, p. 6/7.

34. idem, p. 16/17

35. CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 173.

36. idem, p.174.

37. SALVADORI, Angela. Op. cit.

CAPITULO III: BREVE HISTORICO SESI/SESC

III.1 Estrutura administrativa: (1)

Os primeiros 5 anos de existência do SESC podem facilmente ser divididos em 2 momentos. O primeiro momento, marcado pela indefinição de objetivos mais específicos e pela organização física e administrativa, caracterizou-se pela atuação na área da assistência médica dando prioridade aos serviços de maternidade e puericultura. Estes serviços eram gratuitos e se estruturam efetivamente só a partir de 1948.

O segundo momento é marcado pela I Convenção de técnicos em 1951, Bertioga (SP), quando os primeiros anos de atuação foram avaliados e discutidas novas propostas e formas de ação.

Acompanharemos estes 2 momentos dentro do contexto da implantação do Serviço Social enquanto disciplina específica no Brasil, incluindo as discussões que permitiram as mudanças na linha de ação do SESC e o movimento que articulou o discurso e a prática definindo os planos de ação dessas instituições.

O material consultado referente à administração do serviço social empresarial foi muito mais abundante e rica para o caso específico do SESC, daí o fato de termos a nossa análise nesta instituição. Apesar de semelhantes na constituição legal e buscarem uma aproximação no desenvolvimento das suas atividades, os SESI e SESC têm administrações distintas (2), não sendo possível aproximar ou generalizar os rumos das duas instituições.

Os Serviços Sociais da Indústria e Comércio (SESI e SESC) foram

criados sob o controle administrativo das organizações sindicais máximas do setor patronal. Eram administrados por departamentos (conselhos) nacionais e compostos por departamentos regionais. As estruturas administrativas do SESC e SESI são muito semelhantes neste período de implantação das atividades.

Aos conselhos nacionais caberiam o planejamento geral. Já aos departamentos regionais caberiam adaptar o plano geral às especificidades regionais, sob a coordenação do departamento nacional.

A presidência destes Conselhos Nacionais eram cargos ocupados pelos respectivos presidentes das Confederações Nacionais da Indústria e Comércio, e, a nível regional ficavam a livre escolha dos Conselhos.

Aos departamentos regionais caberiam seguir as determinações e indicativos do Departamento Nacional, adaptando-os a realidade regional. Desta forma as Regionais se constituíram com relativa autonomia.

De acordo com os decretos no. 9.857 (13/setembro/1946) e no. 9.403 (25/junho/1946) que criaram o SESC e SESI (3), respectivamente, caberiam às Confederações do Comércio e da Indústria a criação, organização e gestão destes Serviços Sociais. Os termos dos decretos são bastante parecidos.

A principal fonte de renda destes serviços apoiava-se na arrecadação compulsória de 2% (4) do montante da folha de pagamento dos estabelecimentos industriais e comerciais. As instituições da previdência recolhiam esta contribuição, cabendo-lhes 1% das quantias arrecadadas a título de indenização por "despesas correntes".

Os trabalhadores da indústria e comércio de todo o país, de acordo com estes decretos, eram considerados "classes menos favorecidas", merecedoras da atenção do Estado, que por sua vez

delegava esta incumbência aos "empregadores", através dos seus órgãos máximos sindicais: Confederação Nacional do Comércio e Indústria. Entre as considerações que precedem os artigos do decreto temos:

"Considerando que esse programa, incentivando o sentimento e o espírito de justiça social entre classes, muito concorrerá para destruir, em nosso meio, os elementos propícios à germinação de influências dissolventes e prejudiciais aos interesses da coletividade, decreta (...)" (5)

Na década de 40 surgem tentativas de reformar o sistema previdenciário. Foi criado o Instituto de Serviço Social do Brasil (ISSB), em 1945, influenciado pelo plano inglês Beveridge (1942), que visava, além de estender a previdência social a todo o brasileiro, uniformizar as contribuições e benefícios para todos (independente da categoria profissional) e unificar todas as atividades da previdência em um único instituto. Mas o decreto criando o ISSB não foi regulamentado. As oposições ao sistema previdenciário centralizado no governo Vargas vieram de vários setores: as companhias de seguro privado, responsável desde 1919 pelas apólices de acidentes de trabalho; algumas categorias de empregados que recebiam maiores benefícios pelo sistema antigo (bancários, ferroviários); funcionários das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões; além da resistência de líderes políticos que temiam perder o controle sobre seus "feudos" eleitorais (6). Com a deposição de Vargas o processo de regulamentação foi suspenso e tudo voltou ao patamar anterior (7).

III.2 LINHAS DE ATUAÇÃO: O SESC em 2 tempos

As cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo concentravam aproximadamente 50% da população comerciária na década de 40. E não é por acaso que o Departamento Nacional do SESC se localizará justamente no Distrito Federal. Entre os departamentos do SESC, os que mais produziram textos, avaliações, panfletos e pesquisas são exatamente os departamentos regional de São Paulo e nacional no Rio de Janeiro.

Os técnicos do SESC se reuniam a partir de 1951, de quatro em quatro anos, nas Convenções Nacionais de Técnicos de Serviço Social. Nestes encontros, além da apresentação e avaliação dos trabalhos práticos desenvolvidos, debatia-se o Plano Geral de Ação para os próximos quatro anos.

A I Convenção de Técnicos realizou-se depois de 4 anos de criação do SESC, basicamente dois anos de atividades, já que os 2 primeiros foram de organização das estruturas físico-administrativas. Nesta Convenção a diretriz dos serviços que estavam sendo prestados foi duramente criticada e questionada e uma nova orientação implementada. Abandonou-se a prioridade aos serviços médicos (puericultura, tuberculose, maternidade), por atividades que visassem agir a longo prazo e não apenas resolver problemas imediatos. A prioridade foi atuar na área da "educação informal", que abrangia não apenas o trabalhador, mas toda sua família e rede de relações (comunidade).

Trataremos a seguir, com maiores detalhes, destes 2 momentos.

-1946-1951: Os primeiros cinco anos

Para implementar objetivos tão amplos como "...medidas que contribuam para o bem estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade" (8), abria-se um amplo leque de atividades possíveis de serem desenvolvidas. Principalmente levando em consideração que a preocupação com a "qualidade de vida" é o que convencionou-se tratar como questão social, neste momento, considerada passível de:

"solução prática, sem que os fundamentos tradicionais da ordem pública e política sejam subvertidos, quer pela violência revolucionária, que nada constrói, quer pela ação mistificadora de mitos estranhos à sensibilidade e à formação histórica nacionais" (9)

A infância e a maternidade foram os alvos prioritários de ação nesta primeira fase. A idéia básica implícita nesta linha de atuação é a de que garantir assistência à infância e à maternidade significa também garantir o crescimento de uma população "mais saudável fisicamente" e conseqüentemente mais apta ao trabalho.

A idéia de "aperfeiçoamento da raça" é explicitada numa das teses apresentadas na Conferência de Bertiooga:

"E de evidente realce a campanha eugênica pelo aperfeiçoamento da raça. No Brasil, nenhuma instituição cuidou sêria e especificamente da sua disseminação constante e sistemática (...). Seria esse o sentido básico do SESC, para engrandecê-lo e fixá-lo no conceito dos seus assistidos

é de todos os observadores da sua aplicação assistencial"

(10).

A conceito da eugenia da raça já não tem a mesma força da década passada, não faz parte do discurso corrente da documentação consultada no e sobre o SESI/SESC (11), e não prevalece nas definições finais das linhas de atuação do SESC. Mas não se muda abruptamente de opinião pelo fato dos aliados terem ganho a Guerra e o Brasil os apoiado. Muda-se o discurso, que ganha novos tons, outras ênfases, mas permanecem, em algumas páginas, e sem dúvida nas práticas, a visão autoritária de eugenia racial.

O texto de Vasconcellos, publicado pelo SESC, observa que se o SESC tivesse priorizado desde o início a medicina preventiva

"estaria hoje realmente realizando uma dupla tarefa que satisfaria permanentemente não só os empregadores como também os empregados e, por outro lado, servindo o país (...), a fins de acalantar a saúde do povo e a eugenia da raça, tudo, (...), com reais proveitos para a sociedade (...)" (12).

Nos seus primeiros quatro anos o SESC optou pela assistência na área de saúde, mas é só a partir de 1948 que as atividades do SESC se intensificaram (13). O seu primeiro programa foi denominado "assistência médico social" (14) e desenvolvido a partir da análise dos dados oficiais sobre a incidência de doenças.

A avaliação foi a de que o comerciário, comparativamente, não apresentava muitas doenças e acidentes de trabalho, ficando com um percentual muito abaixo dos trabalhadores da indústria. O maior

problema enfrentado pelo comerciário era fruto da situação médica do país - ineficiente e desorganizada:

"a doença não incide no comerciário, incide no homem brasileiro. Daí a atitude que se impõe ao SESC, a de reforçar a ação oficial e particular, já existente." (15).

Dentro do programa mínimo de ação do SESC a prioridade foi o combate à tuberculose, seguido do combate às doenças venéreas, educação sanitária, proteção à maternidade e proteção à infância (16).

A divisão orçamentária geral do SESC no período de 1949 a 1950, de acordo com o Departamento Nacional foi a seguinte:

Tuberculose 28,65%

Maternidade 15,2%

Social 12,35%

Farmacêutico 7,9%

Clinicas conjuntas 6,7%

Odontológico 6,6%

Infância 4,6%

Clinica geral 4,5%

Raio X 2,7%

Ambulância 2,4%

Laboratório 2,4%

Alimentar 2,0%

Jurídico 1,4%

Especiais 1,4%

Enfermagem 0,6%

OBS: (Não foi especificado as atividades desenvolvidas em cada uma destas áreas de destinação orçamentária) (17).

Este programa mínimo, além de atuar no problema maior da tuberculose, responsável em 1948 por 25% da incapacidade e 25,7% da mortalidade entre os comerciários (18), demonstra uma preocupação com a formação futura dos trabalhadores do comércio. Todos os itens do programa de ação estavam voltados direta (proteção à maternidade e infância), ou indiretamente (combate às doenças venéreas e educação sanitária) à "criação de proles mais sadias" (19).

O Serviço Social do Comércio pretendia decididamente interferir na formação física dos trabalhadores:

"Cuidado especial merece, nas atividades de serviços sociais, o amparo à maternidade e à infância. Com efeito, de sua organização eficaz e tecnicamente impecável depende, em grande parte, o bem estar físico e moral da futura geração, elemento preponderante do futuro da nação" (20).

Estes discursos perpassam todo o debate sobre serviço social no Brasil. Quando os documentos do SESC se referiam a "proles mais sadias" estava subentendido sua relação com a capacidade produtiva.

Na década de 40 o índice de mortalidade infantil era um dos mais altos do mundo (21) e entre as doenças que assolavam o país estavam a tuberculose, sífilis, malária e verminoses. O levantamento do SESC impressiona e causa preocupação ao setor empresarial, que transforma em cálculos de vida produtiva a miséria de grande parte da população trabalhadora do país:

"Essa atual contingência atua na conjuntura

econômica-social da forma mais prejudicial que se possa imaginar, portanto aquele que se incapacita ou que morre, em idade ativa ou reprodutiva, deixa de amortizar a dívida que fez perante a sociedade com a sua criação." (22).

Sem dúvida alguma essa "dívida" estava com cotação baixa. O que estava em questão era a preocupação empresarial com a disponibilidade de mão-de-obra para as crescentes atividades da indústria e do comércio:

"(...) O desemprego, o subemprego, o emprego mal remunerado, as precárias condições de saneamento e outros serviços urbanos e a falta de alternativas imediatas e de peso por parte do poder público começam a pôr em riscos os mínimos vitais necessários à formação de mão-de-obra para o trabalho urbano e, por conseguinte, a ameaçar as condições necessárias ao processo de industrialização" (23).

A estrutura deste primeiro plano de ação baseou-se em pesquisas que mapearam a situação de extrema carência das maternidades no Distrito Federal (24). O SESC sempre se preocupou em desenvolver pesquisas, questionários, enquetes, estudos que dessem subsídios para planejar suas atividades. Entre estas pesquisas há uma enquete que levantou 19 itens, entre eles: número de maternidades, número de pacientes, número de gestantes com pressão alta, com reação de Wasserman positiva (doença venérea) e aborto, número de berços, mortalidade materna, natimortalidade, etc. A conclusão da enquete foi óbvia: o setor apresentava problemas de toda ordem: problemas administrativos, pouca higiene, escassez de recursos, de material e de

pessoal especializado.

Foram desenvolvidos também estudos sobre a tuberculose e a Previdência Social no Brasil. Nestas análises, que envolviam a saúde, era impossível repetir chavões, os dados referentes às doenças eram capazes de dizer muito por si sô. As conclusões indicavam sempre que o sistema de saúde estava caótico: incapaz de atender minimamente à população trabalhadora. Sô para citarmos alguns dados veiculados nos documentos do SESC temos:

.A taxa de natimorto no decênio 1940/49, nas capitais brasileiras estava em torno de 70%.

.Altas taxas de mortalidade por febres tifóides, desintérias, difterias, sífiles (25).

Nesta primeira fase nos perguntamos quais os canais que expressavam a preocupação original da institucionalização dos serviços sociais empresariais. Interesses como "apaziguar conflito de classes", desenvolver o "congraçamento entre as classes", "evitar alternativas de cunho revolucinário", "evitar perturbação da ordem", termos expressos em vários dos encontros, relatórios, que antecederam e foram produzidos concomitantemente à criação destes serviços. Objetivos expressos de forma tão clara e direta nestes documentos nos fazem supor a necessidade de contrapor este encaminhamento a uma ação concreta ou iminente que ameaçasse a ordem estabelecida. Este inimigo abominável, em alguns textos ganha tratamento de substantivo: eram os comunistas, as "tendências revolucionárias" e ou as "ideologias estranhas".

A administração nacional do SESC em reunião em 1947, nomeou comissão presidida por João Daudt d'Oliviera com o objetivo de

"estudar a possibilidade de concessão de auxílio da administração nacional aos regionais para o combate ao comunismo" (26).

Se esses auxílios foram concedidos ou não não foi possível verificar através da documentação que tivemos acesso. Mas tudo indica que o assunto deu o que falar. Na Revista Serviço Social o artigo de Medeiros demonstra preocupação com o encaminhamento político que o SESI/SESC vinha recebendo:

"Que diria Loew se nos visitasse e fosse convidado a visitar o SESI e o SESC, ou seja, serviços sociais dirigidos e mantidos por patrões para operários, sem que estes possam ter a mínima ingerência no funcionamento da organização, serviços sociais que pretenderam até durante um momento transformar-se em serviço de espionagem anticomunista e que só não ficaram tais, porque há ainda grandes patrões com bom senso (...)" (27).

A idéia de que caberia aos serviços sociais patronais a "promoção da paz social" é retomada constantemente nos textos publicados pelo SESI e SESC. Muitos destes documentos, ao insistirem na ação "apartidária" destes serviços, acabam por denunciar suas intenções políticas:

"(...) instituições que, ao mesmo tempo não vêm sofrendo qualquer influência perturbadora da política partidária, podem, com suas realizações, contribuir consideravelmente para a defesa legítima da ordem social existente, contra as tendências revolucionárias." (28).

Ao mesmo tempo a ação desenvolvida no campo da medicina social

não nos parece ser o único canal de intervenção contra ação perturbadora da ordem. Dentro dos seguimentos tanto do SESC quanto do SESI representantes dos trabalhadores não faziam parte dos conselhos administrativos, mas a ação destes Serviços junto a algumas lideranças no meio sindical puderam ser confirmadas. O relato de Azevedo, na Revista de Serviço Social em 1947 é, um desses indícios:

"Hã, na verdade, um íntimo contato entre os dirigentes executivos e funcionários do SESI e representantes dos trabalhadores, tanto isolados como os da direção dos sindicatos, que constantemente colaboram no aperfeiçoamento dos serviços sociais oferecidos" (29).

Rodrigues afirma que o SESI foi criado pelas entidades patronais como uma maneira de atuar "por vias indiretas sob o movimento sindical, principalmente - através de pelegos. Dessa maneira, criaram-se movimentos sindicais e organizações para-sindicais - muitas vezes rotulados de "democráticas" - que se caracterizaram principalmente por uma decidida ação anticomunista" (30).

O SESI e SESC não perdiam a oportunidade de se aproximarem de alguns sindicatos, além, evidentemente, de criticarem duramente outros que caracterizavam-se por postura de oposição definidas junto ao governo e aos patrões.

E assim, por exemplo, com o jornal "A Classe Operária" que se indignava com os ataques aos sindicatos feitos pelo SESI:

"E a propaganda paga do SESI chega ao cinismo de afirmar o seguinte: "os sindicatos, mesmo os grandes, por enquanto nada fizeram nesse sentido (aplicação da lei de férias), para ressaltar em seguida que somente organizações reacionárias

como a Juventude Operária Católica de São Paulo são capazes de fazer alguma coisa pela classe operária". (31)

Quando o jornal que se auto intitulava getulista, "Correio Radical" divulgava e elogiava as festas organizadas pelo SESI, como por exemplo "A tradicional festa da primavera do SESI", título do artigo do trecho a seguir:

"Mais uma vez o Serviço Social da Indústria (SESI) vai reunir as moças que trabalham nas nossas empresas industriais para em gentil competição escolher a rainha da primavera e sua graciosa guarda de honra, as princesas." (32)

Outro exemplo é encontrado no Jornal do Circulo Operário que também não economizava adjetivos para divulgar e elogiar as atividades dos serviços sociais patronais, além de propagandear que entre as "naturezas" do SESI e dos Circulos não haviam atagonismos (33).

Já a "Gazeta Trabalhista", jornal oficial da fábrica Bangu (RJ), divulgava, também sem poupar elogios, o 10. de maio de 1948 organizado pelo SESI e pelo Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, no estádio do Fluminense. Ao comentar o desfile da comemoração, o jornal observa a "disciplina" e o "garbo" do acontecimento:

"A fábrica Bangu se fez representar nessa linda festa promovida pelo SESI, Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho e outras entidades, foi mais de 500 operários, provocando os aplausos mais calorosos pelo seu garbo e disciplina. Na gravura a turma de ciclistas da Fábrica Bangu encabeçando o desfile." (34)

Este outro lado da atuação dos serviços sociais não pode ser analisado de forma direta e clara. É possível apenas percorrer indicações, sugestões que nos dão indícios de que a organização empresarial se estruturava, via serviços sociais, com o objetivo de atuar também politicamente; ora como espaço estruturado que possibilitava ação junto aos setores organizados dos trabalhadores tanto da indústria como do comércio, atuando junto às lideranças ou investindo em futuros líderes; ora como canal de interferência política, pois as lideranças empresariais que dirigiam estes serviços se lançavam, com certa frequência, nas disputas legislativas. E necessariamente atuavam com práticas assistencialistas que buscavam enquadrar o trabalhador e sua família nas novas relações de trabalho urbano.

A verba disponível para estes serviços é significativa (35). O controle dos gastos, prestação de contas dos Departamentos Regionais nos primeiros anos não deve ter sido muito rigoroso o que deu margem para denúncias sobre a má utilização dos recursos, inclusive com abertura de inquérito administrativo (36).

-1951 a 1955: Repensando a prática

A diretriz nacional de atuar junto aos serviços médicos dos SESI e SESC foi alterada logo que os primeiros resultados foram apresentados e avaliados.

Um dos argumentos utilizados para justificar o abandono das atividades médicas preventivas e paleativas foi a melhoria dos serviços

prestados pela Previdência Social. Mais uma vez os SESI/SESC se colocam como entidades privadas atuando concomitante aos serviços públicos:

"Verificamos ao fim de 5 anos que graças à expansão da Previdência Social, esses serviços nada faziam que duplicar o atendimento médico oficial aos trabalhadores (...)" (37)

Na realidade por mais que tenham sido os investimentos governamentais na área da saúde entre 1946 a 1951, os dados oficiais indicam que a situação continuava calamitosa.

A reorientação das atividades dos serviços sociais patronais marcou uma definição mais precisa dos objetivos destes órgãos. Esta reorientação também sofreu influência das mudanças que perpassaram as escolas de serviço social. Estas mudanças objetivavam criar a perspectiva de uma ação mais efetiva no sentido de "ajustar", "adaptar" o contingente da mão-de-obra às mudanças sócio-econômicas.

A atuação na área médica não proporcionava os resultados duradouros que se desejavam obter. A avaliação feita sobre a primeira fase reconhecia a assistência médica como um paliativo incapaz de resolver os problemas de "desajuste social" e garantir a ordem social. O corpo social continuava doente, doença esta para além das estatísticas da tuberculose e da desidratação e dos testes positivos de Wasserman. A doença era social e remediá-la requeria assistência outra que a médica. Ao SESC, na sua 2a. fase, interessava atuar na "adaptação social":

"(...)O SESC (...) derivou do movimento assistencial de cunho filantrópico para identificar, em nossos dias, com o propósito de fornecer aos indivíduos e aos grupos meios de

resolverem seus problemas de adaptação social..." (38).

A filantropia é criticada por não enfatizar o caráter educacional, pois além de ser gratuita, é uma intervenção temporária, ao contrário da educação que demonstra seus resultados de forma duradoura. O Manual do Serviço Social organizado por Fontoura explica:

"Chegou-se a conclusão de que a esmola é inútil, danosa, prejudicial à coletividade, sendo substituída pela assistência organizada." (39)

Só uma intervenção sistematizada, buscando resultados através de meios merecedores de credibilidade é que justificaria o prosseguimento dos Serviços Sociais financiados pelos empresários. Definitivamente não tratava-se de caridade. Caridade não necessariamente remetia ao rigor, frequência, desejados pelo serviço social. A caridade não poderia exigir o retorno do investimento realizado. Não podemos perder a referência insistente no período sobre a eficiência do trabalho, sua produtividade, seu planejamento etc. O serviço social também fará parte deste universo esquadrinhado milimetricamente pelos saberes científicos. A teoria do serviço social é elaborada apoiando-se na medicina social, medicina do trabalho, psicologia, direito social. Apesar de não ser considerada uma ciência, apoiava-se em métodos racionais e "científicos":

"A "maneira de ajudar" o próximo é que se tornou diferente: deixou de obedecer ao puro capricho individual para seguir uma técnica rigorosa. Transformou-se de individual em social." (40).

A I Convenção Nacional de Técnicos do SESC, ocorrida em 1951 em Bertioga (SP), indicou a linha geral das mudanças nos rumos das atividades do SESC no sentido priorizar "as obras recreativas, associativas e culturais, que admitam planejamento a longo prazo" (41). Definitivamente o SESC abandonaria a prioridade de atuar na saúde corretiva e preventiva para se aproximar das "modernas técnicas" do serviço social. Atividades como recreação, colônias de férias, clube dos comerciários, atividades culturais passaram a ser privilegiadas.

Havia uma flexibilidade na execução das linhas de atuação do Plano Geral de Ação traçado pelo Departamento Nacional, pois admitia-se levar em consideração as especificidades de cada região. O Departamento regional de São Paulo, por exemplo, apesar da linha geral do Departamento Nacional, na primeira fase, indicar a ação no campo da saúde, já discutia e atuava na criação de uma estrutura física e logística para o "período de repouso, recuperação anual" dos trabalhadores no comércio (42). Já o Departamento Regional do Rio Grande do Sul manteve até 1955 as atividades para tuberculosos, em virtude das dificuldades locais (43).

Constatou-se também a carência de mão de obra especializada para desenvolver estes trabalhos, dando início a cursos de treinamento de pessoal, incentivo às escolas de serviço social, sistema de bolsas de estudos, etc.

A partir do marco da I Convenção Nacional dos Técnicos, o SESC passou a atuar na chamada concepção moderna do serviço social onde:

"A prevenção de males sociais é preferível ao simples tratamento. A promoção construtiva do Bem-estar deve sobrepor-se à prevenção" (44).

O contexto de atuação do serviço social é caracterizado pelos fatores urbanos, desenvolvimento industrial que proporcionaria a formação de classe trabalhadora, vultuosa numericamente e, frequentemente, super-explorada e vivendo em condições de pobreza. Nestas condições a pobreza financeira das classes trabalhadoras, no discurso e na ação patronal, apoiados pelas técnicas e teorias do serviço social, se aproximava do comportamento desviante, do comportamento perigoso por conter uma relação conflituosa, a relação entre capital/trabalho, conflito latente, prestes a transbordar. Para associar classes trabalhadoras à idéia de classes perigosas e daí justificar uma intervenção ora policial, ora "educativa", no sentido de incutir novos valores e hábitos é um passo:

"Embora os processos de industrialização e urbanização estejam em movimento, muitos países têm baixos níveis de produtividade econômica. Esta combinação de industrialização, urbanização e baixa produtividade econômica produz uma grande variedade de problemas sociais que são comuns em toda a face da terra. Estes indicam desajustamentos, tais como delinquência e crime, lares desfeitos, moradia inadequada, desvios mentais, dependência, doenças e tempo de lazer". (45)

Os setores empresariais reconheciam a urgência de se adotar uma política de assistência social patronal, mas não havia nada definido quanto aos rumos destas atividades. O que se observa é que a linha desta política social só vai sendo definida, no caso específico dos SESI e SESC, a partir do início das suas atividades, como relata um texto do SESC:

"A política social patronal é, no Brasil, de data

recente. Ela continua ainda a procura de melhor orientação para seus rumos. Foi muito acertado a política das classes produtoras ao iniciar sua intervenção social com realizações técnico-educacionais e sócio assistenciais, atendendo-se assim às mais graves lacunas do panorama econômico-social do nosso setor trabalhista..."(46).

Caridade e gratuidade são características do período anterior ao serviço social moderno:

"A transformação da caridade generosa em serviço social obedeceu, naturalmente, à evolução da civilização, mas teve como causa próxima e eficiente a revolução industrial..." (47).

Um dos "problemas" da caridade individual e fragmentária estava na sua insuficiência para

"conter a onda crescente de miséria e desordem (...) Por isso gradativamente se foi multiplicando, organizando e socializando, até se transformar no serviço social de hoje" (48).

Sem falar que a gratuidade muitas vezes poderia afastar o público que se desejava atingir. Caridade é assistência para os completamente desprovidos de recursos, e os serviços sociais patronais se destinavam aos trabalhadores, que poderiam se sentir "ofendidos" por serem expostos a serviços pelos quais não tinham condições de arcar financeiramente. A indenização dos serviços, dentro de critérios definidos pelo SESC, substituiria a gratuidade completa. O

SESC explicava a mudança e explicava o critério para indenização dos seus serviços da seguinte maneira:

"Trata-se de um critério prático que permite a qualquer comerciante e seus dependentes utilizar a assistência prestada pelo SESC, pagando por esta de acordo com sua renda e encargos familiares. Este pagamento far-se-á parceladamente, em mensalidades razoáveis que variam de acordo com as condições peculiares de cada família. Assim sendo, basta ao comerciante reservar pequena parcela de sua renda para assistência social e poderá gozar de todos os benefícios proporcionados pelo SESC, sem sofrer o vexame da gratuidade total e, ao contrário, reforçando seus sentimentos de dignidade humana." (49).

O elemento que demarca a mudança da assistência anterior ao serviço social é a técnica:

"...sendo a caridade mais genérica, ela é forçosamente mais vaga, mais imprecisa do que o Serviço Social. Ela é sinônimo de "amor", de "fazer o bem", ao passo que o Serviço Social, se tem por objetivo igualmente "fazer o bem", ele o procura através de métodos predeterminados e mediante técnicas rigorosas." (50).

Na realidade a teoria do Serviço Social nem sempre é demonstrada na prática. Um dos primeiros manuais publicados no Brasil sobre serviço social tenta, sem muito sucesso, esclarecer a distinção entre as tais "técnicas modernas" e as atividades tradicionais:

"Uma coisa diferencia bem o serviço social das atividades

anteriores enumeradas: é não ser paliativo. Enquanto uma atividade for meramente paliativa não é serviço social. No entanto, esta diferenciação das formas sociais é absolutamente difícil, complexa, penosa: eis que acabamos de dizer que a atividade paliativa não é serviço social, mas somos obrigados a reconhecer que em dado momento do mais rigoroso processo de serviço social talvez o assistente tenha que lançar mãos de medidas paliativas." (51).

A atuação dos serviços sociais a partir da I convenção de técnicos vai se especializar em três áreas de atuação: atividades conjuntas, atividades individuais e atividades associativas (52).

De uma maneira geral podemos observar uma frequente alteração nas linhas de atuação do SESI/SESC. Estas mudanças podem ser interpretadas levando-se em consideração o embate das práticas sociais propostas pelos SESI e SESC com seus "clientes preferenciais": os trabalhadores e suas famílias. Este conflito pode ser avaliado tanto pelas críticas presentes na imprensa operária, quanto pela necessidade de mudanças/adaptações para atingir o público alvo, indicando, no mínimo, problemas para se implantar na prática os planos de ação.

Para o Deputado Diógenes de Arruda estes serviços não cumpriam com a função assistencialista que lhes fora incumbida e estariam atuando muito mais politicamente do que prestando os serviços para os quais foram planejados.

A partir desta constatação Arruda enviou à Câmara Federal, em 1948, projeto de lei para transferir os serviços do SESI e SESC para órgãos do poder público como as Caixas e Institutos de Aposentadorias, Serviços de Alimentação e Previdência Social (SAPS), Fundação Casa

Popular.

De acordo com o Deputado Diógenes Arruda os Serviços de Sociais da Indústria e comércio foram:

"entidades forjadas de modo irregular para entregar a alguns grupos de industriais e comerciantes reacionários uma vultuosa renda pública destinda a objetivos puramente políticos" (53).

A prova para a denúncia estava na ausência, até aquele momento (1948), de um programa satisfatório de assistência, o que poderia ser demonstrado pela inconstância das atividades desenvolvidas: ora cooperativas de consumo e assistência aos serviços de maternidade; ora postos de vendas; ora serviços médicos de ambulatório ou serviços dentários; ora subvencionando associações religiosas; ora procurando entendimento com o poder público local (54).

O que o artigo de Arruda não percebe é que justamente estas múltiplas atividades sociais, alternando-se de acordo com o público alvo e com o momento político/social, são a razão de ser destas instituições. Os próprios serviços sociais empresariais reconheciam que não resolveriam os problemas sociais. A atuação que pretendem implementar é "apaziguar os conflitos", criar um ambiente menos hostil entre patrões e trabalhadores nos locais de trabalho. Os meios para se atingir estes objetivos é que se alteram: ora auxílios médicos, ora visitas de assistentes sociais nas residências, ora atividades de lazer e assim por diante.

III.3 Teoria do serviço social

As primeiras escolas de serviço social surgiram no final dos anos 30. Até então o trabalho com serviço social se resumia basicamente ao trabalho realizado por mão-de-obra leiga e muitas vezes com trabalho voluntário.

De uma maneira geral, na década de 40, há um aumento da demanda pela mão-de-obra do assistente social, que, ao que tudo indica, contribuiu para a sua profissionalização. Esta demanda surge basicamente das instituições estatais, como por exemplo Legião Brasileira de Assistência, institutos e caixas, prefeituras municipais e os serviços sociais empresariais; além dos serviços prestados pela Igreja. Este aumento da procura não poderia contar apenas com o trabalho voluntário e leigo.

A necessidade deste novo profissional marca principalmente uma nova concepção empresarial para lidar com a mão-de-obra da indústria e comércio. A atuação do profissional do serviço social empresarial é basicamente "ajustar" os trabalhadores ao seu meio de trabalho. Para tanto este novo técnico será responsável, seguindo a linha de intervenção das empresas, por lançar mão das técnicas do serviço social, que vão desde o trabalho individual (atendimento de casos) ao trabalho e assistência conjunta e familiar (55).

O campo de atuação do serviço social ainda é bastante amplo e indefinido na década de 40. Afinal não é tarefa das mais simples buscar teorias que sustentem atividades com forte cunho assistencialista. A idéia básica com que um dos primeiros manuais do serviço social produzidos no Brasil irá trabalhar é justamente a multiplicidade de aplicações do serviço social:

"O serviço social tem, praticamente, um número ilimitado de aplicações, pois assim como "onde está o homem está o perigo", assim também podemos dizer que "onde está o homem está a possibilidade do desajustamento". (56).

Este trecho suscita alguns desdobramentos. O que justifica a aplicação ilimitada do serviço social é justamente o "desajustamento" do homem no seu meio social, o que remete à incumbência ao serviço social de atuar no seu "ajustamento".

O "desajustamento" de homens e mulheres ao meio social é datado: o desenvolvimento industrial altera as relações familiares, relações de trabalho, transferem populações rurais para ambientes urbanos, etc. Estas transformações também provocam modificações sociais, a começar pela distinção cada vez mais acentuada, entre patrões e empregados. A ideia de "desajustamento" supõe uma situação de ajustamento anterior, e o que mais interessa ao serviço social é a possibilidade de, se não atingir o ajustamento anterior, o reajustamento possível.

Desta forma, os textos do SESC e SESI baterão exaustivamente na tecla do "ajuste/desajuste" social:

"Num mundo desajustado, a Assistência Social produz seu papel corretivo tanto quanto lhe é permissível a mobilização de recursos. Trata-se de um esforço comum no sentido de ajudar o homem moderno a integrar-se na vertiginosa dinâmica social, dentro da qual ele, sozinho, se sente, muitas vezes, perdido." (57).

Ou de acordo com outro trecho também veiculado pelo SESC:

"E esta a grande função que se pode atribuir à assistência social: a correção dos defeitos, dos vícios de adaptação dos indivíduos e dos grupos de classes sociais, em virtude dessas mudanças, dessas contínuas transformações econômicas e sociais, que surgem no país." (58).

O serviço social, sob influência americana, é dividido em basicamente três áreas: serviço social de caso, serviço social de grupo e serviço social de comunidade.

Neste período, no Brasil, o serviço social de caso era mais conhecido e aplicado enquanto método de trabalho e atuava sob o indivíduo e seu meio, com o auxílio da psicologia, para cuidar e ajustar os "desajustamentos sociais", agora com o alibi da ciência:

"hoje em dias o serviço social de casos é um estudo perfeitamente científico e uma atitude perfeitamente técnica." (59).

A idéia de desajuste social está diretamente relacionada com a miséria:

"As causas do desajustamento podem estar, assim preponderantemente situadas do lado social (desequilíbrio econômico, insuficiência de salários, perda de emprego, desajustamento na profissão escolhida (...))." (60).

A concepção de que a sociedade moderna/industrial produz misérias e pobreza é cada vez mais assimilada como natural na ordem do progresso. Em nome da mesma ordem são criados mecanismos de incorporação destes quadros miseráveis e por isto mesmo, considerados

problemáticos. A pobreza, considerada inevitável, demandava medidas de contenção do conflito iminente, demandava medidas profiláticas. Ao tratar deste corpo social "doente", e o que é pior, que continha a presença potencial da doença e a possibilidade do contágio. Daí a necessidade, de uma maneira extrema, de isolar os corpos doentes do contato com a sociedade. Para evitar o contágio eram indicados os asilos, as deportações, a interferência plicial para "tratarem" do corpo doente. Mas para cuidar desses germes, dessas sementes espalhadas pelos quatro cantos, reclamavam-se outras medidas.

O desenvolvimento econômico trouxe também crises econômicas e sociais e o mais grave: "criou zonas de instabilidade social" (61) e a intervenção caberia, neste momento, ao setor empresarial. O governo já havia feito a sua parte (62); agora caberia ao setor empresarial somar esforços, de maneira independente. Atuar, intervindo à sua maneira, para o "bem-estar" dos trabalhadores.

As técnicas do serviço social intervêm para restabelecer o equilíbrio perdido e tão comprometedor para o andamento social, e vão desde as técnicas para "adaptar" o trabalhador às condições de trabalho; técnicas para se "aproveitar" o tempo livre com atividades produtivas, consideradas saudáveis e engrandecedoras e conseqüentemente afastando-os dos perigos da rua, dos bares, das reuniões, das noites, das aventuras. Mas não só o "social" causava problemas de desajustamentos, o corpo orgânico individual também sucumbe: "fraqueza orgânica, moléstia, deficiência mental, desarmonia doméstica, existência de neuroses" (63) completavam o quadro do desajustamento.

Nestes exemplos caberia a atuação dos "técnicos" do serviço social de casos que deveria ser detalhada. São realizadas visitas domésticas, entrevistas, levantamento da história familiar,

relatórios, diagnósticos, avaliações. Os objetivos da técnica são ambiciosas: "desenvolver a personalidade do indivíduo" (64).

Mas vamos às técnicas. Para desenvolver o serviço social de casos vejamos as indicações do SESC:

"A entrevista com o assistido, membro da família e colaterais, visitas domiciliares e contatos com outras obras ou pessoa que possam na solução do caso. Todas as atividades, são consignadas em relatórios pormenorizados que descrevem a atitude do assistido, sua reações, suas participações no plano de tratamento e as atividades do assistente social. Os relatórios devem ser minuciosos (...)." (65).

A intervenção no ambiente doméstico faz parte deste "método científico". O mundo familiar fornece referências importantes para serem perseguidos os sinais do "desajuste", ou "os desvios de conduta do indivíduo" (66):

"Em vistas da crescente socialização do mundo, muita coisa feita no lar é hoje realizada extra-muros. Mas se não é mais uma unidade econômica, é ainda a família a mais segura depositária dos nossos sentimentos e das nossas fraquezas." (67).

A intervenção doméstica do serviço social é parte importante da mudança pretendida de hábitos e costumes. Saúde, alimentação, moradia, educação de filhos e distribuição da renda doméstica foram itens que mereceram a atenção e entravam nos tais "minuciosos relatórios" dos visitantes sociais.

No caso específico do serviço social empresarial, a

interferência familiar, via serviço social de casos, mereceu destaque:

"O próprio objetivo da atuação dos serviços sociais não é tanto o indivíduo isolado, mas, sim, a família como célula básica do organismo social. A orientação familiar dos serviços sociais é um dos traços mais marcantes de sua intervenção contemporânea." (68)>

O serviço social de grupo incluía as atividades coletivas: os clubes de fins de semana, as colônias de férias, os programas de férias coletivas, a implementação de atividades esportivas e atividades especificamente educativas (69). E é também considerado "um excelente meio de desenvolver as deficiências sociais". Entre as "deficiências sociais" merecem destaque:

"os desajustamentos ao meio, pela mudança no meio rural para o urbano; desenvolvimento precário da personalidade devido à industrialização rápida (...), deficiência do preparo, no seio da classe trabalhadora de seus dirigentes". (70).

O que caracteriza a elevação das práticas de assistência social para o status de disciplina Serviço Social é a necessidade crescente com o desenvolvimento industrial de enquadrar a força de trabalho dentro de regras, organizações, valores e normas definidas. Este interesse não se restringe apenas aos setores da igreja, às atividades de caridade, à intervenção estatal. É assumido também enquanto uma atuação do setor empresarial.

Iamamoto e Carvalho, ao analisarem elementos do discurso do serviço social, especialmente na sua implantação enquanto disciplina no

Brasil, observam "a existência de um projeto teórico de intervenção nos diversos aspectos da vida do proletariado, tendo em vista a reordenação do conjunto da vida social." (71)

As adaptações da teoria do serviço social, inicialmente belga/francesa, e posteriormente norte-americana, sofreriam poucas alterações no Brasil.

As ações dos assistentes sociais, tanto nos órgãos públicos, os serviços da igreja ou nas empresas têm como objetivo básico intervir na formação moral das populações pobres, das populações trabalhadoras.

III.4 Formação dos técnicos sociais

"A função do educador social começa como profissão e acaba como virtude" (72).

As escolas de Serviço Social surgiram no Brasil na década de 30, fortemente influenciadas pela doutrina social da igreja, quando não organizadas pela própria ação social católica. A formação desta mão-de-obra é encaminhada para atender às demandas dos órgãos públicos de assistência, dos serviços sociais católicos e do serviço social aplicado à indústria.

O estudo sistematizado do serviço social foi introduzido no Brasil através de curso intensivo de formação social para moças em 1932, ministrado por professoras belgas, organizado pelo recém formado Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) no mesmo ano.

Não se pode desprezar que os cursos de serviço social no Brasil

foram iniciados nos fins dos anos 30, sendo que as primeiras turmas se formaram, em pequeno número, nos anos 40.

O movimento de origem católica que patrocina a formação destes profissionais não visava atender, em especial, o mercado empresarial que se abria. Inclusive há um descompasso entre os interesses empresariais e os interesses dos grupos que organizaram estas escolas e as controlavam (grupo católico) (73). Mas a amplitude da atuação e finalidade dos serviços sociais perpassa toda a estruturação dos cursos de formação profissional.

O depoimento de Maria Kielh, uma das pioneiras do serviço social no Brasil, em entrevista no jornal carioca "A Manhã", explica o surgimento do CEAS:

"A idéia de sua criação surgiu em 1932, quando as cónegas regulares de Santo Agostinho convidaram Mlle. Adèle de Loneaux, da Ecole Catholique de Service social de Bruxelas, para dar um pequeno curso de formação social em São Paulo. Esta iniciativa encontrou grande aceitação por parte de senhoras e moças da sociedade paulista, principalmente das que já se ocupavam de obras de beneficência." (74).

A atuação junto ao operariado foi imediata, através da formação de centros operários:

"Até dezembro de 1932 o CEAS fundou 4 centros operários, onde seus propagandistas por meio de aulas de tricô e trabalhos manuais, conferências, conselhos sobre higiene, etc, procuraram interessar e atrair operárias e entrar assim em contato com as classes trabalhadoras, estudar-lhes o ambiente e necessidades". (75). As "trabalhadoras sociais"

que se formavam pelos CEAS compunham "os núcleos de formação de elites que irão depois agir na massa operária. Com esse intuito não somente cuidamos de estimular nessas jovens uma fé viva e esclarecida, o sentimento do exato cumprimento do dever, como também o despertar-lhes o espírito de apostolado da classe pela classe, com a noção de responsabilidade que lhes incumbem nesse terreno" (76).

O CEAS foi o precursor da primeira Escola de Serviço Social: Escola de Serviço Social de São Paulo, criada em 1936. Esta Escola se propunha a formar intelectualmente e tecnicamente os futuros assistentes sociais que iriam atuar "nos campos do bem estar da família, bem estar infantil, bem estar dos industriários, serviços sociais de grupo e educação de adultos, organização da comunidade, seguro social e ensino de serviço social", ressaltando que todo este trabalho "seria inspirado pela doutrina social cristã" (77).

Para auxiliar a doutrina social cristã são feitos intercâmbios. Num primeiro momento, com o serviço social franco-belga e, posteriormente, com o serviço social americano (78).

Com o surgimento das Escolas de Serviço Social e a arregimentação destes profissionais por diversos setores da sociedade, ocorreu uma "mercantilização" desta mão-de-obra. Ao abandonar a caridade por técnicas de assistência social, incentivando a criação de Escolas de Serviço Social e, concomitantemente a estes fatores, o aumento da demanda destes serviços, a mão-de-obra especializada passou a ser mais requisitada do que a estritamente voluntária. Um dos problemas inerentes à mão-de-obra voluntária é o fato dela não estar disponível no mercado de trabalho, não se dispondo a receber salário pela venda

regular de seu trabalho.

Por outro lado abria-se um mercado real para profissionais do Serviço Social. A atividade de voluntárias "por parte das senhoras e moças da sociedade paulista" (79) não coadunava com o trabalho remunerado em fábricas e instituições públicas, como assalariadas.

De acordo com Meireles, em artigo publicado pelo SESC:

O Serviço Social nas empresas nasceu da necessidade de proteger a mulher e o menor, de auxiliar o pessoal em caso de doença, de interpretar os dispositivos legais e a função de diversos benefícios aos quais o empregado tenha direito (...). O assistente social nas empresas tem, portanto, como função principal, sanar os desajustamentos individuais no trabalho, muitas, também auxiliam na solução dos problemas familiares". (80).

Logo no início das atividades do SESI e SESC surge o problema da ausência de mão-de-obra especializada. O SESI cria um Centro de formação e preparação de pessoal (81). O surgimento deste Centro ocorre pela insuficiência da formação no país dos chamados "trabalhadores" ou "técnicos" do serviço social.

A própria diversidade de áreas que os serviços sociais patronais pretendiam atingir dificultava encontrar mão-de-obra especializada. Estes serviços partiam de premissas muito gerais de como "patrocinar a melhoria do bem estar da população comerciária e industrial", e assim, abria-se um amplo leque de caminhos possíveis a serem percorridos.

Tudo indica que a indefinição com respeito à formação do assistente social perdurou durante os anos 50, tendo em evidência a dificuldade para se encontrar no mercado mão-de-obra adequada para os

SESI e SESC. Estas instituições, em alguns momentos, financiavam bolsas de estudos de serviço social e, em outros momentos, apostavam na formação de seus profissionais através de cursos internos (82).

A mão-de-obra especializada para atuar junto aos serviços sociais da indústria e comércio foi arregimentada, num primeiro momento, nos cursos de formadores sociais e/ou serviços sociais/assistenciais. Os SESI e SESC denominaram estes profissionais de técnicos. Entre 1946 e 1953, o SESI manteve, só na Escola de Serviço Social, 70 bolsistas (83).

Não encontramos nenhuma pesquisa específica sobre o perfil social e econômico dos alunos que frequentavam os cursos das Escolas de Serviço Social. Mas a necessidade de fornecer bolsas de estudos e, outras vezes, alojamento e alimentação são indicadores de que muitos dos alunos não tinham condições de arcar com as despesas de sua formação. O Departamento Nacional do SESC, localizado no RJ, realizou uma pesquisa com os seus próprios funcionários e constatou que 33% dos servidores possuía casa própria, 34% levavam 2 horas para chegar ao serviço, 88,5% usavam transporte coletivo, 33% tinha instrução superior, 84% preferiam como diversão o cinema e 94% usavam os serviços assistenciais das entidades (84).

Amado, em texto de 1956, avalia o problema:

"no regime didático vigente no Brasil, onde a gratuidade do ensino se estende a desprezível fração da população que se habilita à alfabetização, formar um técnico representa custoso sacrifício financeiro..." (85).

O SESC, de acordo com Amado, caberia algumas opções: centros de aperfeiçoamento, cursos ministrados por técnicos categorizados nos

rôprios locais de trabalho e a concessão de bolsas de estudos em outras organizações afins (86).

Tudo indica que a formação das Escolas de Serviço Social não se ajustavam exatamente ao tipo de profissional necessário para o SESC. Afinal, durante vários anos de curso o assistente social é formado com uma visão ampla fornecida por um curriculum que trata de filosofia, psicologia, sociologia, etc; o que necessariamente demandaria um tempo maior para ser cumprido. O técnico do serviço social que atua nos locais de trabalho (setor empresarial), também compõe uma estrutura baseada na relação entre custos e benefícios, mesmo que os resultados da sua atuação não sejam pronta e facilmente mensuráveis. Fazia parte desta lógica não investir na formação técnica mais do que o necessário para o desempenho da função, além da possibilidade de criticar e interferir, alterar o sentido que se desejava implantar no serviço social empresarial.

Logo não tardam a surgir sugestões para criação de um curso de auxiliar nos serviços sociais. A necessidade real é a de mão-de-obra para cumprir com as determinações, no caso do SESI e SESC, dos chamados planos gerais de ação. As noções de racionalidade e produtividade não se limitam às estratégias no espaço produtivo, alcançando o assistente social, que muitas vezes é denominado técnico e considerado "peça axial do sistema que se desenvolve produção metodizada (...)" (87).

Com a questão da profissionalização, como não poderia deixar de ser, discutiu-se também a remuneração dos assistentes sociais, o que gerou polêmicas, pois se considerava que o assistente social deveria ter predicados morais que o habilitassem a este tipo de trabalho. Antes de se submeter ao trabalho, ou qualificação, esperava-se que o pretendente demonstrasse vocação para cumprir a missão do auxílio,

encaminhamento dos "desajustados, dos menos favorecidos economicamente" e de acordo com esta percepção, despreparados para os problemas enfrentados no dia a dia.

Como valorizar, monetariamente, abnegação, paciência, boa índole e outros predicados do gênero? Um texto da União Social Feminina lançava dúvidas sobre os benefícios da profissionalização do assistente social e conseqüentemente seu assalariamento: "(...) o Serviço Social não virá a tornar-se mais um meio de vida do que uma causa a defender?" (88).

Por outro lado, como conciliar o aumento da demanda e arregimentar mão-de-obra qualificada sem remuneração ou com baixa remuneração? O relatório de estudos sobre a atuação do assistente social no SESC denunciava a evasão dos profissionais:

"O SESC funciona na maioria das vezes como campo experimental, onde os técnicos de serviço social, recém-formados realizam suas primeiras experiências e depois de algum tempo são atraídos às outras entidades que lhe ofereçam melhores condições de trabalho" (89).

A polêmica da mão-de-obra esteve também presente na II Convenção Nacional do SESC, em 1956. A escassez de pessoal técnico foi avaliada como ausência de "vantagens sedutoras em termos de remuneração" como também número insuficiente de núcleos de formação técnica "estruturados e sistematizados para o capacitado preparo técnico". (90)

Podemos considerar que a baixa remuneração dos técnicos estava vinculada ao caráter de apostolado da atividade. Os próprios textos sobre o Serviço Social no período ressaltam a importância do comportamento moral do postulante ao cargo, sempre com o objetivo de

selecionar aqueles mais abnegados, mais voluntariosos. Neste sentido a formação técnica, por mais que estivesse sendo incentivada, contava tanto ou menos do que os atributos morais dos postulantes aos cargos de assistentes, técnicos, auxiliares sociais ou trabalhadores sociais.

Outro aspecto que merece ser ressaltado é a presença acentuada de mulheres. As tarefas de assistência são delegadas às mulheres pelos seus atributos considerados "naturais" de paciência, solidariedade, etc. O afluxo de mão-de-obra feminina é mais um complicador para os baixos salários, aliados ao voluntarismo e abnegação que não encontram compensação necessariamente na remuneração. A ambiguidade toma conta dos primeiros anos da profissão do assistente. Buscava-se instituir o profissional do serviço social, mas os atributos morais continuavam sendo requisitos imprescindíveis à profissão.

III.5 - Os serviços sociais e a "educação": criando e ajustando novos comportamentos

"(...) o conceito de educação social tem sido elaborado por pessoas que se acham interessadas nos programas de educação dos trabalhadores." (91).

A idéia básica que perpassava o discurso do serviço social é a de mudar, adaptar, inibir comportamentos considerados inadequados para a vida laboriosa. O meio considerado mais adequado para atingir estes objetivos foi a educação, mais especificamente, a educação social.

Os novos estudos da técnica, acompanhados da sociologia e psicologia, também atingiam a educação. A idéia da educação da vida social vinculava-se a um novo mundo, representados na noção de progresso, cooperação e harmonia social, reavaliando, conseqüentemente, todo o processo educacional e, principalmente, suas finalidades (92).

O discurso pragmático do mundo da racionalização do trabalho e da vida também foi incorporado à educação, que passou a ser considerada o instrumental adequado para se atingir as muitas facetas da constituição da mão-de-obra.

De uma maneira geral, o serviço social, especialmente nos casos dos SESI e SESC, opta por veicular suas atividades através da educação. Assim todas as atividades de assistência deveriam ter também caráter educativo, visando não finalizar a prática assistencial na obtenção de auxílios, mais ir além, modificar hábitos: "a renovação de tabus, preconceitos, superstições de toda sorte tem sido feito por esse processo" (93).

Qual a noção de educação embutida nas práticas sociais? Para

buscar esta resposta não é possível deixar de considerar que as atividades do serviço social se direcionavam para as populações pobres, sempre associadas às populações trabalhadoras. De acordo com o próprio SESC suas atividades proliferavam nos bairros pobres, zonas proletárias (94). A atuação social centralizada, programada por instituições patronais, tem um caráter de disciplinador social, tanto como prática modelo para o meio empresarial, como com relação à clientela destes serviços: os trabalhadores da indústria e do comércio. A direção do "processo educativo" está colocada com precisão: os técnicos dos serviços sociais sabem o que ensinar para os trabalhadores/pobres. Sabem julgar seus comportamentos como adequados ou não e prescrevem as alterações condizentes com o mundo do trabalho. Apesar de todo este aparato técnico-autoritário, as interações entre técnicos sociais não são possíveis de ser mensuráveis como desejavam os relatórios e avaliações.

Medidas de assistência social voltadas para estas populações pobres/trabalhadoras já haviam sido experimentadas pelo Estado, setores da igreja e setores empresariais em diversos momentos. A marca que define as atividades dos SESC e SESI é o modo como foram organizados estes serviços, sua atuação integrada a nível nacional e as diversas atividades pautadas com auxílio da sociologia, psicologia e medicina social.

Deste modo o caminho da educação social foi considerado o ideal pelos serviços sociais para incultir novos hábitos e costumes, educar para o trabalho, transmitir as noções de disciplina, método, submissão, paciência, necessárias para o trabalho nos centros industriais, tanto através do ensino formal como informal. Este conceito de educação, elaborado "por pessoas que se achavam interessadas nos programas de

educação dos trabalhadores" (95), incorporava com seu o papel de socialização:

"Em ciências sociais definimos a educação, de modo geral, como processo de socialização; é por intermédio da educação que a sociedade se transmite de geração em geração, enfim, que ela dá corpo, que ela consubstancia e faz permanecer e continuar as mudanças sociais, em outros termos, que as mudanças sociais obtêm êxito, que se consagram, que são adotadas pela sociedade" (96).

As prestações de serviços sociais empresariais que englobavam serviços como empréstimos em dinheiro, ambulatoriais, odontológicos, organização de férias coletivas, cursos de economia doméstica e educação sanitária, têm, em contrapartida, a expectativa de divulgar e impor modelos para o trabalhador e sua família. Outra expectativa possível ser deduzida é divulgar uma imagem positiva do patronato, não só para os trabalhadores, como para a sociedade de uma maneira geral. A atuação dos empresários nestes serviços sociais centralizados não se referia à empresa X ou Y, não se limitava a esfera individual daquele ou deste empresário. Os SESI e SESC representam a imagem da classe empresarial, pois a partir contribuição de todas as empresas que se fundaram e se estruturam estes serviços.

Volta novamente à cena a necessidade de adaptar/preparar a população que se transferia do campo para as cidades e a própria população das cidades para constituírem um contingente de mão-de-obra que atendesse ao momento econômico da década de 40. O aumento significativo da população nos centros urbanos (centro-sul), devido as migrações internas, alterou o perfil das populações urbanas (97).

A preocupação com a população migrante para os centros urbanos é maior, principalmente, quando se reconhecia que os valores, hábitos e costumes destas populações rurais faziam parte de tradições e por isto mesmo, não se adaptavam com facilidade com outros costumes, novos padrões de vida e trabalho. Estas tradições entravam em conflito com as novas relações de trabalho oferecidas pelas cidades, como constava o estudo do SESC:

"Os novos padrões culturais criavam conflito entre as novas exigências, e padrões tradicionais de comportamento (...). Tal quadro social não poderia deixar de alterar para um possível desencadeamento de um processo de desorganização social" (98).

A partir do primeiro plano de ação do SESC, discutido em 1951, sua atuação se dirigiu para a chamada educação social, que tinha como seu principal objetivo a:

"(...)correção dos desajustamentos sociais, decorrentes dos diversos problemas da classe, (...), através de um programa de educação global, <para> tornar o comerciário e seus dependentes mais ajustados, logo mais úteis à sociedade e, por isso mesmo, mais felizes individualmente" (99).

A intervenção através das atividades educativas, tinha a pretensão de mudar mais do que hábitos e costumes, pretendia transformar as "consciências":

"o que caracteriza a educação social não é a informação que se procura transmitir, nem a forma de transmissão. É uma educação que envolve além da inteligência, a participação da

personalidade total" (100).

Ao distinguir-se entre instrução e educação reiterou-se os objetivos da educação social:

"A instrução preocupa-se com os conhecimentos, enquanto a educação se destina a formação de hábitos (...). Numa palavra, a instrução, restringindo-se ao conhecer, informar; a educação, dizendo respeito ao agir, formar." (101).

Esta nova concepção de assistência social que visava "incentivar a participação consciente da clientela" atuava com um sentido de educação ampla que extrapolava a educação formal:

"trata-se de educação num sentido mais amplo (...) o serviço social procura fazer com que o indivíduo se integre paulatinamente na vida social (...). Isto significa ainda que o objetivo do serviço social não é apenas o indivíduo considerado "desajustado", mas também qualquer indivíduo que, mesmo não sendo "desajustado", necessita de elementos para o pleno desenvolvimento da sua personalidade" (102).

Em toda a documentação pesquisada não encontramos nenhuma explicação clara e direta sobre o que se entendia, ou como se identificavam os tais "indivíduos desajustados", mas tudo indica que os desajustamentos eram constatados quando algum problema de ordem econômica ou social vinha à tona, interferindo ou ameaçando interferir nas atividades produtivas e/ou na ordem social, como, por exemplo, as ausências, os atrasos, mudanças no ritmo de produção, protestos e

reivindicações, greves, etc.

A imprecisão na definição dos "desajustados" nos permite a interpretação de que a população trabalhadora, especificamente os assalariados do comércio e da indústria, deviam se submeter todos aos critérios do serviço social. Na dúvida, todos são tratados como "desajustados", ou em outros termos: são considerados um potencial para a "desordem social".

A opção por atividades educacionais rompia definitivamente com o caráter "paternalista" do serviço social, pois ensinava-se algo sempre na contrapartida de que alguém aprendesse. A visão de educação embutida nestes serviços está preocupada com a reprodução dos padrões, de novos comportamentos que seriam ministrados nos cursos formais e informais durante as atividades dos SESI e SESC: garantindo a reprodução da viabilidade do sistema de relações que mantinham as atividades da indústria e comércio, garantindo a reprodução da força de trabalho.

De acordo com esta concepção de educação informal seria possível atingir a "população alijada da educação institucional" (103). E é justamente esta população que se pretendia atingir. Nas décadas de 40 e 50 a taxa de analfabetismo entre a população maior de 15 anos oscila em torno de 50% (104). E tudo indica que dentro da população comercial a situação não era muito diferente. De acordo com pesquisa realizada pelo próprio SESC, consultando um universo de 1.154 comerciantes, constatou-se que 41,8% não tinham outro curso além do primário (104).

A escola formal cumpria em parte o seu papel de socialização. A interferência do SESC complementaria esta ação, ressaltando que suas atividades reforçavam a ação do Estado:

"As classes empresariais, então, sensíveis à situação, propõem ao governo federal o custeio de instituições que

trouxessem uma ativa contribuição para o equacionamento e solução dos problemas emergentes" (107).

A idéia de socialização que perpassa a educação social desenvolvida por estas instituições é basicamente a de impedir a emergência de conflitos. O todo social deveria se integrar de maneira coesa, estável, ordenada. Quaisquer sinais de alterações e/ou distúrbios seriam combatidos com todas as forças, numa verdadeira "profilaxia social" (108). Já que as mudanças eram entendidas como inevitáveis, restava o cuidado e a atenção para que ocorressem mudanças, mas sem conflitos (109). Deste modo a educação social/informal se adaptava perfeitamente ao ensino formal e pretendia controlar os períodos sujeitos às experiências diversas do estabelecido, ordenado e programado:

"Ao lado da escola (em suas múltiplas feições) ou depois que ela cessou o cumprimento de seu trabalho, procura a educação social (...), o processo educativo espontâneo que, nem por isso, deve necessariamente ficar ao sabor de experiências ocasionais e de tentativa sem controle (...)" (110).

Neste contexto a atuação do serviço social através das atividades "educativas" foi considerada a solução ideal para "proteger e amparar" a população trabalhadora. Mais do que proibir e reprimir; ensinar e adaptar. Melhor do que impedir e prender; persuadir e encaminhar. Nada garante, entretanto, que a ação saia exatamente de acordo com os planos e, principalmente, que entre os planos e ações não existissem interferências múltiplas e muitas vezes inesperadas da população

cliente destes serviços. Os baixos índices de matrícula, as mudanças nas linhas de atuação, o desenvolvimento de campanhas publicitárias indicam que nem tudo saía como planejado, indicam que o retorno esperado não correspondia às expectativas.

A frequência às atividades oferecidas pelo SESC deixou muito a desejar aos seus organizadores, evidenciando que os clientes preferenciais destes serviços correspondiam, no mínimo, de modo inesperado. Este fato pode ser constatado pelas campanhas para arregimentar novas matrículas e pelas mudanças nas próprias atividades dos serviços sociais. Entre 1949 a 1953 foram feitas 68.000 matrículas a nível nacional, isto no caso do SESC e, ao que tudo indica, esta cifra incluíam as pessoas sem vínculos profissionais às atividades comerciais, pois a categoria "outros" -consideradas "pessoas estranhas, sem direito legal aos serviços do SESC"- só será incluída na catalogação das matrículas como categoria distinta da formada pelos comerciários a partir de 1951 (111). Este número estava muito abaixo das previsões.

O SESC, em 1959, pesquisou a penetração e frequência nos seus diversos departamentos regionais e constatou que, dentro do potencial comercial abrangido pelo SESC, apenas 7% no Distrito Federal procuravam seus serviços; já no Estado de São Paulo este percentual cai para 5,3%. A nível nacional apenas 6,1% do potencial da população abrangida pelo SESC utilizava-se dos seus serviços (112). Estes dados, referentes ao final da década de 50, indicam que a evolução da frequência estava abaixo das expectativas. Não encontramos dados disponíveis para o período anterior, mas tudo indica que o quadro não apresentava diferenças substanciais.

Não só o SESC enfrentou esta situação. No caso do Serviço

Nacional de Aprendizagem (SENAI) a evasão dos alunos nos cursos foi um dos problemas enfrentados nos seus primeiros anos. Em 1945, o índice de evasão dos cursos ordinários chegou a 44%; com relação aos aprendizes de ofício, em 1943, apenas 15% dos matriculados continuaram; já com relação aos menores apenas 6% dos matriculados concluíram o curso (113).

Não nos deteremos especificamente na evasão dos matriculados nas atividades do SENAI. No caso do SESC foram desenvolvidas campanhas publicitárias para atrair novos "clientes" e principalmente divulgar os serviços sociais empresariais. No texto "A divulgação como fator de êxito do serviço social", apresentado na 1a. Convenção Nacional de técnicos do SESC (114), é clara a idéia de que cada "empreendimento" deveria receber em contrapartida propaganda e divulgação. Foram propostas duas formas de propaganda, uma direta onde aproveitava-se de "todos os processos modernos de comunicação e divulgação (rádio, imprensa, etc)". Mas é justamente no modo indireto de propaganda que surgem as novidades. A idéia seria o preparo de "elementos de ligação" ou "educadores" que representariam o agente de propaganda junto ao grupo ao qual estava destinada a propaganda. Estes educadores se reuniriam com determinada frequência no SESC para também:

"congregá-los num ambiente sã, de sociabilidade, onde poderão travar conhecimentos com elementos de diversos ramos do comércio, fortalecendo os laços de solidariedade" (115).

Nestas reuniões, o intercâmbio de experiências é considerado muito promissor pois "novas idéias podem brotar, contribuindo para a divulgação, que é feita através de circulares, cartazes e palestras" (116).

Os resultados destes trabalhos não poderiam ser mensuráveis apenas pelo aumento da frequência às atividades do SESC, mas principalmente pela abertura de mais um canal de contato entre o que acontecia dentro das firmas comerciais e as instituições patronais, mesmo que este ganho fosse denominado e/ou auferido por educação social:

"1. A propaganda direta é mais eficaz quando visa um grupo social determinado. 2. O contato direto do agente de propaganda com o comerciário, permite que se faça além da propaganda, educação social; 3. O êxito da seção de intercâmbio e relações sociais, deve servir de incentivo à criação de serviços similares nos outros departamentos regionais" (117).

Outros caminhos de propaganda seriam tentados, como a experiência da criação de um jornal do próprio SESC: "SESC em Marcha" (118). Em 1951, durante a 1a. Convenção de Técnicos do SESC, encontramos informação sobre o meio de comunicação "jornal" e especificamente sobre o jornal do SESC. O jornal era considerado

"... um instrumento de instrução na concepção mais ampla. Educa e instrui de maneira auto didata. Ele interfere de modo decisivo na formação de uma opinião pública bem informada, atenta, vigilante e esclarecida." (119)

O jornal "SESC em Marcha", ainda de acordo com o texto do próprio SESC, é um dos poucos que estava "desinteressadamente visando a melhoria da sociedade". Vejamos o "desinteresse":

"A moral de um povo depende, principalmente do que ele

le" "atualmente, com as facilidades da comunicação e com o uso imoderado da propaganda, é muito fácil inclinar o público em certa direção sem que ele disso se aperceba. Daí a importância da instrução como base da educação social" (120).

Aos críticos dos serviços sociais empresariais, localizados na imprensa operária, a excessiva propaganda além de notada é motivo de crítica e pândega, em artigo contundente:

"Os dois serviços (SESI e SESC) já contrataram alguns milhares de empregados e fazem grande propaganda remunerada pela imprensa de suas pesquisas técnicas e sociais. Aliás onde as duas entidades mais aparecem além de certas sessões solenes de inauguração, é na publicidade paga dos jornais (...)" (121).

Os sinais de oposição e crítica dos clientes preferenciais destes serviços surgem em alguns documentos como o citado acima e não podemos considerá-lo dados isolados na constituição do SESI e SESC. As alterações nas atividades, campanhas para aumentar o número de matriculados compõem uma mesma cena onde interagem práticas de lazer oficiais com práticas independentes, que seguem ou não tradições, sindicatos; entre os trabalhadores que usufruíam dos serviços prestados pelos SESI e SESC, independente de concordarem ou não com a constituição destes serviços; críticas aos empresários por se interessarem por um tempo que não lhes pertenciam; discussões entre os empresários sobre a validade ou não destes serviços e assim por diante.

- "Cooperação do lar" ou "Uma cerveja a menos" (122)

A principal função do assistente social de empresa é justamente "sanar os desajustamentos individuais no trabalho, muitos, também, auxiliam na solução dos problemas familiares" (123). O trabalhador e sua família, para os serviços sociais, faziam parte de um conjunto indissociável. Para se atingir um deveria-se alcançar o outro e vice-versa. O ambiente familiar representava "o refúgio num mundo sem coração" (124):

"(...) entre a saúde, a educação e a alimentação, ocupa a habitação uma das necessidades consideradas básicas, pois é no lar onde o elemento humano após todo o dia, corrido entre máquinas e movimentos, retorna ao seio da família para confabularem todos juntos, apoiando-se e preparando-se para o dia seguinte." (125).

As idéias e práticas terapêuticas direcionada para os trabalhadores e suas famílias operam com a transformação dos problemas e conflitos entre o capital e trabalho em problemas individuais/pessoais. A partir desta transferência cria-se espaço para a intervenção técnica nos problemas individuais, muito menos delicado do que lidar diretamente com o espaço da luta de classes. Os atritos entre operários e patrões deixavam de ser associados aos conflitos dos interesses de classe, para se associarem à psicologia de cada trabalhador (126).

Um dos fatores importantes no andamento da "educação social" é a atuação junto ao núcleo familiar. O serviço social, de uma forma geral,

não tem escrúpulos em atingir as famílias, muito pelo contrário, as visitas às residências fazem parte do atendimento da modalidade serviço social de casos e eram considerados como um meio eficiente para se conseguir mudanças a longo prazo.

A família era considerada como espaço privilegiado para se obter as desejadas "mudanças e ajustes". As intervenções dos técnicos sociais levavam em consideração que a estruturação da vida moderna, nos centros urbanos, não preparava as famílias para as dificuldades do dia a dia. Muitas vezes as mulheres também ingressavam no mercado de trabalho e assim a educação da criança deveria ocorrer em outros locais além da casa. Mais uma vez o espaço para a intervenção de médicos, assistentes sociais se definia. O artigo publicado na Revista de Organização Científica (IDORT), alertava sobre o problema:

"(...) Todos fora de casa, e o lar abandonado. A tarde se encontram: um homem cansado, uma mulher cansada e sobrecarregada com os afazeres domésticos (...); ambos neurastenizados, sacrificam os filhos nervosos pelo abandono em que vivem. (...) Mas a verdade é que as economias se escoram como água em cesto, e que os médicos, principalmente os psiquiatras, cada vez mais têm o que fazer." (127).

De acordo o material do SESC entre as áreas de atuação do serviço social incluíam-se os problemas dos trabalhadores e seus familiares, os problemas relativos à gestação e educação na primeira e segunda infância, os problemas das mães solteiras, auxílio ao médico no que se referia aos problemas sociais da doença, problemas dos trabalhadores que impediam uma produção razoável além do auxílio ao psiquiatra na coleta de dados sobre o paciente (128). Entre os pacientes dos

psiquiatras do serviço social incluía-se, além do trabalhador, sua família.

Christopher Lash, ao estudar as transformações na constituição familiar a partir da industrialização, especialmente nos Estados Unidos, observa sua constituição enquanto um "refúgio de privacidade em uma sociedade ameaçadora" e a posição dos "guardiões da saúde pública e da moral insistirem no fato de que a família não podia satisfazer suas próprias necessidades sem a intervenção de especialistas" (129). Este discurso justificava ou a separação dos filhos da família, ou submeter os pais aos treinamentos e aprendizagens adequados, ou ainda, a presença dos técnicos sociais no ambiente privado das casas, delegando poderes para o Estado e os serviços sociais cuidarem da educação das crianças e gerenciamento do lar, tarefa antes delegada à família.

Neste contexto a mulher enquanto mãe, dona-de-casa e trabalhadora foi uma das maneiras de se atingir a família, pois de acordo com o SESC:

"A complexidade da vida da mulher cresce dia-a-dia e sua orientação parece não acompanhar esse desenvolvimento (...). De dona de casa que era apenas, passa a exercer muitas outras atividades, precisando, na maioria das vezes, aliar esta àquela." (130).

Para resolver o problema da "complexidade" da vida da mulher moderna as soluções estavam indicadas:

"As comerciárias e esposas e filhas de comerciantes têm à sua disposição um proveitoso curso prático, ministrado por professoras especializadas. (...) As aulas do curso de educação familiar têm um sentido objetivo, com ensinamentos

de fácil aplicação no lar, tendentes a defender e a valorizar o salário real." (131)

Por valorização entendia-se o melhor aproveitamento do salário com menos desperdício em gastos inúteis e desaconselháveis como os gastos com a vaidade, a bebida, o jogo, etc. O problema dos baixos salários se reduziam ao aproveitamento adequado, ao planejamento da economia doméstica.

Os serviços sociais da indústria e comércio também ofereciam, com os seus cursos, a possibilidade de se desenvolver atividades de complementação de renda familiar. Nestes momentos a relação entre baixos salários e os problemas advindos desta situação não podem ser escamoteados, e o trabalho da mulher dona-de-casa complementar a renda familiar. É interessante observar que nunca é discutido se os salários eram compatíveis ou não com o trabalho e as necessidades dos trabalhadores:

"Em um país ainda pobre, mas sem desenvolvimento e em vias de modernização e secularização, a renda individual e familiar sempre fica aquém das solicitações do meio social. É natural, portanto, que o empregado, o funcionário, o comerciante e outros profissionais procurem aproveitar as horas de lazer para conseguir uma renda suplementar, mediante trabalho extra" (132).

Os objetivos enunciados nas origens dos SESI e SESC de defender o salário dos trabalhadores da indústria e comércio ficam longe de serem atingidos. Na realidade este aspecto só foi lembrado nos primeiros textos dos SESI/SESC. Realmente não era esta a questão a ser

resolvida. Numa pesquisa realizada pelo próprio SESC, no Rio de Janeiro em 1951, constatou-se que os salários não acompanhavam o "custo de vida" no período entre 1937 a 1948. A mesma enquête constatava que as mulheres recebiam salários mais baixos que os homens. No setor comercial a diferença chegava aos exatos 32,79% (35). As mulheres ocupavam 18,27% das vagas do comércio, já na indústria a cifra aumenta para 28,2% (133).

Os visitantes sociais entravam nas casas para estudar as possibilidades de auxílios, avaliar os gastos domésticos e esquadriñavam milimetricamente o comportamento dos seus ocupantes. Há um relato, publicado por um destes técnicos no jornal católico "O Operário", que descreve em minúcias uma dessas visitas. Com relação às constantes reclamações de salários e alto custo de vida a observação é carregada de sugestões que indicavam onde estavam os gastos supérfluos:

"Quem tiver oportunidade de conversar com representantes da classe operária há de ouvir queixas amargas a respeito da ascensão do custo de vida. (...). É comum verificar-se numa casa operária crianças maltrapilhas e pouco conforto. Ai é que os reclamos são enormes: fala a mulher, fala a meninota vaidosa, fala o rapazinho com cabelo "à la Tyrone Power" e calças à cano de guarda chuva, fala o menino de gíbi nas mãos, fala o pai que muitas vezes cheira a aperitivo." (134)

A descrição poupa comentários. A cada frase o técnico indica que a família não correspondia aos ideais de educação, que o pai não correspondia ao ideal de autoridade, que os gastos supérfluos desqualificavam as reclamações dos familiares, observou a roupa da dona

de casa "um vestido de seda digno de nota" e assim por diante, vejamos a continuação do relato:

"A conversa começou e todos queriam dar palpites sobre todos os assuntos, sendo que por várias vezes as vozes das meninas abafavam completamente a narrativa do chefe da família. A balbúrdia era notável e para completá-la surgia de vez em quando a dona de casa para dar sua opinião abalizada. Meia hora depois resolveu-se oferecer algo à visita e a primeira coisa que o operário disse foi apenas isso: "vá lá na geladeira e traga umas três ou quatro cervejas para tomarmos com o doutor". Pode-se calcular o meu espanto diante desse "três ou quatro cervejas" (135).

O técnico saiu da casa e fez as contas do ordenado mensal do pai, somado ao ordenado do filho de 16 anos, mais o salário das duas filhas, uma de 15 anos e outra de 14 anos, todos já trabalhavam. O total foi considerado razoável pelo técnico que concluiu:

"(...) se aquele operário deixasse de tomar uma cerveja por dia e desse umas palmadinhas de vez em quando nas meninas muito vaidosas e pouco comportadas, certamente as famílias diminuiriam sensivelmente (...)." (136).

Não sabemos o que esta visita representou em termos materiais para a família, mas a recepção cordial, evidenciada no oferecimento das tais quatro cervejas, o diálogo entre a família e o técnico, assinalam tanto para uma cordialidade pelo mito do Sr. doutor, mas também a intenção de agradar para receber algo em troca, para se enquadrar nos modelos que permitiam ou conferiam com os quesitos necessários para se

receber este ou aquele benefício. Tudo leva a crer que após esta visita a família só receberia novos técnicos buscando "ordenar" a casa ou convites para que os familiares se integrassem nos projetos de educação social.

Para se ter uma idéia do conteúdo desses possíveis projetos de educação social seguimos a classificação das atividades assistenciais do SESC, quando já se dava "preferência para a criação e desenvolvimento de obras recreativas, associativas e culturais que admitiam o planejamento a longo prazo" (137). Encontramos, por exemplo, que os cursos de economia doméstica tinham como objetivo: "auxiliar a distribuir racionalmente o orçamento doméstico e reduzir despesas inúteis e excessivas.". Já o curso de educação sanitária visava divulgar noções práticas e elementares de higiene, puericultura e socorros de urgência. Junto a estas atividades havia também a disponibilidade de colônias de férias, utilizadas pelo SESC "como instrumento de prevenção, higiene mental e recuperação psicossomática dos comerciários e suas famílias." Tudo dentro de uma "recreação organizada e tecnicamente orientada, obedecendo a um amplo processo educativo" (138).

III.6 - Lazer: tempo produtivo - do enquadramento da preguiça à produtividade do ócio

"As conquistas tecnológicas modernas possibilitam a redução considerável do tempo de trabalho. Nessas condições, assume relevância enorme o problema dos lazeres, do aproveitamento interessante pelo trabalhador das horas, dos dias e das semanas fora do trabalho efetivo. A organização dos lazeres, de modo a possibilitar o desenvolvimento mais pleno, físico, intelectual, cultural e moral da individualidade do trabalhador constitui uma das tarefas mais interessantes do serviço social moderno." (139).

O tempo exterior ao trabalho, cada vez mais regulamentado pela legislação trabalhista e sem dúvida, defendido pelos trabalhadores, transformava-se em um campo melhor definido: o seu tempo e espaço caracterizavam-se pela interrupção do trabalho e mudança de ambiente. Este tempo, definido sempre com relação ao trabalho, incluía o período entre uma jornada e outra, o repouso semanal, horários de almoço e lanches, os feriados e férias.

A consolidação das Leis trabalhistas (CLT), de 1943, legislava com precisão sobre estes tempos, ultrapassando as várias legislações específicas por categoria e no mínimo dificultando os trâmites jurídicos das reclamações e tentativas de burla da legislação. As várias legislações por categoria facilitavam as múltiplas interpretações e dificultavam o cumprimento da lei, adiando o entendimento sobre direitos como férias, horas-extras, etc.

É importante ressaltar que sempre ocorreram conflitos na implementação da legislação social, tanto pela interferência do Estado no mercado de trabalho, legislando-o, como pelas reivindicações dos trabalhadores e também as pressões de setores empresariais. Este conflito estava sujeito à conjunção de forças que se interpõem na cena econômica, política e social. O que nos interessa observar é que neste quadro de conflitos e mudanças, os empresários estão sempre definindo com presteza os "limites" e "exageros" de acordo com o ônus que o cumprimento da lei implica (148).

O serviço social empresarial, a partir de fins da década de 40, passou a discutir as interferências do tempo fora do trabalho no dia a dia da produção. As causas da fadiga, dos acidentes e das alterações no ritmo de trabalho passaram a ser relacionadas de maneira com a qual os trabalhadores gastavam os horários entre uma jornada e outra, como descansavam, farreavam, divertiam-se, etc. Daí a preocupação com o tempo do descanso e lazer operários.

Existiam vários estudos que circulavam entre as publicações empresariais e governamentais que avaliavam a relação entre a fadiga, os acidentes e o ambiente de trabalho. Vários trabalhos, com temas semelhantes, foram divulgados em décadas passadas. O que nos interessou ao percorrer as trilhas destes artigos na década de 40 é demonstrar que esta discussão se prolongou e apoiou as mudanças/transformações das questões relativas às atividades sociais voltadas para o tempo exterior ao trabalho. De acordo com estes estudos os números dos acidentes de trabalho se concentravam nos horários de maior exaustão da mão-de-obra. O discurso técnico, presente na revista de organização científica, publicada pelo IDORT, explica com detalhes os reflexos da fadiga na produtividade:

"Toda fadiga repercute na atividade psico-fisiológica do trabalhador, manifestando-se por diminuição da sensibilidade tátil, falta de coordenação e imprecisão nos movimentos; relaxamento muscular; diminuição da força de atenção, da coordenação das idéias e da vontade. O rendimento global decresce, a princípio qualitativamente; e depois, quantitativamente; os acidentes aparecem e se tornam frequentes." (141).

No artigo "O Operário, a fadiga e o acidente" (142), publicado em 1946, no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e no ano seguinte, publicado na Revista da Associação Comercial de Minas, a fadiga é "dissecada" com o auxílio do discurso médico em seus vários aspectos. Este artigo inicia-se apresentando a discussão sobre os conceitos de fadiga, sempre vinculados ao esforço do trabalho. Neste último aspecto a indicação é justamente seguir o que estava previsto no artigo 383 da Consolidação das Leis de Trabalho: repousos intercalados. Estes repousos deveriam ser de no mínimo 1 hora, de acordo com a legislação brasileira, mas de acordo com o artigo este tempo era exagerado podendo ser reduzido para 45 minutos:

"Achamos elevado este tempo porque, regra geral, o operário em cerca de quinze minutos, come sua merenda, faz suas necessidades etc., ficando o tempo restante enervado, no próprio local de trabalho, sem ter praticamente o que fazer e destreinando-se para a jornada de trabalho que continua. Acreditamos que quarenta e cinco minutos seria o suficiente. Do valor social e material destes repousos bem se pode avaliar o seu alto alcance humano." (143).

O artigo 383 da CLT, delimitava o horário para descanso e refeição, mais conhecido como horário do almoço, que o articulista citado acima reduziu a "merenda". Este período, de acordo com a legislação, deveria ser de no mínimo 1 hora e no máximo 2 horas. Além deste intervalo, a CLT estabelece intervalos para lanche de 15 minutos.

Dentro deste contexto os vários órgãos empresariais e governamentais que tratavam das relações de trabalho indicavam a necessidade de mudança na gestão da administração do trabalho. Com relação ao setor empresarial não havia consenso sobre o cumprimento ou não da legislação trabalhista. As denúncias de desrespeito à legislação estão presentes tanto na imprensa operária como também nos próprios órgãos associativos patronais.

É interessante acompanhar através de alguns exemplos, por parte do governo e associações comerciais ou industriais, os argumentos utilizados para justificar o cumprimento da legislação no que se referia a delimitação do tempo do trabalho. O passo seguinte após a incorporação de limites legais à jornada de trabalho, será a preocupação com o tempo exterior ao trabalho.

O Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio publicou, em 1946, artigo que divulga as análises do pesquisador Luís de A. Nogueira Porto sobre as mudanças na extensão do tempo de trabalho nas sociedades modernas e industriais, relacionando-as à produtividade. Posteriormente Nogueira Porto apresenta, com detalhes, a legislação trabalhista nos itens referentes a duração do trabalho, indicando como os empresários deveriam proceder nos diversos cálculos: férias, horas-extras, salários-hora, trabalho noturno.

De acordo com Luis de A. Nogueira Pôrto contra os abusos das longas jornadas de trabalho, no século XIX na Europa, uniram-se não apenas "as vozes dos defensores do proletariado", mas os próprios economistas, pois além da questão moral havia a questão econômica que afetava a produtividade:

"Não só a desumanidade de se fazer o operário trabalhar durante um período excessivamente longo de tempo, justifica a redução da jornada de trabalho - diziam os porta-vozes do proletariado - como também os próprios interesses da produção: as jornadas de trabalho excessivamente longas, prejudicam a qualidade do trabalho pelo aumento do número de defeitos nos produtos fabricados e acarretam diminuição da quantidade da produção, embora isso pareça um contra-senso e tem como consequência o aumento considerável do número de acidentes no trabalho, dado o enfraquecimento da atenção e a menor rapidez de movimento que a fadiga acarreta." (144).

Seguindo os argumentos de Pôrto, os interesses dos economistas, trabalhadores e empresários, no que se referia a redução da jornada de trabalho eram coincidentes. Para os empresários esta redução evitava acidentes e a mão-de-obra menos cansada produziria mais e melhor; já para os trabalhadores limitar a jornada de trabalho representava aumentar o tempo livre. O autor não indica mas supomos que aos economistas da produção caberiam a árdua tarefa de convencer as partes sobre a coincidência entre seus interesses.

Desta maneira o espaço de conflito entre trabalhadores e empresários fica deslocado, desligando o problema da regulamentação das reivindicações do operariado. O discurso da racionalização do trabalho

incluía nos seus cálculos "ganhos" para todas as partes, conciliando nos argumentos, o irreconciliável na prática:

"Por essas experiências rigorosamente científicas, verificou-se que a redução da jornada de trabalho, longe de acarretar um ônus para o empregado, permite maior produção e, conseqüentemente, melhor lucro. Coincidem assim os interesses de empregados e de empregadores, muito embora ignorem as classes diretamente interessadas, em virtude do desconhecimento da organização racional do trabalho." (145).

Já a publicação do IDORT apresentava sugestões que foram colocadas em debate como músicas no ambiente de trabalho, pausas durante a jornada, criação de departamentos especializados em tratar as questões que afetassem o desempenho da mão-de-obra etc. Mais do que adequar o trabalhador ao trabalho, através dos cálculos tayloristas, a idéia seria "despertar" no trabalhador o interesse para com o seu trabalho, e por que não, "despertá-lo" para o prazer de trabalhar. Mesmo porque as noções tayloristas, na década de 40 no Brasil, são criticadas tanto pelo governo, através de artigos no Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, como por setores empresariais. Mais do que críticas às técnicas tayloristas eram apresentadas novas opções para a garantia de bons rendimentos:

"Com efeito, o próprio sistema de Taylor é havido <sic> presentemente como incompleto porque desconhece profundamente a realidade psíquica que todo trabalho incorpora. O operário não pode ser encarado qual motor inanimado e assim deduzir princípios e conseqüências que na prática redundam no mais absoluto desacordo com o antevisto.

A ciência moderna, principalmente a tecno-psicologia das atividades industriais, parte não mais do instrumento em si, mas da realidade homem, para lhe adaptar então o instrumental." (146).

As imagens da fábrica associadas ao martírio, ao inferno, ao esforço máximo dos trabalhadores continuavam a ser idéias associadas ao passado e ao mesmo tempo havia interesse em substituí-las pela noção de trabalho gratificante, inclusive, emocionalmente. O artigo intitulado "O trabalho e a felicidade" (147), de Luiz de Medonça, publicado em 1945, resgata o passado maldito do trabalho para em seguida indicar o novo tempo: tempo da racionalização do trabalho e o seu mais nobre objetivo - tornar o trabalho atraente:

"Em toda parte e em todos os tempos o trabalho humano foi encarado com desprezo. Principalmente o trabalho puramente físico significava castigo, pena, maldição, e até para filósofos notáveis era tarefa para as classes baixas, para escravos. A própria etimologia dos termos empregados guarda essa significação. O vocábulo latino labor (trabalho) significava, inicialmente, fadiga, tormento, esforço. O vocábulo trabalho deriva de trapanum, instrumento de suplicio. o trabalho era uma consequência do pecado original. Jehovah ao expulsar Adão do Paraíso terrestre disse-lhe: "Ganharás o pão com o suor do teu rosto" (148).

Mas o tempo que se aproximava da origem etimológica da palavra trabalho havia ficado para atrás, graças a disciplina racionalização do trabalho, que associava as aptidões pessoais às diversas profissões e,

desta forma, "iluminava" o ambiente de trabalho. "A receita era simples e os resultados bastante satisfatórios, como apresenta o mesmo artigo:

"Em primeiro lugar pela orientação e seleção profissional, pesquisando as aptidões de cada um e de cada profissão, ajustando pessoas e coisas, adaptando sujeito e objeto, conciliando direitos e obrigações. Em segundo lugar procurando criar em torno do trabalho um ambiente de simpatia, de conforto, de bem estar, de satisfação.

E conseguido esse ideal de um trabalho atraente, será para o empregado um manancial de felicidade e para o empregador um manancial de eficiência." (149).

Já o artigo "Cores e luzes nas fábricas e oficinas modernas" (150), publicado em 1949 na Revista do SENAI, dá "dicas" para se criar "clima" adequado ao trabalho, afastando o passado sombrio do espaço fabril:

"A usina, a fábrica a oficina, não mais devem ser lugares obscuros, de cores negras, fúnebres. Em locais assim trabalhar-se mal, como se estivesse em um lugar repugnante, pois, a impressão que se tem é de completo desconforto. Está-se começando até a banir as cores sombrias dos muros, que eram adotadas para "disfarçar" o sujo, que, com elas não aparecia tanto." (151).

O artigo prossegue sugerindo substituir as cores escuras/fúnebres por cores vivas e variadas. A iluminação também ganha importância para além de realçar as mudanças, indicar novos tempos ou a luz no fim do túnel:

"Hã, evidentemente, verdadeira revolução em ponto pequeno, à qual são particularmente sensíveis os operários, que sempre conheceram o preto uniforme em tudo que concerne à produção, locais, máquinas, ferramentas, e que se dizem chocados pelo tom variado que - no intuito de lhes satisfazer, batem nos olhos como a luz do dia, ao saírem por exemplo de um túnel...." (152).

De acordo com artigo pelo IDORT, em 1949, o "fator humano" da economia não deveria ser menosprezado, pois apesar de todo o desenvolvimento da mecanização, caberiam aos trabalhadores acionarem as máquinas e:

"consequentemente, a moral dos trabalhadores, sua mentalidade, não só intelectual como emocional, suas atitudes positivas ou negativas ante a empresa onde trabalham, o dono, o gerente, o capataz, a comunidade, a sociedade, o mundo inteiro e seu lugar neste mundo - esta moral dos operários é capaz de ajudar ou retardar a vida de uma empresa." (153).

O cuidado com o ambiente físico do trabalho também deveria ser levado em consideração ao se construir o "prazer de trabalhar", como observa o artigo com o mesmo título:

"Esse é um ponto que deve ser levado muito a sério. O cuidado no ambiente, alegre, pintado de claro, com instalações sanitárias adequadas, enfim, o "mínimo de comodidade" que a própria natureza humana reclama." (154)

Os cuidados com o ambiente de trabalho, por parte dos patrões,

chegam a atingir alguns requintes, ao associar, por exemplo, os ritmos musicais com os vários estágios de desgaste dos trabalhadores durante a jornada, como foi o caso da experiência da companhia de eletricidade Westinghouse, em Nova York, descrita em artigo na revista do IDORT:

"As 7 horas, marchas, para começar o dia; às 9, clássicos populares e valsas; às 10,15, quando principia a fadiga, toadas populares com ritmo mais forte, mas não jazz, nem instrumentos de sopro, nem de solos; às 12,45, clássicos populares com ritmo agradável; às 14,45 canções populares animadas com ritmo forte para controlar a fadiga; às 15,30, novo turno e, de novo, marchas. Depois de acabar o tempo de serviço, naturalmente, os operários vão para a casa e ligam o rádio, agora para se divertir." (155).

A Prefeitura de São Paulo, em 1947, divulgava a decisão de construir coretos nos bairros proletários com a "nobre finalidade de alegrar o povo, que anda tristonho e macambuzio" (156). A imprensa operária não deixou o fato passar incólume comentou a decisão da Prefeitura com polémica. Para o o jornal "O Trabalhador Gráfico", não era bem vista a intromissão do poder público nas diversões dos trabalhadores:

"Esse negócio de concerto público pode ser deixado para mais tarde. Dêem-se ao trabalhador os meios necessários para que se possa manter com decência e conforto sua família, que as distrações ele as saberá procurar, de acordo com as suas inclinações e preferências.

Por isso, sr. Prefeito, como dizem os espanhóis "Váy a se con la música a otra parte." (157).

Já o jornal "Vanguarda Socialista", do Rio de Janeiro, elogiava a decisão paulista, sem esquecer que o "povo atravessa uma crise horrível ..." e que a música era para "distrair a fome":

"Ao menos o Prefeito de São Paulo recorre ao que está ao seu alcance para minorar as angústias populares: restabelece os coretos provincianos em que as bandas musicais executavam dobrados e valsas, para que o povo tenha, pelo menos, durante 2 ou 3 horas em cada domingo, atenuados os aborrecimentos semanais causados pelas contas altas dos armazéns e das feiras livres. A música distrai e suaviza o espírito atribulado." (158)

Mas não só o tempo dentro do espaço do trabalho foi alvo dos estudos da medicina do trabalho e das mudanças na disciplina e atuação do serviço social. O tempo depois das atividades laboriais se apresentava como um campo possível de intervenção e tentativa de controle. Afinal por onde anda o trabalhador depois de finalizada sua jornada diária? Como se organiza para ocupar o mês das férias, os feriados, domingos, passeios noturnos, encontros familiares? Estas questões, com certeza, passaram pela organização dos serviços sociais empresariais destinados aos trabalhadores, principalmente na 2a. fase de atuação do SESC, 1951, quando este optou por investir recursos e pessoal nas atividades recreativas, nas atividades de lazer.

O SESC, já em 1951, percebeu a relação entre a manutenção e aumento da produtividade e o "bom" aproveitamento das férias, do tempo livre -fora da jornada de trabalho- e, principalmente, a possibilidade de intervenção nestas áreas. Em consequência, passou a dar maior ênfase

às atividades de lazer, que iam desde a organização de férias coletivas, colônias de férias, passando pelas atividades recreativas e pela educação informal.

Os setores empresariais que estavam à frente das instituições SESI e SESC percebiam a inviabilidade de se continuar desrespeitando a legislação trabalhista no que dizia respeito a delimitação da jornada de trabalho e ao direito de férias. Mesmo porque o desenvolvimento da medicina do trabalho, com todo o alibi dos estudos científicos, provavam que o excesso de trabalho e, conseqüentemente, o estado de fadiga, afetavam seriamente o ritmo produtivo.

Porém as férias, os repousos, os períodos fora do trabalho poderiam, ao invés de contribuir para reconstituir o esforço despendido no trabalho, perturbar o ritmo produtivo, daí o "problema" do tempo livre, como demonstra o trecho a seguir do artigo da Revista de Serviço Social publicado em 1948:

"As férias podem, pois, em certas circunstâncias, tornar-se contraproducentes. Que fará, realmente, o operário em férias se, em lugar da associação onde cultive seu espírito, existe o botequim corrompedor, se a habitação é uma pocilga, se a família o atordoa com lamúrias, se os vícios multiformes, acessíveis, vivem em cada canto acumplicados para seduzi-lo, narcotizá-lo e deprimi-lo, se lhe falta ambiente, sentido, ideal de vida? (...). Devido ao estado de disponibilidade em que se encontra o espírito durante esse período de repouso, torna-se preciso usar com precaução para que não venha ele a sofrer a danosa influência." (159).

A "danosa influência" não é explicitada no artigo. Mas, ao que

tudo indica, a imagem da organização dos trabalhadores de maneira independente se aproximava à imagem da sombra, do inacessível que fugia ao controle da disciplina do espaço do trabalho. Ou, outra possibilidade, o tempo livre poderia ser gasto nos botequins, no "não fazer nada" em casa, andando pelas ruas, entrando em contato/contágio com os "vícios multiformes e acessíveis" (160), tudo isto amedrontava/ameaçava a construção do modelo de trabalhador e da disciplina do trabalho. Este tema exigia providências:

"... não queremos que os trabalhadores ou empregados do comércio vão para os botequins criticar os administradores de qualquer categoria. O que queremos é que eles se reúnam na sala de seus sindicatos para debaterem objetivamente os assuntos com os documentos à vista e ouvindo sobretudo a outra parte." (161)

O tempo livre retornava ao ambiente de trabalho influenciando a produtividade de modo positivo ou negativo. As oscilações nos índices dos acidentes de trabalho nas 2as. feiras eram computados, pelos estudos técnicos, ao tempo livre dos fins-de-semana:

"Pode-se explicar este fato pelo excesso físico dispendido por grande número de operários no dia de folga (domingo), em práticas de futebol, pic-nics, bailes até altas horas da noite, etc." (162).

O tempo fora do trabalho, tempo livre, transformou-se num "problema" para as instituições de serviço social; problema este que estas instituições se encarregariam de apresentar soluções. É interessante acompanhar o raciocínio de colaboradores do SESC quando

traçavam a trajetória da constituição do "problema" do tempo livre do trabalho:

"Com a adoção, em 1919, pela Conferência Internacional do Trabalho do dia de 8 horas, surgiu, naturalmente, o problema do bom aproveitamento pelos trabalhadores das horas de lazer que passariam a usufruir. (...). Até 1930, ainda não havia um entendimento generalizado sobre o problema da recreação, principalmente no que diz respeito à recreação dirigida e orientada (...)." (163)

Mas o SESC, ao alterar sua linha de atuação priorizando as atividades de recreação planejadas e dirigidas, buscava resolver este "problema":

"Deste modo, o SESC tem procurado orientar seus planos de ação no sentido de intensificar suas atividades recreativas e educacionais, num esforço sincero e verdadeiro de possibilitar aos comerciários e suas famílias, o aproveitamento adequado de suas horas de lazer, "compreendendo-se por lazer o período entre duas jornadas consecutivas de trabalho e os repouso obrigatórios, isto é, o descanso semanal e as férias anuais."" (164)

Já nas atividades como cinema e festas, o SESC avaliava que os resultados eram muito gratificantes e monetariamente compensadores, pois custava pouco exibir filmes e promover festinhas (165).

Entre os "problemas" que envolveriam as férias, ressaltavam-se as dificuldades financeiras dos comerciários "que os levavam a renunciar ao gozo das férias para reforçar o seu poder aquisitivo",

como também "a falta da necessária compreensão das vantagens advindas devido o aproveitamento de férias, tanto da parte do empregador quanto dos próprios empregados" (166).

O período de interrupção do trabalho era utilizado para complementação da renda doméstica, com trabalhos esporádicos, ou com a venda das férias. Os estudos do SESC confirmam estas "opções" (167).

Na realidade, não havia possibilidade de escolha para o aproveitamento das férias pelos trabalhadores por uma questão de sobrevivência. Não existiam condições materiais que garantissem o gozo das férias e, diante da perspectiva de complementar a renda familiar, não havia escolha a não ser continuar a trabalhar. Muitos trabalhadores também vendiam as férias por pressão dos patrões, dificultando o cumprimento da legislação. Em denúncia no Boletim da Associação Comercial de Minas confirmamos esta prática, em 1944. A associação sugeria mudanças no preenchimento dos formulários de férias como forma de coibir o problema, apresentado de forma muito sugestiva:

"Muitos empregadores vendem ao empregador as suas férias, com receio de vingança por parte dos patrões e com sério prejuízo de saúde." (168).

Por mais que se colorissem o ambiente de trabalho, por mais que se divulgasse a possibilidade da harmonia social, era impossível camuflar os atritos/conflitos nas relações de trabalho: a "vingança" dos patrões é ameaçadora e temida até pelos seus pares da Associação Comercial, isto no que se referia ao cumprimento da legislação trabalhista.

O jornal operário "O Metalúrgico" sugeria que o trabalhador deveria receber o dobro durante as férias, para que, além de fazer os

gastos normais, pudesse, efetivamente, gozar as férias:

"E preciso que se entenda que o trabalhador ficando em casa sem trabalhar, tem que fazer os seus gastos normais, não sobrando portanto, nada com que possa gozar a regalia de um repouso salutar, que no caso seriam as férias.

Se porém, o trabalhador recebesse em dobro as férias a que faz jus (...) poderíamos dizer: Isto são férias." (169).

O SESC também percebia estas dificuldades e propunha a organização de férias coletivas, atividades de recreação e colônias de férias. A primeira opção era considerada mais fácil de se estruturar, pois não dependia da estrutura física prévia das colônias, possibilitando maior mobilidade para atuação dos serviços sociais.

Os estudos sobre as opções de lazer dos trabalhadores indicavam os caminhos possíveis à atuação dos serviços sociais, como constatou a pesquisa do SESC/Niterói em 1950:

"Aos domingos, preferem (os comerciários): banhos de mar, sessões de cinema, bailes em pequenos clubes ou residências de seus bairros." E conclui: "De acordo com esse gosto, deverá ser tentado em Niterói, inicialmente, a formação de um "club" que possa ser instalado numa faixa do litoral, para que tenha vida aos sábados e domingos, com as atrações possíveis, inclusive cinema, biblioteca, em pequeno bar e restaurante, além de alguns barcos para passeios e pescariais. Nesse "Club", será criado também um "Departamento de Esportes". Excursões e pic-nics, (...)." (170).

O objetivo e interesse das atividades recreativas é o mesmo presente nas outras atividades do serviço social: ajustar o trabalhador, tanto com relação ao trabalho, como socialmente. Em 1950, os diretores regionais do SESC se reuniram no Departamento Nacional durante uma Semana de Estudos e entre as conclusões do encontro as atividades com lazer foram novamente incentivadas:

"Em sua maioria (os diretores regionais), manifestaram-se interessados em utilizar as técnicas de recreação, como meio de bem organizar o aproveitamento das horas de lazer, contribuindo para maior ajustamento social dos comerciários." (171)

Mas a "qualidade" do lazer programado e orientado estava justamente em garantir "local saudável para as horas livres", supondo que o mesmo não poderia acontecer em outros espaços que não incluíam a organização dos serviços sociais empresariais.

Nas atividades do lazer do SESC, os trabalhadores e suas respectivas famílias encontrariam, "locais adequados, dotados de clima, recreação e alimentação e, principalmente, de meios sadios de ocupação (...)." (172)

As entidades que atuavam com recreação dos trabalhadores, como os serviços assistenciais, previdenciários e de recreação operária, de acordo com o texto do SESC "não abrangiam iniciativas no sentido da organização das férias dos comerciários, ou não lhes dedica a atenção que merecem" (173). Esta constatação deixava o caminho livre para a atuação dos SESC e SESI.

Para o SESC as férias, devidamente programadas e organizadas pelos técnicos do serviço social, eram consideradas momentos

privilegiados não só para o desenvolvimento de práticas "saudáveis" e "higiênicas", como também apresentavam resultados positivos na produtividade:

"O pleno aproveitamento das férias em condições higiênicas e climáticas favoráveis, com acomodações de certo conforto e num ambiente atrativo, fora da residência habitual dos comerciários, exerceria influência benéfica sobre seu bem estar físico e mental, assim como aumentaria o seu rendimento de trabalho." (174)

Os vínculos entre lazer, produtividade e disciplina do trabalho proporcionavam sentido às intervenções do serviço social no tempo exterior ao trabalho. Esta noção já havia sido apresentada na Conferência Internacional do Trabalho, patrocinado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como constatavam a pesquisa do SESC:

"um emprego razoável desse tempo livre, que permita ao trabalhador variar suas atividades e relaxar a tensão que sua profissão impõe, pode aumentar sua capacidade produtiva, elevar o rendimento do seu trabalho e contribuir, assim, para lograr a eficiência máxima da jornada de trabalho." (175).

Mas não é qualquer atividade que possibilitaria uma reposição das energias e desgaste da jornada de trabalho e o mais interessante: a melhor maneira de recuperar o cansaço do trabalho estava, na opinião dos SESI e SESC, nas organizações sociais e em suas atividades previamente programadas, orientadas e dirigidas:

"O descanso inativo não elimina por si só a fadiga advinda

do trabalho, nem restaura o equilíbrio entre o espírito e o corpo. (...) Uma vivência em ambiente agradável com programa de cunho educacional que facilite o trabalho de preparo do indivíduo para a convivência social, corrigindo certas condutas e vencendo determinados complexos, constitui uma notável contribuição das colônias de férias para o "Bem-Estar-Social". (176)

O combate do tempo exterior ao trabalho promovido por instituições como o SESC e SESI pretendiam divulgar um modelo de comportamento, pautado nos interesses da produtividade. A disciplina para o trabalho se exercia também pela disciplina do tempo fora do trabalho. O tempo do descanso representava não o tempo livre para se fazer o que quisesse, mas o tempo necessário para se recuperar para o trabalho, não só fisicamente, como também emocionalmente. E esta "recuperação" não se efetivava com o simples "não fazer nada". O significado do lazer, neste contexto, fica bastante evidente: "...o lazer significa sempre atividades bem dosadas de recreação e de repouso prático" (177).

As tentativas de transformações da noção negativa do trabalho em algo positivo no Brasil não são novas, este esforço remonta ao fim do trabalho escravo. Mas a incorporação desta noção positiva de trabalho e sua respectiva disciplina e normas não eram acontecimentos que se impusessem através de leis.

Por mais que os trabalhadores, como analisa Thompson (178) incorporassem noções com as quais o capitalista tratava: assiduidade, pontualidade, regularidade, posturas pertinentes ao mundo do trabalho, não podemos ignorar que a partir daí abria-se um campo de conflito.

Apesar de incorporada pelos trabalhadores estas noções tão cruciais para a constituição e consolidação das relações capitalistas, constituía-se, concomitantemente, um universo de confrontos, indisciplina, desafios à ordem, resistências.

A multiplicidade deste universo abrangia os malandros, a "cera" no trabalho, os trabalhadores volantes, muitas vezes associados pelo discurso moralizador aos vagabundos. Por outro lado, este universo de confronto, reunia, como já comentamos, a indignação do Ministro Marcondes Filho com a queda da produção depois do aumento do salário; ou o espanto do jornal católico "O Operário" pelo fato da imprensa operária criticar veementemente a legislação que atrelava o repouso remunerado à assiduidade semanal, como veremos no capítulo seguinte.

NOTAS CAPITULO III

1. Este capítulo apoiou-se em documentos referentes ao período entre 1946 a 1956. Atualmente as estruturas dos SESI e SESC sofreram modificações as quais não nos preocupamos em acompanhar.

2. Alguns documentos sugerem tentativas de aproximação entre os serviços prestados pelos SESI e SESC, indicando que estas instituições, além de se comunicarem entre si, buscavam desenvolver políticas conjuntas e/ou complementares.

3. Decreto lei no.9.853, 13/setembro/1946 e decreto lei no.9.483, 25/junho/1946

4. Com a criação do FBTS o valor arrecadado passou a ser de 1,5%.

5. Decreto lei no.9.483

6. MALLOY, James. Política de bem-estar social no Brasil: histórico, conceitos e problemas. Revista de administração pública. Rio de Janeiro, 10(2):5-29, abril/junho, 1976, p.15. Sobre o assunto consultar também VELLOSO, Luiz Paranhos. Previdência Social. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1963, p.193/196.

7. A unificação da previdência social só foi implementada em 1960.

8. Decreto lei no.9.853, 13/setembro/1946

9. SIMONSEN, Roberto. "O problema social no Brasil". In: -Evolução industrial no Brasil e outros estudos. São Paulo, editora Nacional e editora da USP, 1973, p.443.

10. CARVALHO, Eduardo de. Linhas mestras da assistência dos comerciários. Tese Regional, Conferência de Bertioga, p. 4, s/d.

11. Encontramos apenas um documento no Sesc que faz referência

explícita ao aperfeiçoamento da raça. Consultar nota 10. Na Revista de organização científica, publicada pelo Idort em 1939 encontramos outra referência: "Urge, (...) metodos de caráter prophylático que postos em prática, impeçam a reprodução de individuos tarados, alcoolistas e de todos aquelles que possam procurar produtos malsãos". Revista de organização científica. São Paulo, IDORT, no.89, maio/1939.

12. VASCONCELLOS, Danilo O. de. Considerações em torno da estrutura do plano geral de ação do Sesc. Rio de Janeiro, Sesc, departamento nacional, s/d.

13. A evolução das atividades do Sesc no período 1948/1958. Rio de Janeiro, Sesc, 1961.

14. COUTINHO, J. Rodrigues. Anotações sobre um programa de medicina social a ser cumprido pelo Sesc. Rio de Janeiro, Sesc, 1947.

15. Idem, p.15.

16. Idem, p.5.

17. Importância relativa das causas de incapacidade e morte dos comerciários no Brasil. Rio de Janeiro, Sesc, 1950.

18. Idem.

19. Sífilis: recomendações sobre o tratamento. Rio de Janeiro, Sesc, 1950.

20. Serviço social: subsídios para exame de suas finalidades e funções. Rio de Janeiro, Sesc, 1949.

21. Relatório apresentado pelo diretor geral do departamento nacional propondo a reestruturação do mesmo departamento. Rio de Janeiro, Sesc, 1964.

22. Idem.

23. FIORE, Maria H. M. de Araújo (coord.). Origens e implantação do programa de lazer no Sesc. Rio de Janeiro, Sesc, 1982.

24. Primeiros estudos técnicos do departamento nacional do Sesc. Rio de Janeiro, Sesc, s/d.
25. Sinopse bioestatística das capitais brasileiras: 1940/1949. Rio de Janeiro, Sesc, 1951.
26. Resumo das resoluções do Conselho Nacional por ordem cronológica (1947 a 1956). Sesc, AN/DN, 1957.
27. MEDEIROS, Roberto Saboia. Serviço social e sociologia. Revista de serviço social. (46):11-15, 1947, p.11. Medeiros faz referência a Loew que é crítico dos caminhos profissionais e empresariais que o serviço social seguiu: "Em substância Loew diz que o Serviço Social que em sua idéia original era uma dedicação às famílias da parte de pessoas caridosas e realistas, passou a se institucionalizar." Op. cit, p.11.
- 28.
29. AZEVEDO, Aldo M. Cartas e crônicas. Revista Serviço Social, no.47, 1947.
30. RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1968.
31. "O Sesi: instrumento de mentira e mistificação contra os trabalhadores". A Classe Operária. Rio de Janeiro, II(74), 24/5/1947, p.2.
32. "A tradicional festa da primavera do Sesi." Correio Radical, Rio de Janeiro, no.3, 13/10/1954, p.5.
33. "Uma possível cooperação dos Círculos Operários com o Sesi". O Operário. São Paulo, XXXV(1593), 28/11/1948.
34. "A Bangô no grande desfile de 1o. de maio". Gazeta Trabalhista. Rio de Janeiro, II(33), 18/5/1948.
35. Consultar comparação com outros serviços no capítulo I.

36. *Lisura contábil nas administrações nacionais do SESC*. Rio de Janeiro, 1959. VELLOSO, Nylton. *Sessenta dias tormentosos na vida do SESC e do SENAC*, Rio de Janeiro, SESC/CNC, 1959.

37. *Proposições: plano geral de ação. Síntese*. Rio de Janeiro, Sesc, s/d.

38. *Relatório apresentado pelo diretor geral do departamento nacional propondo a reestruturação do mesmo departamento*. Riode Janeiro, Sesc, 1964.

39. FONTOURA, Amaral. *Introdução ao serviço social*. Rio de Janeiro, editora Aurora, 3a.edição, 1953, p.73.

40. LINDOSO, José. *Formação de pessoal técnico*. Rio de Janeiro, Sesc, 1956, p.2.

41. ALMEIDA, Thomaz R. R. de e MIRANDA, Z. *Classificação e nomenclatura das atividades sociais assistenciais do Sesc*. Rio de Janeiro, Sesc, 1955.

42. *Análises dos recursos metodológicos, técnicos e humanos utilizados pelo Sesc no campo do lazer*. Rio de Janeiro, Sesc, 1979.

43. ALMEIDA e MIRANDA. *Op.cit*, p.4.

44. HOFFER, Joe. *Principais aspectos, problemas e tendências do bem-estar social internacional*. Rio de Janeiro, Sesc, 1960, p.3/4.

45. *Idem*, p.5

46. *Seguro social livre*. Rio de Janeiro, Sesc, s/d, p.7.

47. FONTOURA, Amaral. *Op. cit*, p.60.

48. *Idem*, p.60.

49. *Crêterios para indenização dos serviços sociais*. Rio de Janeiro, Sesc, 1954, p.1.

50. FONTOURA, Amaral. *Op. cit.*, p.129.

51. *Idem*, p. 133.

52. A evolução das atividades do Sesc no período 1948/1958. Rio de Janeiro, 1961.

53. "O Sesi: instrumento de mentira e mistificação contra os trabalhadores". A Classe Operária. Rio de Janeiro, 11(74), 24/5/1947, p.2.

54. Idem, p.2

55. VIEIRA, Balbina Ottoni. Introdução ao serviço social. Rio de Janeiro, Sesc, 1955.

56. FONTOURA, Amaral. Op. cit., p.199.

57. "SESC - seus objetivos e realizações". Rio de Janeiro, 1955, p.9.

58. Reunião dos diretores gerais (conferências realizadas). Rio de Janeiro, Sesc, 1955, p.9.

59. FONTOURA, Amaral. Op. cit., p.187.

60. Idem, p.187.

61. Sesc: seus objetivos e realizações. Rio de Janeiro, Sesc, 1955, p.9.

62. Idem, p.10.

63. FONTOURA, Amaral. Op. cit., 187/188.

64. Idem, p. 187.

65. VIEIRA, Balbina Ottoni. Op. cit., p.18.

66. FONTOURA, Amaral. Op. cit.: p.186.

67. Idem, p.196.

68. Serviço social: subsídios para exame de suas finalidades e funções. Rio de Janeiro, Sesc, 1949, p.12.

69. FRANCO, Oscar de Mello Lins. Plano de ação. Salvador, Sesc, 1955 (II convenção nacional de técnicos do Sesc, Belo Horizonte).

70. Serviço social de grupo e serviço social de casos. Rio de

Janeiro, Sesc, 1951, p.2.

71. IAMAMOTO, M. Vilela e CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil. 7a. ed. São Paulo, Cortez, 1958, p.218.

72. SODRE, Ruy de Azevedo. Serviço social. Revista de organização científica. São Paulo, Idort, XVI(182)5-6, fevereiro/1947, p.5.

73. LIMA, Sulamita Bezerra de. Gênese do serviço social no Rio de Janeiro e divergências internas na sua relação com a dinâmica social: elementos para se repensar as origens do serviço social no Brasil. Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa em Serviço Social da UFRJ, série História e Serviço Social, texto 1, s/d, mimeo.

74. KIELH, Maria. Entrevista no jornal "A Manhã", Rio de Janeiro, 1942. Citado por IAMAMOTO e CARVALHO, op. cit., p.175.

75. Relatório CEAS, 1932/1934. Citado por IAMAMOTO e CARVALHO, op. cit., p.175.

76. Tese apresentada no Congresso Dom Vital do CEAS, 13/05/1933, citado por IAMAMOTO e CARVALHO, op. cit., p.175.

77. POMBO, Geraldo S. da Rocha. Escolas de serviço social. Rio de Janeiro, Sesc, 1953, p.14.

78. IAMAMATO e CARVALHO, op. cit, p.172.

79. KIELH, Maria. Op. cit.

80. MEIRELES, M. Francisco. Algumas observações sobre o serviço social na Europa. Rio de Janeiro, Sesc, 1958, p.38.

81. Centro de preparação de pessoal. Rio de Janeiro, Sesc, 1962. O objetivo do centro era "programar, promover, coordenar, e controlar todas as medidas de preparação e aperfeiçoamento do pessoal técnico necessário às atividades preconizadas no Plano geral de ação do Sesc.". Avaliando o curriculum destes cursos de formação observamos que

as atividades de lazer predominaram. A visão de lazer segue a linha de Jofre Dumazedier, mas isto só a partir da década de 60.

82. Investigação social. Rio de Janeiro, Sesc, 1962. Sobre o mesmo assunto: A importância do problema da formação da mão-de-obra. Rio de Janeiro, Sesc, 1960.

83. Relatório da Escola de Serviço Social de São Paulo: 1946/1953. Citado por IANAMOTO e CARVALHO, op. cit., p.184.

84. Investigação social. Rio de Janeiro, Sesc, 1959, p.10.

85. AMADO, Gennyson. Recrutamento, formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico. Belo Horizonte, II Convenção Nacional de Técnicos do Sesc, 1956.

86. Idem, p.3 e 4.

87. Idem, p.4.

88. Citado por SPOSATI, Aldaisa de Oliveira et alii. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. São Paulo, Cortez, 1987.

89. Relatório de estudos sobre a atuação do assistente social no Sesc. Rio de Janeiro, Sesc, s/d.

90. AMADO, Gennyson. Op. cit., p.4.

91. A educação social: objetivos e métodos. Informativo Senai. São Paulo, IX(100):1-2, maio/1954, p.1.

92. MONARCHA, Carlos. A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira, a Escola Nova. São Paulo, Cortez/ed. Associados, 1990, p.12.

93. RIOS, Arthur. Serviço social de grupos. Rio de Janeiro, SESC, 1957.

94. Idem.

95. A educação social: objetivos e métodos. Informativo

Senai. São Paulo, IX(100):1-2, maio/1954, p.1.

96. Reunião dos diretores gerais - Conferências realizadas 3o. trimestre de 1957. Rio de Janeiro, Sesc, 1957.

97. PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: O período pós-30. In: FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, vol.11, p.247/268.

98. Serviço Social do Comércio (Sesc) e o bem estar do comerciário. São Paulo, Sesc, 1970.

99. Centro Sesc/Senac. Sugestões práticas para o seu funcionamento. Rio de Janeiro, 1954.

100. RIOS, José Arthur. Serviço social de grupos. Rio de Janeiro, Sesc, 1957.

101. A educação social: objetivos e métodos. Informativo Senai, São Paulo, IX(100):1-2, maio/1954. p

102. O que é serviço social. São Paulo, Sesc, s/d.

103. Relatório apresentado pelo Diretor Geral do Departamento Nacional propondo a reestruturação do mesmo Departamento. Rio de Janeiro, Sesc, 1964.

104. HUMMEL, Célia. Biblioteca circulante/rotativa. Santos, Sesc, s/d. De acordo com Romanelli em 1940 a taxa de analfabetismo na população com mais de 15 anos foi de 56,17%, enquanto em 1950 foi de 50,48%. De acordo com o anuário estatístico de 1940, IBGE, 61,2% da população brasileira acima de 5 anos não sabia ler nem escrever. Consultar ROMANELLI, Otávia. História da educação no Brasil. 6a. edição, Petrópolis, Vozes, 1984.

105. Tudo indica que a pesquisa foi realizada entre os comerciários de São Paulo. A mesma enquête pesquisou os jornais mais lidos: 149 entre os entrevistados liam "O Estado de São Paulo", 95 A

"Gazeta Esportiva" e 89 o "Diário de São Paulo". Entre os entrevistados 63,6% disseram ler livros, sendo os mais citados "A mestiça". Os autores mais citados foram: Stefan Zweig, Eça de Queiroz, Machado de Assis, José de Alencar, Monteiro Lobato e Erico Veríssimo. Também entraram na lista Marx, repondido por 1 (um) entrevistado e Freud por 2 (dois).

106. O trabalho educacional do Sesc e a caracterização de suas atividades. Rio de Janeiro, Sesc, s/d.

107. O Serviço Social do Comércio (Sesc) e o bem estar do comerciário. São Paulo, Sesc(AR), 1970, p.14.

108. Exposição feita pelo Diretor Geral, 4/08/1964. Rio de Janeiro, Sesc.

109. CORREA, M. Aparecida Campos. "O Sesc em Marcha" à serviço da educação social. Bertioga, Sesc/I Convenção Nacional de Técnicos do Sesc, 1951.

110. O trabalhador educacional do Sesc e a caracterização de suas atividades. Rio de Janeiro, Sesc, s/d.

111. ALMEIDA, Adolfo Rodrigues de. Análises estatísticas dos principais aspectos das atividades do Sesc. Rio de Janeiro, Sesc, 1974. Sobre o número de matrículas, inscrições e atendimentos no Sesc em vários departamentos regionais consultar: Sesc: Serviço Social do Comércio. Debates Sociais. Rio de Janeiro, XXIII(44):49/54, 1o. e 2o. semestres/1987.

112. A penetração e frequência de atendimento do Sesc nos diversos departamentos regionais em 1959. Rio de Janeiro, Sesc, 1961, p.8.

113. De Homens e Máquinas. Roberto Mange e a formação profissional. São Paulo, Senai, 1991, Vol.I, p.137.

114. FONSECA, Irineu. A divulgação como fator de êxito do serviço social. Bertioga, Seani, 1951.

115. Idem.

116. Idem.

117. Idem.

118. Nos locais pesquisados não foi possível encontrar nenhum exemplar deste jornal, não sendo possível perceber sua atitude, continuidade e enfoque.

119. CORREA, M. Aparecida Campos. Op. cit.

120. Idem.

121. Vultuosa verba secreta para corrupção política. A Classe Operária. Rio de Janeiro, 22/5/1948.

122. "Cooperação do lar" e "Uma cerveja a menos" são respectivamente os títulos dos seguintes artigos: GAMA, Noemia Nascimento. Revista de Organização Científica. São Paulo, IDORT, XVIII(211), julho/1949, p.56 e O Operário. São Paulo, XXXVI(16849), 8/01/1950, p.1.

123. MEIRELLES, Manuel Francisco Lopes. Algumas observações sobre o serviço social na Europa. Rio de Janeiro, Sesc, s/d, p.58.

124. LASCH, Christopher. Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

125. SESC, Rio de Janeiro, ref. no. 1728, s/d.

126. LASCH, Christopher. Op. cit., p.42.

127. RIBEIRO, Carolina. A construção do verdadeiro lar. Revista de Organização Científica. São Paulo, Idort, XVIII(211), julho/1949, p.6. Ribeiro desenvolveu esta e outras considerações em nome da "Liga das Senhoras Católicas".

128. VIEIRA, Balbina Ottoni. Op. cit., p.21.

129. LASCH, Christopher. Op. cit., p.35.

130. FREITAS, Maria A. Teixeira. Revista de Organização Científica. São Paulo, Idort, XII(136):20/21, abril/1943, p.20 e 21.

131. Sesc: Sinopses das principais atividades. Rio Grande do Sul, Sesc/DR, 1953/54.

132. MOREIRA, João Roberto. Anteprojeto de um plano geral de política de ação do Sesc. Rio de Janeiro, Sesc, s/d.

133. Massa comerciária. Rio de Janeiro, Sesc, 1951, p.8.

134. Uma cerveja a menos. citado, p.1.

135. Idem, p.1.

136. Idem, p.1.

137. ALMEIDA, T. R. Raposo e MIRANDA, Zeny. Classificação e nomenclatura das atividades assistenciais do Sesc. Rio de Janeiro, Sesc, 1955.

138. Idem, p.34. O tema colônia de férias está desenvolvido no item 3.5. Lazer: tempo produtivo.

139. FISCHOWITZ, Estanislau. A previdência social e o serviço social do Comércio. Rio de Janeiro, Sesc, 1957, p.15.

140. GOMES, Angela de Castro. Burguesia e Trabalho. Política e legislação social no Brasil: 1917-1937. Rio de Janeiro, Campus, 1979, p.163. De acordo como Gomes. para os empresários, em 1917, poderia ser um excesso limitar o trabalho de menores em 14 anos, enquanto em 1927 já não o é mais. No tema discutido nesta item podemos observa o mesmo com relação a limitação da jornada de trabalho, as férias e o repouso remunerado, as oposições por parte de alguns setores empresariais vão assimilando estas mudanças.

141. "Fadiga e acidentes". Revista de Organização Científica.

São Paulo, Idort, XI(123), dezembro/1942.

142. ARRUDA, Salvio Olynto C. O operário, a fadiga e o acidente. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, XI(133):161/167, setembro/1947. O mesmo artigo foi publicado na revista da Associação Comercial de Minas Gerais, Belo Horizonte, VIII(83):47/48, janeiro/1946.

143. Idem, p. 172.

144. "Duração do Trabalho". Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, XIII(134), outubro/1946, p.297.

145. Idem, p.297.

146. VASQUEZ, Fernando Gutierrez. Higiene mental do operário. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, VIII(75), novembro/1948, p.213.

147. MENDONÇA, Luiz de. O trabalho e a felicidade. Revista de Organização Científica. São Paulo, XIV(161), maio/1945, p.11.

148. Idem, p.11.

149. Idem, p.12.

150. SAINT-CLAIRE, Jean. Cores e luzes nas fábricas e oficinas modernas. Revista do Senai. São Paulo, V(44), 1949, p.16.

151. Idem, p.16.

152. Idem, p.16.

153. STANFIELD, Boris M. Relações entre empregadores e empregados. Revista de Organização Científica. São Paulo, XVIII(216), dezembro/1949, p.10.

154. REINHERT, Arnaldo. O prazer de trabalhar. Revista de Organização Científica. São Paulo, Idort, XIII(147):8/9, março/1944, p.9. O mesmo artigo foi publicado pelo Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, XII(148):73/76,

abril/1946.

155. "Música para o trabalho". Revista de Organização Científica, São Paulo, Idort, XII(143):10, novembro/1943.

156. "Essa é boa...". O Trabalhador Gráfico. São Paulo, XXVI(147), 25/5/1947, p.7.

157. Idem.

158. "Música para distrair a fome". Vanguarda Socialista, Rio de Janeiro, 25/abril/1947, p.1.

159. MANCINI, Luiz Carlos. Lições que devem ser meditadas. Revista Serviço Social. São Paulo, no.23, 1940.

160. Idem

161. CARDOSO, Fausto Rivera. Problemas da classe comerciária. Rio de Janeiro, Sesc, 1957, p.4.

162. ARRUDA, Salvio Olynto. Op. cit., p.165.

163. FREITAS (FILHO), Lincoln de e VALENTE, Carlos M. Recreação da coletividade comerciária. Rio de Janeiro, Sesc, s/d, p.1 e 2.

164. Idem, p.12.

165. COUTINHO, Jorge Rodrigues. Sugestões para a organização do plano de atividades do Sesc. Rio de Janeiro, Sesc, 1947.

166. "Serviço Social de grupo e serviço social de casos". Rio de Janeiro, Sesc, 1951, p.1.

167. GOMES (FILHO), Eduardo Luiz. Das possibilidades orçamentárias para execução dos serviços de recreação e de férias coletivas. Garanhuns (Pe), II Convenção Nacional de Técnicos do Sesc, 1956.

168. "É proibido vender as férias". Boletim da Associação Comercial de Minas. Belo Horizonte, III(69), junho/1944.

169. Jornal O Metalúrgico, São Paulo, VI(68), maio/1948.

170. "Tese apresentada pelo Sesc regional do Estado do Rio de Janeiro à Conferência de Bertioga: Da objetividade dos serviços de recreação e de férias coletivas". Niterói, Sesc, 1950.

171. "Relatório das semanas de estudos realizadas em setembro, 1951". Rio de Janeiro, Sesc, 1951.

172. RAMAGEM, Mário Gomes. Colônia de férias. Garanhuns (Pe), II Convenção Nacional de Técnicos do Sesc, 1956, p.1.

173. Idem, p.2.

174. Idem, p.4.

175. Citado por FIORE, M. Heloísa M. de Araújo (Coord). Origens e implantação do programa de lazer no Sesc. Rio de Janeiro, 1981, p.25.

176. BALLARINY, Humberto. Férias coletivas. Colônias de férias. Belo Horizonte, III Convenção Nacional de Técnicos do Sesc, 1958, p.11 e 20.

177. MOREIRA, João Roberto. Anteprojeto geral de política de ação do Sesc. Rio de Janeiro, Sesc, s/d, p.28/29.

178. THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona, editorial Critica, 2a. ed., 1984.

CAPITULO IV: VISÕES OPERARIAS

O TEMPO PERDIDO

Jacques Prévert

Diante do portão da fábrica
o operário de repente para
o dia lindo agarrou-o pelo paletó
e como ele se volta
e olha o sol
vermelhinho redondinho
sorrindo no céu de chumbo
pisca-lhe o olho
familiarmente
Pois é camarada sol
você não acha
que é babaquice
dar um dia destes
para o patrão?

Na década de 40 a população operária nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro cresceu significativamente. Parcelas representativas da população comercial e industrial, que alteraram o perfil das cidades, eram migrantes que deixavam o interior dos estados na busca de melhores opções de trabalho e vida nos centros urbanos (1).

A concentração desses migrantes nos centros urbanos alterou a distribuição espacial das cidades, pois estas não tinham uma política eficiente para absorver a nível de moradia, saúde, saneamento e transporte, a mão-de-obra necessária para o crescimento tanto da indústria como do comércio.

De acordo com Kowarick, a população migrante está sujeita a inúmeras perdas, espoliada não apenas fisicamente e em sua força de trabalho, mas também nas suas capacidades cognitivas:

"o conhecimento interiorizado nas práticas imperantes no campo e nas pequenas cidades pouca serventia apresenta para o trabalho fracionado da indústria". (2)

Neste sentido estes migrantes, na análise de Chauí (3), "são submetidos a um processo de socialização que invalida sua cultura anterior, pois não podem acrescentar ao que possuíam novos elementos culturais (nova relação com o tempo e com o espaço, com o vestuário, a higiene, o paladar, novas formas de conduta adaptadas à disciplina urbana), mas perdem o que tinham para adquirir outros, menores".

Este processo de "perda" cultural é acompanhado por desprezo e relação de superioridade pela cultura burguesa apresentada como melhor. Nos espaços de socialização, que não se restringem apenas aos espaços do trabalho, os serviços sociais e as atividades sociais patrocinadas pelo grupo católico e empresários, o trabalhador e seus familiares encontram a noção corrente de que precisam, para a vida nos grandes centros, de "aprenderem" desde normas de higiene, hábitos alimentares até comportamentos morais, etc. Estes serviços sociais determinam os critérios da boa alimentação, das práticas de higiene, da melhor maneira para se gastar o dinheiro do salário, o modelo de uma boa

conduta moral. O pressuposto é o de que os conhecimentos dos assistidos, quando se considerava que estes os tinham, não se adaptavam ou não eram dignos de valor nas relações intermediadas pelo trabalho nas cidades.

Thompson (4), ao analisar as transformações no valor tempo com o avanço industrial observa que o tempo de vida/trabalho rural tornava-se incompatível com o tempo da vida/trabalho urbano. Especialmente com relação à disciplinarização requerida pelo tempo industrial. A incorporação do tempo da indústria - tempo controlado e regulado - alteram os hábitos de vida. A sociedade capitalista consome, comercializa, utiliza todo o tempo e conseqüentemente não há desenvolvimento econômico se não há, concomitantemente, transformações culturais.

As datas das grandes festas e comemorações deixavam de ser definidas pelas tradições e costumes, e passavam a ser intermediadas pela ação do Estado. Os feriados estavam divididos entre religiosos e civicos e há toda uma preocupação em adaptar, inclusive extinguindo feriados, o calendário às necessidades do ritmo produtivo (5).

A imprensa operária, a cada nova alteração dos feriados, não só reclamava como demonstrava indignação com a arbitragem, pelas autoridades governamentais, dos dias de trabalho e não trabalho. A cena de conflito se constituía com a ladainha dos setores empresariais ao reclamarem, em coro, sobre o "excesso de feriados" causando a interrupção no ritmo produtivo.

Em 1949 o jornal "O Trabalhador Gráfico" reclamava: "reduzidos a cinco os feriados nacionais" (6). Já o jornal "Voz Comerciária", getulista, noticiava "alteração nos feriados" (7).

A redução do número de feriados a que se refere o jornal "O

Trabalhador Gráfico" são dos dias 21 de abril e 2 de novembro, que correspondem à morte de Tiradentes e finados, respectivamente.

A indefinição dos feriados, principalmente os regionais, na opinião do setor de direito trabalhista da Associação Comercial de Minas "continua a tumultuar a vida pública brasileira e a concorrer para desorganizar a nossa já tão depauperada produção", e completa:

"bem feitas as contas, chegou-se a afirmar que o trabalhador tinha durante o ano mais dias de folga do que de trabalho, tal era a profusão de feriados, domingos e dias santos, que acrescidos aos dias de férias legais, licenças, faltas voluntárias e outros impedimentos, reduziam o período efetivo de trabalho a pouco mais de um terço ao ano civil" (8).

É interessante observar que os domingos e as férias faziam parte das contas de dias "roubados" da produção, deixando aflorar um ideal de trabalho ininterrupto, que enfrentava com maior resistência, a organização da força de trabalho.

De acordo com a constituição de 1946 e posteriormente com a Lei federal no. 695 estabeleceu-se que os feriados civis seriam declarados por lei de âmbito nacional, enquanto os feriados religiosos e regionais se limitariam a no máximo 7, declarados por leis municipais de acordo com a tradição local.

Para as Associações e Federações da Indústria e Comércio a indefinição dos feriados regionais e religiosos provocavam distúrbios no ritmo da produção. Foram realizadas pressões para que se definisse a proporção dos feriados regionais em função dos feriados nacionais mantendo-se apenas os nacionais. A imprecisão na fixação dos feriados

principalmente nos referentes às tradições locais, confrontava com a busca de ordem necessária ao ritmo produtivo. Para os setores industriais o ritmo produtivo também se compunha pelo hábito de frequência ao trabalho, ritmado, com mínimo de interrupções possíveis. Os feriados, as férias e até os domingos, além evidentemente das faltas e atrasos, deviam ser contidos e limitados ao máximo.

A Associação Comercial de Minas, em correspondência com a Federação Comercial, em 1945 pedia providência para a questão. De acordo com a Associação Comercial, se somados os feriados civis (em número de 5) e os religiosos (em número de 10), acrescidos os feriados municipais (em número de 2) e os dias que o governo estadual e/ou municipal "resolvem decretar feriado por uma circunstância qualquer, completam com os domingos uma soma considerável de dias completamente inúteis às nossas fontes de trabalho e produção." (9).

A proposta da Associação Comercial de Minas reduzia os feriados civis e religiosos para 7 e apenas 1 feriado municipal. Ou seja, pelas contas da Associação a soma dos feriados deveria chegar ao número de 8, no lugar dos 19 existentes. Novamente o domingo é incluído na "soma considerável de dias completamente inúteis...".

A polêmica pode ser constatada com a discussão sobre a validade ou não de se manterem os feriados religiosos de acordo com as tradições locais. De acordo com um técnico do governo "a multiplicidade de feriados não só prejudica o serviço como aos operários diaristas, diminuindo-lhes os vencimentos" (10). Mas o técnico do Ministério do Trabalho curva-se diante da força da tradição ao observar que, independente da oficialização dos feriados, a população cumpre com seus "deveres" religiosos. Assim aconteceu com o dia 30 de janeiro, dia de São Sebastião, na Ilha das Cobras (de 1925 a 1930):

"a experiência provou que devia ter sido incluído o dia 28 de janeiro - pois a frequência baixava muito, sobretudo pela ausência do elemento de cor." (11).

Não foram só os feriados alvos do desejo de regulamentação dos setores empresariais. As férias, repouso remunerado, horas extras etc, também fizeram parte das tentativas empresariais de influenciar/pressionar a legislação trabalhista para limitar, ao mínimo possível, toda as tentativas de redução do horário de trabalho, o que significava não negociar o grau de exploração da mão-de-obra.

No período entre 1917 a 1937, de acordo com Angela Castro Gomes (12), a lei de férias no âmbito da legislação social foi uma das mais combativas pelos setores empresariais que a consideravam um perigo para o desenvolvimento da produção econômica pelo ônus que acarretaria. Essa é a única lei que "recebe oposição frontal e global por parte do empresariado industrial, que a considera sem similar no mundo e um cartão ao eleitorado do Distrito Federal. O maior problema da lei de férias seria a sua aplicabilidade junto ao operariado industrial. De acordo com os empresários, apenas os trabalhadores intelectuais faziam jus ao direito de férias, o mesmo não se estendendo aos trabalhadores do setor industrial. A lei de férias de 1930 só será aplicada em 1932. Em 1934 foi promulgado o decreto número 23.768 (18.01.1934) concedendo férias aos trabalhadores da indústria. Mesmo assim são fartamente conhecidos os desrespeitos à lei de férias.

Os estudos científicos atingem o mundo do trabalho desde a década de 20. Análises sobre os acidentes, a fadiga e a produtividade demonstravam que não necessariamente a extensão da jornada de trabalho representava aumento da produtividade. O elemento da fadiga entra na

nova concepção de organização do trabalho. A fadiga, na avaliação dos estudos "científicos", causada pelo excesso de trabalho, acarreta, entre outros fatores, maior número de acidentes, maior desgaste da mão-de-obra e conseqüentemente interrupção e decréscimo no ritmo produtivo (13).

Vários setores empresariais, já na década de 40, demonstraram maior cuidado ao lidar com a questão das férias. Organismos internacionais, como por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho, insistiam na necessidade do repouso depois do ano de trabalho, lembrando as vantagens econômicas desta prática. O desrespeito à lei de férias continuava a acontecer mas a mesmo tempo ouvia-se novas posições, novas idéias.

A resistência do setor empresarial para com a lei de férias seria gradativamente substituída pela noção de que as férias, afinal, contribuíam para incentivar a produção. Esta mudança não se processou sem conflitos. Ao que tudo indica não havia consenso entre os empresários sobre a importância ou não de se respeitar a legislação referente às férias.

A contabilidade da produtividade, mais especificamente para os setores empresariais que estavam apoiando a implantação dos SESI e SESC, ao pesar débitos e créditos referentes às interrupções regulamentadas (leia-se previsíveis) do trabalho, comprova suas vantagens na produção. Os técnicos do Serviço Social do Comércio constataavam a relação entre o aproveitamento do tempo livre e a garantia da produtividade, e sem dúvida, dialogavam/representavam o pensamento dos dirigentes da instituição:

"Sabe-se hoje, com certo rigor científico, que 6 a 8 horas de jornada, conforme o tipo de atividade, e que 11

meses de trabalho anual, redem mais, "per capita", na produção, que as extenuantes 12 a 14 horas de jornada, a semana de 6, 5 dias e o ano de 12 meses, que eram a regra no século XIX. Portanto, no interesse da própria produção e do crescimento econômico do país, a atividade profissional deve obedecer a certos limites que, se ultrapassados, significam o desgaste da força humana de trabalho, e, portanto, baixo índice "per capita" de produção." (14).

Esta noção se faz acompanhar dos programas de férias coletivas, organizadas pelas empresas, preenchimento das férias com cursos de especialização ou mantendo os trabalhadores em atividades de lazer devidamente programadas. O jornal católico "O Operário" noticiava esta nova prática:

"Algumas fábricas brasileiras, casas comerciais costumam oferecer aos seus empregados férias coletivas em estações balneárias, (...) afim de que os mesmos readquiram o vigor necessário às novas tarefas futuras. Louvável providência, digna de imitação." (15).

A Revista de Organização Científica também indicava o mesmo caminho, pois respeitar a legislação referente às férias significava lidar com uma concepção racional do trabalho e, conseqüentemente, aumentar a produtividade:

"As férias, devem ser rigorosamente observadas pelo empregador, como pelo empregado. Depois de um período de ano de trabalho, o empregado começa a ficar "embotado". Seu esgotamento, a má vontade, a redução da capacidade de

trabalho, os reflexos nervosos começam a constituir uma séria ameaça à integridade física do trabalhador. O empregador deve cuidar pelo menos como uma defesa, do "material humano" de que necessita e que em regra, é mais difícil conseguir "em boas condições" do que as máquinas...." (16).

Os serviços sociais empresariais -SESC e Sesi- irão contribuir nesta nova concepção. Mais do que aceitar e cumprir o direito às férias dos trabalhadores, localizariam no tempo livre um espaço de atuação:

"Simultaneamente com o reconhecimento da necessidade de tempo livre e lazer, enquanto quesitos indispensáveis à reprodução física das classes trabalhadoras, surge a preocupação, inerente à necessidade de reprodução do sistema, com a regulamentação e controle do uso do tempo liberado do trabalho e sua adequação aos valores culturais dominantes na sociedade." (17).

Já para os trabalhadores, as férias representavam uma conquista inestimável. Em 1945, o jornal MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores) reconhecia que o direito às férias estava entre uma das mais importantes conquistas dos trabalhadores, mas o não cumprimento da lei continuava:

"Infelizmente, porém, a falta de um plano de fiscalização adequada e eficiente, e a complacência de certas autoridades fiscais dão margem a que inúmeros empregadores burlam sem cerimônia a lei vigente." (18).

Já o Ministério do Trabalho defendia as férias como inerentes

ao trabalho "fruto do tirocinio longo que desgasta o organismo humano na diuturna aplicação das suas forças." (19). E mais, de acordo com a interpretação do Ministro, o trabalhador da indústria não só faz jus ao direito de férias como pode também gozã-las antes de completar um ano de trabalho. Desde que conte mais de 150 dias de jornadas assinadas, já lhe caber o direito á férias mínimas de 7 dias.

As férias também são vistas pelo Ministério do Trabalho como reparadoras das energias perdidas no ano de trabalho. Neste sentido as férias acabam sendo um beneficio também para os empregadores:

"ademais, o proveito advindo do descanso reparador não deixa de interessar, ainda, o próprio empregador, cujas vantagens auferre por meio da melhor disposição apresentada pelo empregado que se refaz para os misteres que lhe são concernentes, desse modo melhor colaborando e maior soma de rendimento oferecendo." (20).

Com relação ao repouso semanal, sua regulamentação estava vinculada á assiduidade e pontualidade no trabalho (13). Só fazia jus ao repouso semanal remunerado o trabalhador que frequentasse todos os dias de trabalho durante a semana. As ausências deveriam se enquadrar nas normas estabelecidas (motivos: interrupção do trabalho por critério do empregador, 3 dias em caso de casamento, atestados de saúde ou da empresa ou da Previdência, por motivos estabelecidos na lei de acidente de trabalho). O mesmo acontecia com relação aos atrasos:

"Artigo 12, par.3 -As entradas no serviço, verificadas com atraso, em decorrência de acidentes de transportes quando devidamente comprovados mediante atestado da empresa concessionária, não acarretarão, para o trabalhador, a

aplicação dos disposto no artigo 11." (22).

Desta maneira o repouso semanal remunerado e o pagamento de salários nos feriados regulamentava, também, as ausências e atrasos ao trabalho restringindo ao máximo estas interrupções.

O repouso semanal remunerado, para espanto do jornal circulista "O Operário", foi considerado por alguns trabalhadores como escravidão, porque obrigava o operário a trabalhar. A resposta do jornal deixa claro que o que estava sendo discutido era justamente a assiduidade ao trabalho:

"Esta é a mentalidade perigosa pois não compreende a verdadeira finalidade da instituição que é premiar a assiduidade. Mais uma vez fica provado que o bom operário não precisa que ninguém faça greve para que sua dedicação seja premiada. (...) O descanso semanal remunerado é um prêmio e quem não se dispuser a merecê-lo que não conte com ele." (23).

A reação na imprensa operária foi imediata: "Impossível a frequência 100% ao trabalho":

"Frequentemente - e já por parte daqueles que não trabalham ou pouco trabalham - ouve-se esta calúnia e esta infâmia contra os trabalhadores brasileiros: que são preguiçosos; que se deve exigir uma frequência de 100% ao trabalho como condição a qualquer aumento de salário. O chamado Conselho Nacional do Trabalho adotou este último ponto de vista (...) Admitindo apenas aumentos insignificantes de salários, inferiores ao custo de vida."

(24).

Este mesmo artigo expõe a opinião do Senador Hamilton Nogueira "falando como professor da Faculdade de Medicina, com conhecimento de causa, e não como membro do "Conselho Nacional do Trabalho":

"-Que acha o Senador (...) sobre a frequência de 100% ao trabalho?

-Absurda. Só se os trabalhadores fossem automáticos ou máquinas. Mas estes mesmos... precisam ficar, por vezes, parados, afim de serem concertados e revistos.... Os operários faltam ao trabalho sobretudo em virtude do cansaço. E de fato, ponto primordial na higiene do trabalho a prevenção da fadiga. (...)

-Mas, perguntamos, quais as causas gerais da fadiga?

-1.) o excesso de horas de trabalho, os serões, as tarefas extraordinárias. O trabalhador deve recusar-se a tal excesso, especialmente em indústrias cujo meio é insalubre.
2.) As grandes distâncias entre a residência e o trabalho, em longas viagens sem conforto, em que a pessoa fica de pé e com os músculos contundidos. A falta de sono suficiente em consequência, sobretudo, de tais distâncias. O trabalhador tem de acordar cedíssimo e dormir mais ou menos tarde (...)
3.) A ineuficiente nutrição (...) 4.) As más condições de trabalho. Os ambientes escuros e sujos cansam a pessoa (...)
São essas condições, é esse esgotamento físico, é esse cansaço (...) a causa da falta ao trabalho. (...)." (25).

Através do levantamento na imprensa operária no período entre

1940 a 1959 (26) observamos que havia uma infinidade de atividades recreativas com caráter político ou não, organizadas ou intermediadas pelos sindicatos dos trabalhadores. Eram torneios de dama e xadrez, piqueniques, convescotes, bailes, festas, concursos de gargalhadas, festivais artísticos, festas juninas, eventos que mobilizavam não apenas os operários mas seus familiares, vizinhos, militantes e simpatizantes políticos.

Estas atividades nos remetem para uma realidade diferente das atividades patrocinadas pelos serviços sociais da Indústria e Comércio. O material pesquisado na imprensa operária se refere basicamente às convocações/chamadas para os eventos e, posteriormente, à repercussão e descrição do acontecimento. Expressões como alegria, "animadas festas populares", duelos de gargalhadas, estavam presentes nos vários jornais pesquisados, dividindo o espaço com as reivindicações, denúncias e artigos políticos.

Este espaço de manifestação cultural é livre, mantém-se fora, até certo ponto do âmbito das interferências patronais e governamentais. As opções, as hierarquias, as normas são estabelecidas pelos grupos que articulam os eventos. Em boa parte destas atividades recreativas os sindicatos representavam o canal para viabilização do evento/entretenimento. Em outros momentos as atividades culturais são criadas e organizadas pela direção do próprio sindicato e, muitas vezes, com objetivo político bastante explícito. É o caso das atividades organizadas pelo Partido Comunista e vinculadas em jornais como "Novos Rumos", "Gazeta Sindical" e "Voz Operária" (27).

Basicamente todos os jornais consultados desenvolviam algum tipo de atividade recreativa/cultural, sendo que vários deles tinham os seus próprios departamentos de esporte ou eventos, como a Associação

Gráfica Esportiva ("O Trabalhador Gráfico"), Setor esportivo dos jovens sapateiros ("Voz Operária"), Departamento esportivo dos gráficos ("O Trabalhador Gráfico"), Departamento recreativo dos comerciários ("Voz Comerciária"), Centro de Cultura Popular ("A Plebe"), Departamento recreativo ("O Trabalhador Têxtil").

Ocorrem, algumas vezes, críticas não apenas às organizações do tipo SESI e SESC, como também às outras intervenções vindas de fora do movimento. É assim por exemplo, que dois jornais, ("Voz Operária" e "O Trabalhador Gráfico"), criticavam a atitude do governo paulista em criar coretos na cidade, nas matérias intituladas: "Música para distrair a fome" (28) ou "Essa é boa..." (29).

A noção de que as relações de trabalho não se limitam aos espaços e tempos fabris é percebida com clareza no artigo "Dutra e a juventude pernambucana":

"explorada nas fábricas e nos campos, sem direito à instrução, perseguida nos seus divertimentos, a mocidade também demonstra a sua repulsa contra os opressores do povo" (30).

No ano de criação do SESI, 1946, o jornal "Vanguarda Socialista", cobrava do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Morvam Figueiredo, um abono salarial pleiteado pelos trabalhadores. Na argumentação criticava-se o Ministro e o Ministério aproveitando para citar o Imposto Sindical como sendo gasto nas festas de recreação operária: "nome brasileiro das nazistas 'Alegria pelo trabalho' e concluía ressaltando que "o trabalhador não devia deixar de reivindicar em troca de filantropia" (31).

Em 1943 foi criado, pelo Estado, o Serviço de Recreação Operária

com objetivo de promover a "higiene mental" e a "segurança do operário". Este serviço foi organizado na capital da República em três centros permanentes de recreação (32) e posteriormente, em 1951, transformado no Serviço de Recreação e Assistência Cultural do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O jornal "Voz Comerciária" noticiou esta mudança e fez propaganda dos novos serviços prestados pelo Ministério do Trabalho: "Instalação de modernas bibliotecas e discoteca nas sedes dos sindicatos, além de outras atividades ligadas à cultura física e espiritual dos trabalhadores e de seus filhos." (34).

Da fala do Ministro Marcondes Filho observamos que a política sindical implemetada buscava ocupar também o espaço das atividades recreativas/culturais existentes nos sindicatos. Já havia estudos em andamento sobre a viabilidade da instalação de colônias de férias nos Estados, voltados à população operária, nas palavras do Ministro "afim de propiciar justo e sadio repouso, para que os trabalhadores se refaçam das lutas de cada dia." (35).

IV.1. OPINIÕES- Serviços sociais: "Meios de mistificar o proletariado"

Os serviços sociais da indústria e comércio (SESI e SESCO), principalmente quando desenvolvem atividades de recreação nos remetem, apressadamente, à associação com as atividades do dopolavoro na Itália fascista.

O dopolavoro integrava a política do governo Mussolini de reestruturação industrial: além de incentivar a utilização de métodos "científicos" na organização do trabalho, privilegiava-se a organização do tempo livre a fim de torná-lo mais produtivo.

Do tempo livre após o trabalho o engenheiro Mario Giani criou o neologismo Dopolavoro, que denominava as atividades recreativas e culturais dos operários fora da fábrica, inicialmente atividades organizadas pelos empresários e depois incorporadas pelo Estado.

A estrutura dos dopolavoros foi criada inicialmente pelos sindicatos, formando uma rede de círculos recreativos. Em 1925 o Estado incorpora e agrupa estas organizações na Opera Nazionale Dopolavoro (OND), que ficam submetidas ao Partido Fascista. Aos poucos esta estrutura acaba por incorporar e/ou enquadrar uma gama de atividades patrocinadas pelos empresários na área assistencial.

No caso da instituição dopolavoro, a justificativa apresentada pelo governo fascista italiano se apoiava na maximização da produção, além de fortalecer o clima de harmonia entre patrões e trabalhadores (36).

No material pesquisado encontramos poucas referências explícitas às atividades do dopolavoro. Uma extremamente simpática

encontrada no Manual do Círculo Operário. E outra criticando os SESI/SESC e comparando-os com as atividades recreativas fascistas, no material levantado na imprensa operária.

No Manual do Círculo Operário o elogio às atividades do dopolavoro e às prescrições do próprio Círculo deixam claro quem influência das práticas italianas neste movimento. Este Manual prescreve os caminhos para se criar "nas fábricas e oficinas um ambiente sã e moralizado" (37) preocupando-se com o tempo livre, tempo após o trabalho pois:

"...o operário desperdiça o tempo livre em casas de jogos, quiosques, ajuntamentos inúteis e sempre prejudiciais. (...) O operário procura a felicidade nos antros de perdição, que ele sustenta com o dinheiro ganho no suor do seu rosto (...)" (38).

A opção de participar dos Círculos Operários evitaria o desperdício de tempo em atividades "fúteis e perigosas" como bailes, carnavais, cinemas considerados impróprios, leituras de "maus" jornais, revistas e romances "que entram sorrateiramente no lar operário" espalhando a "destruição dos lares, o desencaminhamento da juventude" (39).

A organização dopolavoro foi avaliada pelo Manual do Círculo como uma conquista positiva do fascismo italiano:

"Não pensais que se queria fazer a propaganda do fascismo, nem tão pouco defendê-lo. O fascismo, como aliás disse Mussolini, não é um artigo de exportação, e por enquanto, também pouco adaptável ao nosso ambiente e à nossa evolução social. O que porém, queremos frisar, são as leis

emandadas por aquele governo e imediatamente executadas para um amparo sólido e eficaz não só das classes operárias, como também as classes rurais, extensivas aos filhos e às mães..." (40).

Para se organizar de forma sistemática o treinamento da mão-de-obra foi constituída em 1934 uma comissão interministerial que incluíam profissionais vinculados aos industriais paulistas e IDORT como Roberto Mange, João Lurenço Filho e Horácio Silveira. Esta comissão contribuiu para a criação, anos mais tarde, do SENAI.

De acordo com Barbara Weinstein nesta comissão havia consenso de que o baixo nível educacional do trabalhador brasileiro não se baseava na falta de especialização, mas na falta de disciplina, daí a ênfase na formação dos vários programas que poderiam ser adaptados às condições brasileiras destacou-se o sistema em operação na Alemanha nazista (42).

A outra referência ao dopolavoro está presente na imprensa operária de maneira nada positiva, associada diretamente à criação do SESI:

"Criação tipicamente fascista que iria "proteger" o trabalhador (...). O SESI (...) não constituiu nenhuma novidade, em regime ditatorial onde vigoram os métodos fascistas. O Estado corporativista de Mussolini era um imenso SESI, que fazia as vezes de asas de morcegos para abanar a ferida enquanto sugava o sangue da sua vítima. E na Itália fascista como na Alemanha de Hitler e ainda hoje na Espanha de Franco ou em Portugal de Salazar, a classe operária vivia sob a mais intensa opressão, enquanto grupos

capitalistas realizavam grandes negócios e planejavam a dominação mundial, depois de terem dominado seu próprio povo." (43).

De acordo com a "Classe Operária" o SESI ultrapassava a mentira e a mistificação, insultando os operários. Tanta indignação é provocada por uma observação sempre presente nos serviços empresariais, como observa este jornal com relação ao SESI:

"Muitos operários, de acordo com os patrões, continuaram a trabalhar e recebiam seus salários em dobro. Outros passavam os dias bebendo, jogando e se divertindo mal" - é a linguagem insultuosa do SESI" (44).

Já a "Gazeta Sindical", em artigo intitulado "Os trabalhadores e o SESI", vai direto ao assunto:

"Para que gastar fabulosas quantias numa obra que redundará num tremendo fracasso quanto tudo se resolvia simplesmente com um aumento de 60% nos salários atuais? (...) Esses serviços como todos sabemos não passam de mais uma das arapucas que já foram experimentadas sem nenhum sucesso." (45).

Em 1948 o deputado comunista Diógenes Arruda envia à Câmara Federal projeto de lei para transferir os serviços prestados pelos SESI e SESC para os órgãos do poder público. Este fato foi anunciado e apoiado pelos jornais "A Classe Operária" (46) e "A Luta" (47). Os títulos das matérias "Vultuosas verba secreta para corrupção política" e "Contra a aplicação indevida do dinheiro do povo pelo SESI e SESC",

respectivamente, dão uma idéia do tom de crítica a estes serviços.

De acordo com Diógenes Arruda as atribuições de assistência dos SESI e SESC deveriam estar sendo desenvolvidas pelos órgãos públicos e não com a transferência de recursos recolhidos obrigatoriamente (2% do montante da folha de pagamento) para as mãos das Confederações da Indústria e Comércio. Para o deputado a taxa de 2% recolhida pelo Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio e repassada para as Confederações, nada mais é do que um imposto indireto arrecadado de todos os consumidores, em especial dos trabalhadores.

O volume da verba a carga dos SESI e SESC também causou espanto ao deputado. Afinal, de acordo com as suas contas, as receitas destes órgãos em 1948 chegava à cifra de aproximadamente 200 milhões de cruzeiros. Na época este valor correspondia a duas vezes o orçamento do próprio Ministério da Indústria e Comércio... chegando inclusive a ser superior ao orçamento de vários estados federais.

Toda esta verba estava insenta da fiscalização do Tribunal de Contas e/ou do Congresso, pois os SESI e SESC foram considerados entidades de pessoa jurídica de direito privado, logo não havia necessidade legal de prestação de contas aos órgãos competentes do Estado. As conclusões de Arruda prosseguem nesta linha de raciocínio:

"Livres do exame do tribunal de Contas e da apreciação do Congresso Nacional, os 200 milhões de cruzeiros entregues às duas Confederações patronais constituem a maior verba secreta de que há memória no Brasil e "sua administração financeira, afastada de qualquer controle, é uma administração clandestina dirigida segundo o interesse político de alguns grupos que dominam as duas Confederações." (47).

O deputado Arruda sugere, com ironia, que estes serviços deveriam ser transferidos para os órgãos públicos, mas apenas serviços de assistência deixando de fora "os serviços de caráter político e partidário a favor de grupos de grandes industriais e comerciantes..." (48).

Estas denúncias de corrupção e empreguismo não devem ser imputadas apenas a indignação das lideranças políticas comunistas com relação à intromissão do setor empresarial nestas atividades "assistencialistas". Também não podem ser resumidas às resistências de setores da imprensa operária (de tendência socialista e/ou comunista) às iniciativas empresariais nesta área.

Toda a documentação consultada abre brechas para supor que, além do cunho da atuação nas atividades chamadas sociais, abria-se uma possibilidade de intervenção política mais direta, levando em conta principalmente o volume da verba envolvida e a sua forma de arrecadação compulsória.

Nos fins da década de 50 estoura uma bomba na ordem e na moral tão apregoados pelo SESC, especificamente no departamento regional do Distrito Federal. Vem a tona contas mal explicadas e dados que indicavam uma administração bastante sombria: 80% do orçamento desta regional estava comprometido com despesas de pessoal. Os documentos do SESC tratam de tentar amenizar a dimensão do problema culpando "os interesses pessoais de elementos nocivos, ardilosamente infiltrados nas hostes do sindicalismo patronal do Distrito Federal e ressaltando que o erro ou ciúme de alguns, não pode e não deve invalidar o esforço de muitos" (49).

As irregularidades administrativas do SESC remontam ao período anterior a 1959. Desde 1952 as fichas de registro dos funcionários não

eram anotadas sistematicamente. E, quando aconteciam, as atribuições funcionais de cada servidor não estavam definidas. O orçamento estabelecido era desrespeitado, doação de bens patrimoniais aconteciam sem autorização superior, donativos sem os nomes dos beneficiados, divergências entre os valores contabilizados e os valores presentes nos documentos. Todas essas irregularidades vieram à tona em decorrência de um processo administrativo (50).

Há, sem dúvida, uma repulsa explícita por parte dos jornais operários com relação aos serviços sociais da indústria e comércio. Isto não significa, entretanto, que os trabalhadores não utilizassem e ou frequentassem os cursos e atividades destas instituições. Para ficarmos com um exemplo, o mesmo jornal que denunciou "Vultuosa verba secreta para corrupção" (51), três meses depois denunciava que o SESI havia cortado os benefícios dos doqueiros: "O Serviço Social da Indústria, o famoso e demagógico SESI, acaba de excluir de seu quadro de associados os doqueiros" (52). A alegação para a exclusão foi a de que o Estado não estava descontando os 2% da folha de pagamento desta categoria para o SESI. Em Recife uma das atividades do SESI neste período era a exibição de filmes à noite. A reclamação dos cortes dos serviços do SESI indica que estes deviam ter alguma repercussão no meio operário, a ponto de ser reclamada sua interrupção.

Por mais que se criticasse estes serviços não é possível negar que as suas prestações de serviço chegavam até seu público alvo, suprimindo carências de atividades recreativas como a opção de cinemas à noite, entre outras atividades, a ponto de se reclamar a sua ausência ou interrupção.

IV.2 As festas: "Unindo o útil ao agradável" (53) e "Sem bebidas espirituosas"

"Abomino a ordem que confisca tempo, que confisca vida e ensaia tão cedo a prisão perpétua do comportamento."
(Carlos Drummond de Andrade)

Da mesma forma que é possível discutir maneiras distintas de se perceber a noção de lazer, as festas também ganham sentidos e conotações diversas, de acordo com seus organizadores e protagonistas.

Há uma idéia corrente de que, durante o Estado Novo, as mudanças na legislação sindical corresponderam a um distanciamento por parte das classes trabalhadoras das agremiações sindicais e uma das maneiras encontrada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para tornar os sindicatos mais atraentes, foi transformá-los em verdadeiras entidades recreativas e assistenciais. Sem dúvida alguma a despolitização dos sindicatos aconteceu no pós-35, mas não se pode negar a existência de atividades recreativas, incorporativas, esportivas, sociais nos sindicatos no período anterior.

Através da imprensa operária, na década de 40, observamos dois tipos de organizações festivas. Uma que corresponde à necessidade de distração e recreação que compõem o universo cultural da classe trabalhadora. Neste caso, o sindicato representava um espaço que além de destinado às atividades políticas, propiciava momentos de encontro para organização do lazer.

Outras atividades de lazer desenvolvidas nos espaços sindicais tinham cunho caracteristicamente político. Com a noção de se "unir o útil ao agradável", vários sindicatos utilizam-se deste canal cultural para desenvolverem trabalhos políticos.

Os jornais comunistas como a "Voz Operária" buscavam através das opções culturais/festivas aproximar-se do público, correligionários em potencial, dos morros e bairros populares do Rio. Nestas festas organizadas e planejadas pelo mundo sindical ou político, os discursos políticos necessariamente teriam que ocorrer.

Os comunistas subiam alguns morros na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1954, para distribuírem presentes a cerca de 100 famílias que moravam nos barracos. Nestes momentos no meio da festa ocorriam os discursos e palestras. A distribuição de presentes natalinos, nestes casos, funcionava como um atrativo para se divulgar as causas políticas:

"No dia da festa, um dos moradores do morro nos cedeu sua casa para depositarmos os presentes, enquanto homens e mulheres ajudavam na organização da fila dos que possuíam cartões (...). Em frente à casa afixamos uma faixa contra a guerra e pela paz, convidando os moradores a se organizarem na defesa de seus interesses e às mulheres a entrarem para a União Feminina." (54).

Outro exemplo de atividades comunistas que uniam o "útil ao agradável" eram as recepções a Luiz Carlos Prestes, sempre marcadas por festas. "O povo organiza festas para debater com Prestes os problemas do país" (55). Nestes encontros espoucavam foguetes, eram executados números musicais pelos artistas da região acompanhados por "acordes

alegres de uma sanfona". O jornal "Novos Rumos" comentava admirado:

"O povo é engenhoso quando tem a iniciativa em suas mãos. É capaz de imaginar as formas mais distintas e peculiares de organização. Prestes compareceu a seis encontros festivos e, em cada um deles, a gente do lugar proporcionou a mais diferente recepção. Desde o ambiente de conferência, com certa solenidade, passando pela simplicidade de uma reunião íntima, até a festa vibrante, com fogos, música e muita emoção. Foi assim em Vila São José." (56).

As festas organizadas mesmo entre militantes e simpatizantes tinham que manifestar com clareza seu cunho político, ou caso contrário, perdiam sua razão de ser. O Baile "Vespéral dos Vereadores", ocorrido no dia de Natal na Casa do Estudante do Brasil, promovido por duas células do Partido Comunista foi considerado um sucesso pela animação, mas a crítica do jornal "A classe Operária" foi implacável ao constatar que os organizadores se descuidavam das atividades políticas:

"(...) o baile não atingiu nenhuma finalidade eleitoral. A ele compareceram -nem podia deixar de ser de outra maneira - militantes e simpatizantes. Do ponto de vista eleitoral, as células que realizaram a festa gastaram muita energia sem proveito. (...) Seria preferível, por isso, que a mesma energia gasta fosse empregada numa festa popular de bairro, numa visita aos morros, etc." (57)

Neste caso mais do que a ausência da finalidade eleitoral, cobravam-se atividades festivas com o caráter arregimentador, ou

melhor, como instrumento político. O momento de descontração entre militantes, no mínimo, dispersava as energias de maneira pouco produtiva politicamente.

A utilização das festas ganhava um caráter arregimentador de simpatizantes. Tudo indica que a fórmula obtinha sucessos.

Durante o ano de 1946, realizou-se a Campanha pró-imprensa popular que coincidia com ano eleitoral e com um dos períodos de legalidade do Partido Comunista (1945-1947). Foram organizados bailes, shows, piqueniques, churrascos, entre outras atividades que visavam angariar fundos para reestruturação das oficinas da jornal "A Classe Operária":

"... numa admirável camaradagem festiva, ao mesmo tempo, dando provas de que, mesmo divertindo-se, o povo sabe contribuir para que a imprensa popular continue invencível, na defesa intransigente da liberdade de imprensa, da constituição e da democracia." (58).

A campanha pró-imprensa popular foi marcada por uma diversidade de atividades recreativas: as festas além dos bolos e salgadinhos, tinham sorvetes, cervejas, refrigerantes, café, frutas. Organizavam-se sorteios, brincadeiras como cabo de guerra, quebra-pote, competições esportivas. Os bailes eram marcados por danças até o sol raiar. Esta campanha foi sem dúvida uma campanha eficiente de "marketing", elaborada para atingir vários setores sociais. Para os setores "burgueses progressistas" eram sugeridas "recepções de cunho elegante e festivo" (59). Para as empresas a sugestão eram os bailes, concursos e festas, como por exemplo a eleição da "rainha dos trabalhadores" que sugestivamente se realizaria através do voto direto dos trabalhadores

para finalmente coroar a Rainha numa grande festa (60).

A Campanha não se restringia só à capital. E tudo indica que o objetivo, além de fundos para a imprensa popular, era o fortalecimento e reestruturação de várias células do Partido na capital e no interior. As experiências de outras células são divulgadas como exemplo de criatividade a serem seguidos. Entre esses exemplos o da "célula" de Carasinho que organizou um "jazz-band" com militantes e amigos: "conjunto musical que vem animando as festas do Partido e que foi eficiente na campanha pró-imprensa popular(...)" (61).

De acordo com o jornal do Partido Comunista, "A Classe Operária", devia se aproximar das "massas" através das tradições festivas das mesmas:

"os organismos do Partido deviam se ligar ao máximo com as massas, sem sectarismo, da maneira mais compreensível para a massa. E uma maneira compreensível são as festas populares, os "pic-nics", os desfiles de escolas de samba, as festas de (ilegível) do norte do Brasil, bailes de São João, etc" (62).

O piquenique 4a moda do norte organizado pela "célula" Estâquio Marinho reuniu cerca de 400 pessoas em Vitória (Espírito Santo) e foi considerado exemplar pelo jornal "A Classe Operária":

"<o pic-nic> teve notável animação ... Um almoço foi servido numa comprida mesa, da maneira mais popular. Danças se realizaram até a noite, animadas por um conjunto musical, organizado pela própria célula. Enfim, uma festa típica, verdadeiramente popular, que pode servir de exemplo aos organismos do Partido (...)." (63).

Mas tudo seria em vão se não acontecessem os discursos políticos, razão primeira dessas atividades festivas:

"Assim é que, em certo momento, o "pic-nic" se transformou em comício, tendo falado os candidatos a deputado estadual Benjamim de Carvalho e Vespasiano Meireles (...)" (64).

As atividades político-festivas sobem aos morros do Rio de Janeiro e no momento da fundação de uma nova célula, no período de legalidade do Partido Comunista, o acontecimento era marcado com festa. Foi o que ocorreu na fundação da célula do Morro de São Carlos (Rio de Janeiro), fundado em 1946, com 25 membros:

"A estruturação da nova célula (...) realizou-se sob um aspecto festivo pois, no fim da solenidade foi servido um chocolate com doces e em seguida verificou-se um baile íntimo, ao som de um "chorinho" cedido por um grupo de simpatizantes (...)." (65).

Teatros e cinemas também eram programações organizadas pelo Partido com sucesso de público. Sempre com objetivos bastante pragmáticos: "Teatro a serviço do povo" foi a manchete do jornal "A Classe Operária" para divulgar a iniciativa dos "Camaradas de Santa Maria" no Rio Grande do Sul. Ou a exibição do filme "O Grande Ditador", na comemoração à quinzena da legalidade do Partido Comunista, em 1946 (66).

A festa organizada pelos próprios trabalhadores é manifestação clara do controle de parte de seu tempo. A escolha do local também

representa outro sinal de liberdade, pois a organização de uma festa significa, ao mesmo tempo, o controle de determinado tempo e espaço. Festas, encontros, piqueniques representavam momentos de organização autônoma e independente dos trabalhadores, chegando, inclusive, a incomodar o poder estabelecido. Um bom exemplo foi a festa organizada na casa do lavrador Celestino Batista, em Itumbiara (Goiânia) que quase teve sua animação substituída pela intromissão do proprietário da fazenda. O episódio foi relatado pelo jornal "Terra Livre":

"Com o lavrador Celestino Batista aconteceu o seguinte: quando realizava uma festa de S. João na sua casa, com seus amigos e colegas, chegou o tatuira Tonico Mineiro fazendo o maior escândalo, querendo dissolver a festa à força, simplesmente porque o marador não tinha tirado licença ou pegado consentimento com ele. Mas aconteceu diferente do que o tatuira pensava: foi ele que teve sair na carreira, com dois capangas que o acompanhavam, diante da posição justa que tomaram os camponeses, protestando contra o absurdo de querer o fazendeiro mandar na casa do trabalhador. E fizeram continuar a festa até o sol raiar." (67).

O ambiente familiar, incluídos aí o seu tempo e espaço, pertencia ao lavrador Celestino Batista, pertencia ao trabalhador. A indignação estava presente na expressão "absurdo de querer o fazendeiro mandar na casa do trabalhador", delimitando o espaço privado da casa e defendendo-o. O título da matéria também é revelador: "Defenderam os camponeses de Itumbiara o direito de realizar as suas festas." O artigo não esclarece, mas tudo indica que a casa do lavrador se situava nas propriedades do "tatuira" Tonico Mineiro.

Apesar disto, o espaço privado era preservado e sua violação, ou sujeição às normas do fazendeiro eram considerados absurdos pelos trabalhadores em questão.

- "Sem bebidas espirituosas"

As festas organizadas pelos Circulos Operários e pelos SESI e SESC são extremamente formais. Os discursos presentes estão sempre presentes nestas atividades festivas e ficam a cargo das autoridades empresariais e/ou governamentais. O caráter de solenidade é sempre mantido pela presença das autoridades.

O conceito de festa nestes espaços abrange desde a inauguração de uma obra, passando pela comemoração de datas cívicas, datas de aniversário das próprias instituições até competições esportivas, festas juninas, confraternizações. O destaque para a notícia destas festas é o clima de ordem imposto pelos organizadores:

"A assistência era enorme e a disciplina bastante boa, devendo-se destacar o rigor com que os dirigentes do Circulo procuraram evitar toda e qualquer atitude que pudesse desvirtuar as festividades." (69).

A ausência de "bebidas espirituosas" também caracterizava estas festas. Tudo dentro da maior sobriedade e ordem possíveis durante o tempo e espaço destas atividades.

Já as festas em torno do 10. de maio têm a característica clara de intervenção no espaço operário. A organização dos "primeiros" de maio circulistas, em alguns momentos com os SESI e SESC, são didáticos: o

tempo da confusão em torno do 10. de maio havia acabado, nada de demonstração de força da organização operária, pois já não havia mais por que lutar. A cooperação e a harmonia entre classes era o encaminhamento:

"No passado o dia do trabalho era comemorado a fogo e sangue, lutas e revoluções; hoje vemos o retorno da massa trabalhadora à paz social, comemorando este dia com demonstrações de fé e civismo" (70).

O jornal da fábrica Bangu também comemorava o 10. de Maio divulgando que o passado de comemoração "desastrosas" havia acabado.

A data "triste e de protesto" (71) foi substituída por comemorações com "alegria"; dia de luta em dia de confraternizações. A transformação foi radical e o nome da comemoração também teve que ser mudado, "passando a denominar-se o Dia do Trabalho" (72):

"Mas é bom que todos os operários se lembrem de que para terem direitos precisam cumprir com seus deveres, precisam respeitar seus patrões para serem respeitados, precisam trabalhar produzindo para que o patrão possa pagar (...) vivendo em harmonia" (73).

O dia do trabalhador é transformado em dia do trabalho e "Viva o Brasil!"; o ato de trabalhar em missão quase que divina, o acerto das contas não se realizaria no terreno material e sim espiritual. "Trabalhar não é ser escravo como dizem os mal intencionados, mas conformar-se com a Vontade de Deus; trabalhar é viver a vida que o Senhor traçou para cada um de nós; trabalhar é fugir a tudo quanto concorre para o desvirtuamento de nossa dignidade; trabalhar é servir

com fidelidade ao Senhor de todas as coisas" (74), lembrava o jornal católico "O Operário" justamente no dia 10. de Maio.

NOTAS CAPITULO IV

1. Consultar CARONE, Edgard. A República Liberal. São Paulo, Difel, vol.I, Instituições, 1985, p.19.
2. KOWARICK, Lúcio et alli. Cidade - usos e abusos. São Paulo, Brasiliense, 1978, p.18.
3. CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 1986.
4. THOMPSON, E. P. A Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol.III, p.8.
5. "Reforma do calendário". Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, IV(37):369/375, setembro/1937. A resenha do artigo esclarece os objetivos e razões para se proceder a reforma do calendário: "além das vantagens que oferece do ponto de vista da racionalização e das economias a que dá ensejo, facilita os confrontos estatísticos, coordena as diferentes divisões do tempo e fixa os dias santos e feriados.", Op. cit, p.369.
6. "Reduzido a cinco os feriados nacionais". O Trabalhador Gráfico. São Paulo, n.181, 25/5/1949.
7. "Alteração nos feriados". Voz Comercial, Rio de Janeiro, XIII(98), março/1950, p.5.
8. "A questão dos feriados". Boletim da Associação Comercial de Minas, Belo Horizonte, IX(21):16/17, novembro/1950. Sobre o mesmo tema: "Vadiação". Boletim da Associação de Minas, Belo Horizonte, IV(89):6, novembro/1946.
9. Boletim da Associação Comercial de Minas, Belo Horizonte, IV(80), 25/01/1945, p.1.
10. "O descanso nos dias de feriados civis e religiosos".

Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, X(116):3/6, abril/1944.

11. Idem, p.318.

12. GOMES, Angela de Castro. Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937. São Paulo, Campus, 1986.

13. ARRUDA, Salvio Olynto de C. O operário, a fadiga e o acidente. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, XI(133):161/167, setembro/1945.

14. MOREIRA, João Roberto. Anteprojeto de um plano geral de política de ação do Sesc. Rio de Janeiro, SESC, s/d.

15. O Operário, São Paulo, XXXVIII(16090), 19/11/1950, p.4.

16. REINHERT, Arnaldo. O prazer de trabalhar. Revista de Organização Científica, São Paulo, XIII(147), março/1944, p.9.

17. FIORE, M. Helena M. de Araújo (Coord). Origens e implantação do programa de lazer no Sesc. Rio de Janeiro, SESC, 1982.

18. "Direito de férias". MUT, Rio de Janeiro, I(2), 24/8/1945, p.3.

19. "Férias na indústria". Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, IV(39), novembro/1937, p.37.

20. Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, VIII(9), fevereiro/1942, p.67.

21. O repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias de feriados nacionais e religiosos (Lei no. 605 de janeiro de 1947) foi regulamentado pelo decreto no.27048 de 12 de agosto de 1949. O repouso semanal ficou estabelecido em 24 horas consecutivas, de preferência aos domingos e estava condicionado à assiduidade durante os dias da semana.

22. "Repouso semanal remunerado". Boletim da Associação

Comercial de Minas, Belo Horizonte, VIII(99):41/43, janeiro/1949.

23. "Repouso semanal remunerado - escravidão?". O Operário, São Paulo, XXXVI(16016), 15/05/1949, p.1.

24. Juventude Trabalhista, Rio de Janeiro, I(1), novembro/1947, p.3.

25. Idem, p.1.

26. 1940 a 1950: período que abrange a ditadura Vargas quando vários jornais foram censurados e os sindicatos sob intervenção. O período posterior a 1945 também restringiu a liberdade a liberdade de imprensa sindical e organizações políticas de esquerda. Mesmo assim pudemos consultar vários jornais sindicais apesar da periodicidade bastante interrompida.

27. Algumas das atividades programadas e divulgadas por estes jornais estão citadas no próximo item.

28. "Música para distrair a fome". Vanguarda Socialista, Rio de Janeiro, 25/4/1947.

29. "Essa é boa...". O Trabalhador Gráfico, 25/5/1947, no. 176.

30. "Dutra e a juventude pernambucana". A Luta, 2/7/1948, p.1 e 2.

31. "Morvam Figueiredo, inimigo dos trabalhadores". Vanguarda Socialista, 27/12/1946, p.1 e 2.

32. GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.

33. "Serviço de assistência cultural do MITC". Voz Comerciária, Rio de Janeiro, XIV(119), dezembro/1951, p.14.

34. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, X(113), janeiro/1944, p.313.

35. Idem, p.313.

36. GRAZIA, Victoria. Le culture of consent: Mass organization of leisure in fascist Italy. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

37. Manual do Círculo Operário, citado por ALEM, Silvio Frank. Os trabalhadores e a "redemocratização". Campinas, Unicamp, dissertação de mestrado, 1981.

38. Manual do Círculo Operário. Petrópolis, Vozes, 1939, p.176.

39. Idem, p.175.

40. Confederação Nacional dos operários Católicos. Manual Círculo Operário, Rio de Janeiro, 1948.

41. WEINSTEIN, Barbara. The Industrialists, the State, and the issues of worker training and social services in Brazil, 1938/58. Hispanic American Historical Review, 70(3):379/484. Durham, Duke University Press, 1990, p.391.

42. Idem, p.391.

43. "O SESI - instrumento de mentira e mistificação contra os trabalhadores". A Classe Operária, Rio de Janeiro, II(74), 24/05/1947.

44. Idem.

45. "Os trabalhadores e o SESI". Gazeta Sindical, Rio de Janeiro, 31/7/1948.

46. "Vultuosa verba secreta para corrupção política". A Classe Operária, Rio de Janeiro, 22/05/1948.

47. "Contra a aplicação indêbita do dinheiro do povo pelo SESI e SESC". A Luta, Recife, 23/05/1948.

48. "Vultuosa verba secreta para corrupção política." citado nota 46.

49. "Relatório apresentado pelo Diretor geral do Departamento Nacional propondo a reestruturação do mesmo Departamento". Rio de Janeiro, SESC, 1964.

50. Este parágrafo foi baseado nas informações contidas na referência acima citada.

51. "Vultuosa verba seiveta para corrupção". Citado nota 46.

52. "O SESI cortou o benefício dos doqueiros". A Luta, Recife, 1/8/1948.

53. "Unindo o útil ao agradável". A Plebe, São Paulo (1), 1/5/1947

54. Voz Operária, Rio de Janeiro, III(86), 13/01/1951.

55. "O povo organiza festas para debater com Prestes os problemas do país". Novos Rumos, Rio de Janeiro, I(10), 1/7/1959, p.4.

56. Idem.

57. A Classe Operária, Rio de Janeiro, I(43). 28/12/1946.

58. "O povo responde com alegria e confiança aos atentatos à liberdade de imprensa." A Classe Operária, Rio de Janeiro, II(103), 9/12/1947, p.1 e 2.

59. "Experiências de trabalho de massa". A Classe Operária, Rio de Janeiro, I(48), 25/01/1947, p.8.

60. Idem.

61. A Classe Operária, Rio de Janeiro, I(37), 16/11/1946, p.8.

62. "Experiências de trabalho de massa." A Classe Operária, Rio de Janeiro, I(48), 25/01/1947, p.8.

63. Idem.

64. Idem.

65. "Fundada uma ciula no Morro de S. Carlos". A Classe

Operária, I(28), 14/9/1946, p.2.

66. "Camarada de Santa Maria". A Classe Operária", Rio de Janeiro, I(10), 1/5/1946. "O Grande Ditador". A Classe Operária, Rio de Janeiro, I(11), 18/5/1946, p.4.

67. "Defenderam os camponeses de Itumbiara o direito de realizarem as suas festas." Terra Livre, São Paulo, 2a. quinzena de julho/1954, p.5.

68. Relatório da reunião dos diretores gerais dos departamentos regionais. Rio de Janeiro, SESC, Julho/agosto, 1957.

69. O Operário. São Paulo, XXXVI(16048), 1/1/1950.

70. O Operário. São Paulo, XXXVII, 7/5/1950.

72. Idem.

73. Idem.

74. "1o. de Maio: Dia do trabalho". O Operário, São Paulo, XXXVI(16014), p.1.

CONCLUSÃO

"Quando a folhinha de Mariana exata informativa santificada regulava o tempo, as colheitas, os casamentos e até a hora de morrer, o mundo era mais inteligível, pairava certa graça no viver." (Carlos Drummond de Andrade)

Os serviços sociais patronais, especialmente na organização compulsória como no caso do SESC e SESI, são um canal permanente de propaganda do mundo do capital diante a sociedade. A prática assistencial empresarial se institucionalizava com a criação e consolidação destes serviços, divulgando uma imagem positiva não só do trabalho como da atuação coletiva dos empresários. E o conjunto dos empresários da indústria e comércio, nas suas respectivas Federações Nacionais, que estão representados nos SESI e SESC.

Estes serviços se apresentam, não apenas para os trabalhadores, mas para toda a sociedade. Vários dos serviços prestados estão abertos para qualquer cidadão desde que ele esteja disposto a se integrar, ou continuar integrado, no mercado de trabalho.

Enquanto serviço social institucionalizado, os SESI e SESC se fazem representar em vários canais da sociedade, e vão se consolidando enquanto instituições de âmbito nacional, especializadas em patrocinar assistência social para os trabalhadores. Talvez seja este o principal ponto que os distingue das atividades sociais prestadas anteriormente

pelos empresários de forma setorizada. Os serviços sociais, a partir dos SESI e SESC, deixam de ser inovação e/ou exclusividade desta ou daquela empresa.

A preocupação do serviço social para com o tempo livre não significava, necessariamente, o controle de todo o tempo de vida dos "assistidos". Sem dúvida os SESI e SESC prestavam serviços que de alguma maneira correspondiam aos anseios ou supriam certas necessidades de seus "clientes preferenciais", mas dificilmente inviabilizavam as festas com "bebidas espirituosas", os bailes até o sol raiar, danças agitadas, bebedeira, jogos e outros procedimentos pouco compatíveis com o dia-a-dia regulado pelo trabalho.

O controle das regras, normas, comportamentos só poderiam ser tentadas, com todo o rigor pretendido, quando se controlava o espaço e o tempo do acontecimento. Nas festas do serviço social as bebidas não estavam presentes. Os seus organizadores, além de vetarem as bebidas e uma série de outros comportamentos considerados pouco dignos, divulgavam esta prática, conclamando todos a seguirem o exemplo. Mas o "ouvido de mercador" tem capacidade de filtrar, alterar, burlar este e muitos outros discursos. As bebidas, por exemplo, por qualquer descuido dos vigilantes da ordem, circulam inclusive no ambiente de trabalho. O que falar dos bares, botequins e quiosques? Com isto gostaria de ressaltar que o discurso de instituições como os SESI e SESC não está desvinculado de todo um universo operário, interagindo com demandas e, ao mesmo tempo, enfrentando conflitos.

Por mais que o capital aproximasse o tempo do trabalho do tempo livre, sinalizando a ausência de antagonismos entre um tempo e outro, unindo a vida de homens e mulheres num esquema regulado, controlado pelo tempo cadenciado do trabalho, o tempo do descanso é carregado de

conotações libertárias, subversivas: espaço e tempo de difícil acesso para os técnicos da fábrica.

As luzes que as técnicas da organização do trabalho lançavam nos espaços fabris, decodificando o cansaço, sinalizando caminhos com tintas coloridas, clareando as paredes, tentavam suavizar a oposição entre o trabalho e o descanso, entre o trabalho e o não fazer nada, entre o trabalho e o botequim, a rua e a casa.

Mas o dia-a-dia de quem trabalha não faz necessariamente a leitura dirigida pelo capital. As vozes dissonantes podem ser ouvidas não apenas no material da imprensa operária, como também em várias outras trilhas do universo operário. Outro caminho, embora indireto, é percorrer a insistência com que setores empresariais se preocupam e voltam a sua atenção para os trabalhadores. A criação dos Serviços Sociais da Indústria e Comércio é um destes momentos.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes e locais pesquisados

.Publicações

Boletim da Associação Comercial de Minas, Belo Horizonte,
1941/1951

Mensagem econômica, Belo Horizonte, 1952/1955

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Boletim, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1936/1946.

Revista Industrial de São Paulo, 1945/1946

Revista Serviço Social, 1948/1949

Informativo SENAI, São Paulo, 1947

Revista de Organização Científica, IDORT, São Paulo,
1936/1949

Revista SENAI, São Paulo, 1949

Congresso Brasileiro de Indústria (Anais), São Paulo, 1945

Congresso Brasileiro de Economia (Anais), Rio de Janeiro,
1943

Revista Cultura Política, 1944

. Arquivos e bibliotecas

Biblioteca Nacional (setor de periódicos)

Arquivo Edgard Leuenroth

Fundação Getúlio Vargas (biblioteca, RJ)

Biblioteca do Ministério do Trabalho

ISHOB, Faculdade Cândido Mendes, RJ

Biblioteca do SESC, departamento nacional, RJ

Biblioteca do Sesi, departamento regional, RJ

Biblioteca da Associação Comercial de Belo Horizonte

Biblioteca PUC/MG

CPDOC, RJ

.Entrevista

Nilton Velloso, Belo Horizonte, 4/julho/1990

.Imprensa operária

Gazeta Sindical, Rio de Janeiro, 1948/1951

O Popular, Recife, 1948

A Luta, Recife, 1948

A Vanguarda Socialista, Rio de Janeiro, 1945/1948

A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1946/1951

A Plebe, São Paulo, 1948/1951

O Trabalhador Gráfico, São Paulo, 1936/1948

Voz Comerciária, São Paulo, 1936/1951

Novos Rumos, Rio de Janeiro, 1959

O Trabalhador Têxtil, São Paulo, 1940/1950

O Metalúrgico, São Paulo, 1943/1947

Gazeta Trabalhista, Rio de Janeiro, 1947/1950

O Operário, São Paulo, 1948/1950

Frente Operária, 1954/1956

Juventude Trabalhadora, Rio de Janeiro, 1947/1951

Ação Popular, Rio de Janeiro, 1951

Correio Radical, Rio de Janeiro, 1954

MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores), 1945

Voz Operária, 1949/1959

2. Livros e textos

- ALEM, Silvio Frank. Os trabalhadores e a redemocratização (Estudo sobre o Estado, Partidos, e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da Guerra e do Pós-Guerra imediato) 1942-1946. Dissertação de Mestrado, Campinas, 1981.
- ANTONIACCI, M. Antonieta Martines. A vitória da razão - O IDORT 1931 a 1945. São Paulo, tese de doutoramento, USP, 1985.
- . Institucionalizar ciência e tecnologia - em torno da fundação do IDORT. Rev. Bras. de Hist. São Paulo, 7(14):59-78, março/agosto 1987.
- ALEXIM, João Carlos. Origens e concepção das instituições patronais de aprendizagem e serviço social. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, Ciência Política/IUPERJ, 1978.
- BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo, Hucitec; Brasília, 1987.
- CAMARGO, Luiz O. Lima. O lazer no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- CARDONE, Edgard. O pensamento industrial no Brasil (1880-1945). Difel, 1977.
- . Classes sociais e movimento operário. São Paulo, Atica, 1989.
- CARVALHO, Ma. Alice Rezende. Cidade e fábrica: a construção do trabalho na sociedade brasileira. Campinas, dissertação de mestrado, Unicamp, 1983.
- CARVALHO, Raul de. Modernos agentes da justiça e da caridade.

- Notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, 1(2):43-71, março/1988.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botiquim - O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência - aspectos da cultura popular. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CLEMENTINA, Cunha. O espelho do mundo; Juquery a história de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- BEGUIN, Françoise. Les machineries anglaise du confort. Recherche, 2(29), 1978.
- DAVIS, Natalie Zenon. The reasons of misrule: youth groups charivares in sixteenth. Century France. Past & Present. (50):49-75, feb/1971.
- DECCA, Ma. Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934. Rio de Janeiro 1987.
- DUARTE, Regina Horta. O povoado do Cedro. Um palco, muitas histórias. Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, 1(2):10121, junho/1986.
- DUMAZEDIER, Jofre et alii. Ocio y sociedad de clases. Le loisir. Arturo Moreno. Barcelona, Editorial Fontonella, 1971.
- EGG, E. A. e KRUSE, H. El servicio social del paternalismo a la conciencia de cambio. Montevideo, Ediciones Guillaumont, 1988.
- FONTOURA, Amaral. Introdução ao serviço social. Rio de Janeiro. 3a. ed., editora Aurora, 1959.
- FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Cadernos PUC/RJ. Rio de Janeiro, série Artes e Letras, (16):6-74, 1979.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. A política social

brasileira 1930-1964: a evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983.

GOMES, Angela de Castro. Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil - 1917/1937. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

-----, A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro, IUPERJ; São Paulo, Vértice, 1988.

GRAZIA, Victoria. The culture of consent mass organization of leisure in fascist Italy. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

-----, La taylorisation des loisirs ouvriers: les institutions sociales de l'industrie dans l'Italie fasciste. Recherche (32/33):209-248, septembre, 1978.

HAREVEN, Tamara K. Family time e industrial time. NY Press Syndicate of University of Cambridge, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de . Relações sociais e serviço social no Brasil. (Esboço de uma interpretação história-metodológica). 7a. ed., São Paulo, Cortez, 1990.

JONES, Gareth Stedman. Class expression versus social control? A critique of recent trends in the social history of "leisure". History Workshop, a journal of socialist. (4):162-170, automne 1977.

LASCH, Christopher. Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

LEITE, Celso Barroso e VELLOSO, Luiz Paranhos. Previdência Social. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1963.

- LEME, Mariza Saens. A ideologia das indústrias brasileiras (1919/1945). Petrópolis, Vozes, 1978.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da política. São Paulo, Papyrus, 1986.
- LIMA, Sulamita Bezerra de et. alii. Centro Brasileiro de cooperação e intercâmbio de serviços sociais: Surgimento e trajetória. Rio de Janeiro, CBCISS, s/d.
- MARGLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento de tarefas. In:--GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980, p.39 a 77.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço. Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MALLOY, James. Política de bem-estar social no Brasil: históricos, conceitos, problemas. Revista Administração Pública. Rio de Janeiro, 10(2):5-29, abril/junho 1976.
- MARINQUE, Manuel. História do serviço social na América Latina. São Paulo, Cortez, 1984.
- MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- PAOLI, Ma. Célia. Trabalho e conflito na Era do Estado (direitos sociais, cidadania e leis do trabalho no Brasil - 1930 /50). Department of Social History, Birkbeck College, London University, 1988.
- Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In:--LOPES, José Leite (Org). Cultura e Identidade Operária Rio de Janeiro, Marco Zero; UFRJ/Proed, 1987.
- PATARRA, Neide. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In:--FAUSTO, Boris (org). 2a. ed. São Paulo

Vol.11, 1986, p.247/268.

PIERUCCI, Antônio Flávio de O. et. alii. Igreja católica: 1945-1970. In: -FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. 2a. ed., São Paulo, Difel, vol.11, 1986.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e classes populares. Dados. Rio de Janeiro, (22):5/24, 1979.

-----, O proletariado industrial na 1a. República. In: -FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1988, vol2, p.156/159.

PRONOVOST, Gilles. Temps, culture et société. Canadá, Bibliothèque nationale du Québec, 1983.

RACIERE, Jacques. A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

RAGO, Luzia Margareth e MOREIRA, Eduardo F. P. Taylorismo. São Paulo, Brasiliense, 2a. ed., 1984.

RALCHELIS, Raquel. Trajetória do serviço social no Brasil.

In: -Legitimidade popular e poder público. São Paulo, Cortez, 1988.

REQUIXA, Renato. O Lazer no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1977.

ROSENZWEIG, Roy. Eight hours for what we will. Workers and leisure in an industrial city, 1870-1920. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

SENAI. São Paulo. De homens e máquinas. V.1. Roberto Mange e a formação profissional. Projeto Memória, SENAI/SP, 1991.

SALVADORI, M. Angela Borges. Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950). Campinas, dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 1990.

SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus editora,

1966.

SIMONSEN, Roberto C. Ensaios sociais, políticos e econômicos.

São Paulo, edição da FIESP, 1943.

-----, Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, editora Nacional, editora da USP, 1973.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et alii. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileira: uma questão em análise. São Paulo, Cortez, 1987.

THOMPSON, E. P. Tradición, revuelta y consciencia de clase.

2a. ed, Barcelona, editorial Critica, 1984.

-----, A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol 1, 2, e 3, 1987.

-----, Senhores e caçadores: a origem da lei negra. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TREVISAN, Ma. José. 50 anos em 5... A FIESP e o desenvolvimentismo. Petrópolis, Vozes, 1986.

TURAZZI, Ma. Inez. A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro, Marco Zero: COPPE, 1989.

VIEIRA, Evaldo. Estado e miséria social no Brasil. De Getúlio a Geisel 1951-1978. São Paulo, Cortez, 1985.

VITAL, Clemência Maia. Da paz social à hegemonia do capital: O Sesi/AM na educação do trabalhador. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, Educação/Fundação Getúlio Vargas, 1985.

WEINSTEIN, Barbara. Expanding the scope of Latin American labor history: industrialization, worker-training and social control in São Paulo. Paper submitted for a conference on "New

Approches to Latin American labor history", october 13/74,
sponsored by the Social Scienc Research Council, mimeo.

-----The industrialists, the State, and the
issues of worker-training and social services in Brazil, 1930
-1959. Hispanic American Historical Review (HAHR). Durham, 70
(3):379-404, 1990.